MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 316 | 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 2023

Arrecadação de tributos no Brasil teve recorde histórico em 2022

Pág 23

Brasil é o 2º país do mundo que mais tributa empresas

Pág 33

Os vencedores do 28º Prêmio Top of Mind

MARCAS DE SUCESSO | MINAS GERAIS 2023

Pág. 61

Nossa vida é feita de escolhas e propósitos.

Para nós, da **Portogallo Family Office**, vai muito além de gerir o patrimônio dos nossos clientes.
A sua tranquilidade e o seu bem-estar são dois fatores de extrema importância para nós. Por isso, trabalhamos diariamente com um objetivo maior: **cuidar de você.**

Legado é fruto de realizações construídas ao longo da vida.
Aproveite o hoje, **que nós cuidamos do seu amanhã.**

Não administramos fortunas. Administramos futuros.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6870
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

MC MercadoComum 30 anos
MercadoComum®
Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
2ª QUINZENA DE ABRIL DE 2023
30 ANOS - EDIÇÃO 316

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Reinaldo Soares

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

5
A Economia com Todas as Letras e Números

17
Mundo Empresarial

23
Debate Econômico

61
Vencedores do Top Of Mind 2023

70
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

59
Variedades

51
Especial JK

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO

EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."

Conheça o legado do político que transformou o País e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - **O Profeta do Desenvolvimento**

Volume II - **O Desenvolvimento em 1º Lugar**
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - **Mensageiro da Esperança**
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência da República

AUTOR:
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores Informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com

IR 2023: ostentação em redes sociais pode ser alvo de checagem pela Receita Federal

Fiscais utilizam o recurso para validar informações inconsistentes encontradas na declaração do Imposto de Renda

O prazo para realizar a declaração do Imposto de Renda 2023 começou em 15 de março e, mesmo com todas as facilidades oferecidas pela opção pré-preenchida, os contribuintes devem estar atentos para não ter transtornos com a Receita Federal. Um deles é o risco de ser pego pelo leão por ostentação nas redes sociais. A conduta não é proibida, mas é preciso que a declaração retrate a realidade.

"Os fiscais da Receita Federal cruzam as informações dos bens declarados com as postagens nas redes sociais. Se elas demonstram uma vida de luxo que não condiz com o que foi declarado, o contribuinte é fiscalizado pela Receita Federal. O fato é que a maioria das pessoas não faz ideia que esse tipo de checagem pode ocorrer", explica Samir Nehme, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

A checagem é realizada no momento em que as informações enviadas pelos contribuintes nas declarações são processadas por supercomputadores. A ferramenta é responsável por cruzar os dados, incluindo operações de cartão de crédito ou imobiliárias e movimentações financeiras, e apontar as contradições quando houver.

Os perfis analisados não são escolhidos aleatoriamente. Depois que o sistema acusa casos com possíveis inconsistências, os fiscais da Receita comparam as informações prestadas pelo contribuinte com o que ele publica nas redes sociais. Principalmente as postagens que incluem bens materiais são comprovantes para alegar que a declaração condiz ou não com a realidade.

"Uma vez que caia na malha fina, a Receita Federal solicita explicações ao contribuinte. O ato de não pagar o tributo, em si, não representa sonegação de impostos, que é crime previsto na Lei 9.137/90, mas sim quando demonstrada fraude, como, por exemplo, adulteração de valores em documentos combinado ao não pagamento do imposto devido", complementa Nehme.

Se identificada a sonegação, além da cobrança do tributo e multa - que pode chegar a 225% sobre o valor do imposto devido -, a acusação criminal é comunicada ao Ministério Público, podendo, em caso de sonegação, gerar prisão de dois a oito anos.

COMO EVITAR A MALHA FINA

Existem três principais razões para cair em malha fina: a primeira é omissão de informações sobre rendimentos. Em segundo lugar, a dedução indevida de previdência oficial ou privada, seguida por incompatibilidade entre valores com despesas médicas e receitas declaradas.

Em terceiro, os casos menos frequentes, mas que também merecem atenção: informações divergentes das fontes pagadoras, comissão de rendimentos de aluguéis e pensão alimentícia com indícios de falsidade.

JULIO BARUCHI E TAIS BARUCHI

Sócios na ECOVIS® BSP

Imposto de Renda Pessoa Física: confira as principais mudanças para 2023

O prazo para acertar as contas com o Leão já começou. O período de entrega da Declaração de Impostos de Renda da Pessoa Física (DIRPF) teve início no dia 15 de março e termina no dia 31 de maio.

Deve declarar o Imposto de Renda, o cidadão residente no Brasil que se enquadra em uma das situações a seguir:

Quem recebeu rendimentos tributáveis superiores à R$ 28.559,70 em 2022;

Aqueles que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$ 40 mil no ano passado;

Aqueles que obtiveram ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto;

Que realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas cuja soma foi superior a R$ 40 mil ou com apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto;

Quem teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Quem tinha, até 31 de dezembro de 2022, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R$ 300 mil;

Aqueles que passaram à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição se encontrava até 31 de dezembro de 2022; e

Quem obteve, em 2022, receita bruta em valor superior a R$ 142.798,50 relativo à atividade rural.

Segundo a própria Receita Federal, são esperadas entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações neste ano – e, para facilitar ainda mais para os contribuintes, as mudanças instauradas trazem alternativas de preenchimento mais dinâmicas e menos burocráticas, facilitando a informação correta dos dados individuais, assim como a restituição dos valores devidos.

CONFIRA AS PRINCIPAIS NOVIDADES PARA ESTE ANO:

1 Pré-preenchimento da declaração: a declaração pré-preenchida evita erros, economiza tempo e, neste ano, foi incluída entre os grupos com prioridade no recebimento da restituição nos primeiros lotes. O recurso foi ampliado com a inclusão automática de mais dados e informações. No entanto, para utilizar essa modalidade, é necessário ter acesso ao sistema gov.br, onde o contribuinte precisará ter nível de segurança "prata" ou "ouro".

2 Módulo de autorização de acesso: essa nova funcionalidade permite que um terceiro tenha acesso aos serviços da plataforma "Meu Imposto de Renda" de outro contribuinte. Com essa autorização, o terceiro poderá declarar, retificar, ver pendências, gerar Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), imprimir declarações e recibos, entre outros. Essa permissão, contudo, é limitada durante um período máximo de seis meses e poderá ser revogado a qualquer momento pelo contribuinte que concedeu a permissão.

3 Pensão alimentícia: a partir deste ano, quem recebe pensão alimentícia não será mais tributado. Desta forma, é necessário incluir essas informações na ficha "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis. A decisão do SFT de afastar a incidência do imposto sobre esses valores decorrentes do direito de família foi publicado no dia 23 de agosto na ADI nº 5422. Cabe ainda lembrar que quem já recebia pensão alimentícia antes deste anúncio tem o direito de retificar até cinco declarações anteriores, mudando os valores da ficha de Rendimentos Tributáveis para a ficha de Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

4 Pix para recebimento de restituição: acompanhando uma das maiores preferências de meios de pagamento da população, agora a restituições do IRPF poderá ser via Pix, desde que a chave cadastrada seja o CPF do contribuinte. Aquele que optar por esse meio de recebimento terá prioridade na restituição, se comparado com os que escolherem a categoria de recebimento via conta corrente, uma vez que a Receita Federal incluirá rapidamente o contribuinte que tem restituição na fila dos lotes.

5 Valor mínimo para movimentações na bolsa de valores: a Receita Federal alterou a forma de declarar investimentos na bolsa de valores. Agora, a obrigatoriedade recai sob quem vendeu ações cuja soma foi superior a R$ 40 mil no ano ou obteve lucro sujeito à incidência do Imposto de Renda nas vendas. O contribuinte deverá se atentar quanto a obrigatoriedade da entrega da declaração por outros requisitos legais. O objetivo da mudança é beneficiar os pequenos e novos investidores.

Quem não entregar a Declaração de Imposto de Renda dentro do prazo legal estará sujeito a multa correspondente a 1% ao mês sobre o valor do imposto devido, limitado a 20% acrescido dos juros (Selic). Caso não haja imposto devido, a multa será de R$ 165,74.

Por isso, fique atento ao prazo de envio e revise as informações declaradas, de preferência com o apoio de profissionais especializados para evitar eventuais problemas com o Fisco. Assim, qualquer inconsistência poderá ser identificada antecipadamente e ajustada para que a declaração seja entregue corretamente.

Arcabouço Fiscal não deve controlar dívida pública

Think tank considera que manutenção do Teto de Gastos é opção mais segura para conter a dívida, os juros e a inflação

Em nota técnica, o Instituto Millenium analisou a proposta do governo federal de arcabouço fiscal. O think tank avaliou que as diretrizes divulgadas, se não mudarem no momento da apresentação de projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, não têm capacidade de manter a dívida pública sob controle. O instituto sugere a manutenção do Teto dos Gastos.

"A nova proposta não inspira confiança quanto a sua capacidade de manter a dívida pública sob controle, o que pode mudar quando o governo apresentar o texto. Até lá, a rejeição da proposta e manutenção do Teto de Gastos parece uma opção mais segura para conter o aumento da dívida pública, da inflação e dos juros, favorecendo o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e o combate à pobreza.", avaliou a nota.

De acordo com a proposta anunciada pelo governo, as contas públicas devem perseguir meta de superávit (com receitas maiores que despesas), antes do pagamento de juros da dívida. "É importante ressaltar que a meta fixada está bastante aquém do resultado necessário para a fundamental estabilização do crescimento da dívida pública em relação ao PIB, que pressiona os juros e compromete o investimento e, por consequência, o crescimento econômico", afirmou o instituto na nota.

O documento cita o último Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), que estima que, no médio prazo, o superávit primário necessário para estabilizar a Dívida Bruta do Governo Central (DBGC) é de 1,5% do PIB, resultado com o qual o novo governo não se compromete em nenhum ano sequer dos quatro de mandato.

Na nota, o Instituto Millenium diverge da proposta do governo de assumir o compromisso de apresentar resultados primários positivos apenas no terceiro ano de mandato. O think tank lembra que o último ano de mandato costuma ser de afrouxamento de regras fiscais e que, caso seja mantida a dinâmica apresentada no projeto de lei complementar, é possível que o país apresente superávit apenas em um dos quatro anos de mandato do presidente.

O think tank lembra que a meta para 2023 já destoa da expectativa do próprio governo para o resultado primário. Em março, o Ministério do Planejamento estimou o resultado de 2023 em R$ 107,6 bilhões, equivalente a 1% do PIB. O limite inferior da meta fixada agora é de 0,75%.

O documento sugere a manutenção do Teto de Gastos por considerá-lo mais seguro para a economia do país. O atual regime determina que a despesa primária da União deverá crescer, ano a ano, apenas pela taxa de inflação do ano anterior — ou seja, crescimento real igual a 0% — até 2026, quando os parâmetros poderão ser reajustados. "Ao contrário do novo arcabouço fiscal, a despesa autorizada não depende da receita apurada, não havendo, portanto, incentivos para que o governo aumente a carga tributária".

Além disso, o Instituto Millenium mostrou em gráficos do Banco Central os efeitos do Teto de Gastos sobre a evolução do resultado primário e, consequentemente, do endividamento público. De acordo com os dados, o resultado primário, que alcançou um déficit superior a 3% do PIB em setembro de 2016, entrou em trajetória de recuperação e, mesmo tendo passado por resultados muito piores ao longo da pandemia, retornou a esta trajetória imposta pelo Novo Regime Fiscal e alcançou um superávit superior a 1% em julho de 2022.

O endividamento começou a reduzir sua velocidade de crescimento com a adoção do Teto de Gastos, em 2017, e, no ano seguinte, já se estabilizou.

O Instituto Millenium avaliou que a melhoria das condições fiscais levou, principalmente no período eleitoral, ao crescimento das pressões pelo aumento de gastos e, para tanto, flexibilização do regime fiscal, culminando no debate que se enfrenta agora.

Leia a nota técnica - https://milleniumpapers.institutomillenium.org.br/wp-content/uploads/2023/03/01LO_NOTA_TECNICA_02_MILLENIUM_00.pdf

O Instituto Millenium é uma associação civil sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, reconhecido por defender interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento do país. Com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, o think tank proporciona um espaço de debate para encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais do Brasil.

Nova regra fiscal: mercado já reage ao anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou a proposta do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos, no dia 30 de março último. Apesar de o mercado ter reagido bem à proposta, tendo o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores de São Paulo, a B3, fechado em forte alta, 1,89%, o próprio ministro assumiu que a nova regra fiscal, caso aprovada pela Câmara e Senado, não será "uma bala de prata que resolverá tudo".

As novas regras substituirão o teto de gastos, o que irá limitar o crescimento de boa parte das despesas da União à inflação, evitando que o Brasil tenha um endividamento acima dos 75% do PIB (Produto Interno Bruto), o que pode representar um alto risco para os investidores.

Luciano Bravo, CEO da Inteligência Comercial e Country Manager da Savel Capital Partners, especialista em captação de recursos internacionais para empresas brasileiras, explica que "Quanto maior a porcentagem de comprometimento do PIB, maior a chance de inadimplência, por não haver condições de pagar as dívidas. Esse risco de 'calote' retrai os investidores, fazendo com que o mercado perca força, impactando em toda a economia nacional".

Para o especialista, o novo arcabouço fiscal chega em boa hora, já que o endividamento, atualmente, já representa 73% do PIB, bem próximo aos temidos 75%.

"O controle dos gastos permitirá que o mercado tenha o mínimo de previsibilidade. Isto significa, na prática, que os investidores sabem, a partir do anúncio das novas regras, como o Governo pretende lidar com as questões fiscais do país. Assim, o investidor não fica no 'escuro', e consegue alocar seus investimentos com um pouco mais de segurança e se sentindo mais confortável para continuar investindo.", pontua Luciano Bravo.

Apesar de o anúncio ter levado a curva de juros para baixo, Luciano Bravo aponta para o fato de que o crédito no Brasil não vislumbra nenhuma melhora significativa. Isso porque, segundo ele, parafraseando uma fala do próprio ministro da fazenda de semanas atrás, "O Brasil não possui um sistema de crédito."

"Oras, basta vermos o que houve, por exemplo, semanas atrás com o corte do empréstimo consignado. O Governo reduziu as taxas de juros, antes altíssimas, para beneficiar o cidadão. O que os bancos fizeram? Suspenderam a oferta de crédito! Os bancos brasileiros não gostam de juros baixos, afinal, eles ganham sobre esses juros. Portanto, qualquer ação do Governo para beneficiar o cidadão, será sempre boicotada pelos bancos brasileiros. E isso não é diferente com o crédito para empresas, não!", pontua Luciano Bravo, especialista em captar investimentos internacionais para serem injetados em empresas brasileiras.

Caso a proposta seja aprovada pela Câmara e Senado, prevê as seguintes metas: zerar o déficit público primário da União no próximo ano; superávit primário de 0,5% do PIB em 2025 e superávit primário de 1% do PIB em 2026.

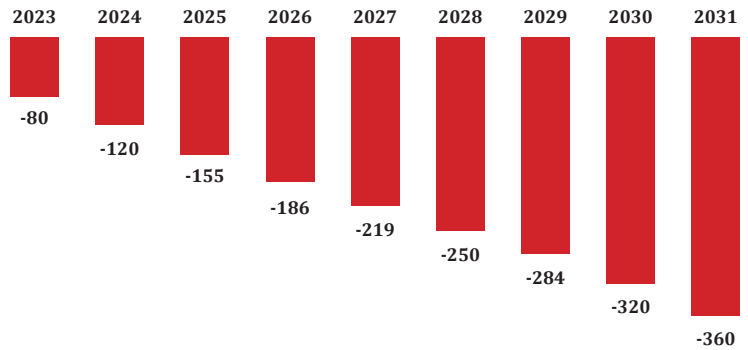
Com o novo arcabouço, de acordo com o governo, a dívida pública da União poderá ser estabilizada em 2026, a no máximo 77,3% do PIB, ano, inclusive, que será o último do mandato do presidente Lula. Apesar de a dívida pública ser um objetivo do governo, e não uma meta imposta pela nova regra fiscal.

Arcabouço pauta responsabilidade fiscal, mas peca em focar só na abundância

Modelo é primeiro passo em direção positiva; entretanto, governo cria princípio de aumento constante dos gastos

Para a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), o novo arcabouço fiscal, anunciado pelo Ministério da Fazenda na última quinta-feira (30), é positivo ao mostrar preocupação do governo com a regra fiscal e, consequentemente, dar um norte ao mercado. Por outro lado, cria princípio de aumento constante dos gastos, o que está longe do ideal de um Estado menos pesado e mais eficiente.

REDUÇÃO DOS JUROS DA DÍVIDA (R$ BILHÕES)



De acordo com o anúncio, os gastos sempre crescerão em valores reais – cujo crescimento estará sempre entre um piso de 0,6% até o teto de 2,5%. Não há vislumbre, por exemplo, em anos de queda de despesas. Segundo a assessoria econômica da FecomercioSP, o ponto negativo é que se trata de uma regra para administrar a abundância de receita, mas pouco diz como lidar com escassez, o que não é uma hipótese remota. O valor real dos gastos subiria sempre, independentemente das condições econômicas.

Além disso, como o arcabouço está atrelado ao aumento de receitas, pode ser um incentivo ao governo para aumento de impostos, um perigo para o contribuinte, que vai ser "chamado" a participar do ajuste da forma como vem ocorrendo há mais de 20 anos no País: por meio do aumento de despesas, contempladas por aumento de tributos. A despeito da sua inflexibilidade, o teto de gastos tinha duas grandes vantagens: impor à classe política a necessidade de escolhas e resguardar a população do aumento da carga. Isso não existirá mais. Contudo, o novo modelo tem clara preocupação de não criar aumento desordenado de despesas em substituição ao teto, o que é positivo.

Outro ponto favorável é o fato de despesas com educação, saúde e investimentos em infraestrutura, a princípio, estarem incluídas nas contas. Neste contexto, o governo terá o desafio de lidar com a recomposição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e com o piso da enfermagem, os quais, constitucionalmente, devem ser considerados fora do teto. Ao ser questionada, a equipe de governo destacou que ainda não sabe como lidará com este paradoxo (educação dentro do programa apresentado, mas constitucionalmente fora).

Para Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP, o anúncio do pacote fiscal ainda tem alguns pontos importantes a serem esclarecidos, mas, no geral, responde à demanda do mercado quanto a uma definição das atitudes do governo.

"Há uma expectativa de que, no futuro, as medidas contribuam para o controle da dívida pública, e isso cria um espaço para a redução da taxa de juros. Esse espaço será tão mais forte quanto forem as reações do mercado, as quais, após análise dos documentos apresentados essa semana, estarão explicitadas no nosso dia a dia. Para as empresas, isso abre a possibilidade de queda da taxa de juros com redução de imposto de capital, mas não será uma reação imediata, depende da reação do mercado", explica o especialista.

A Fecomercio SP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

O crédito já está escasso na economia

Taxas de juros muito altas inibem investimentos e prejudicam vendas. Governo prepara pacote para destravar empréstimos e impulsionar atividade econômica

A manutenção da Selic, a taxa básica de juros da economia em 13,75%, pelo Conselho de Política Monetária (Copom) do Banco Central, com sinalização de que o percentual pode até aumentar, foi um balde de água fria para os setores produtivos. Afinal, além de reduzir o ritmo da economia, uma taxa tão elevada dificulta a concessão de crédito, que já está restrito desde o início do ano com a derrocada das Lojas Americanas.

"Estamos com os maiores juros reais do mundo", diz José Maurício Caldeira, sócio-acionista da Asperbras, grupo que atua em diversos setores da indústria e do agronegócio. "Taxas no patamar atual inibem os investimentos e prejudicam as vendas, sobretudo de bens duráveis que são comprados a prazo", reforça o executivo.

O segmento de máquinas e equipamentos, por exemplo, que depende do crédito concedido às indústrias para vender, teve o pior janeiro em três anos. Líderes do setor dizem que a escassez de recursos e o crédito muito caro têm levado à suspensão de projetos.

A demanda das empresas por crédito em fevereiro caiu 10,17% na comparação com o mesmo mês de 2022, segundo o Indicador de Demanda das Empresas por Crédito, divulgado pela Serasa. "Os juros altos como os atuais jogam a atividade econômica para baixo e desestimulam os empresários a buscarem crédito", pontua José Maurício Caldeira.

Neste contexto adverso, a situação fica ainda mais difícil para as micro, pequenas e médias empresas que têm se apoiado nas duas linhas de crédito criadas durante a pandemia (Pronampe para as micro e pequenas e Peac para as médias) para driblas as dificuldades.

Um ponto de atenção, ressalta Caldeira, é que as projeções são de que os recursos disponíveis para Pronampe e Peac se esgotarão ainda no primeiro semestre. Por isso, é urgente que funding dessas duas linhas seja renovado.

Em vigor até 2024, o Pronampe tem R$ 14 bilhões disponíveis para este ano dos quais cerca de 30% já foram desembolsados. O Peac, cuja validade termina no fim de 2023, tem estimativa total de R$ 22 bilhões disponíveis nas edições de 2022/2023 e média diária de desembolsos de R$ 137 milhões – 28% são para a indústria. Embora os juros estejam elevados, essas linhas ainda são mais baratas do que as de crédito livre.

Diante desse cenário preocupante, o governo está gestando um pacote para destravar o crédito. Algumas propostas necessitam mudanças na lei e têm de ser aprovadas no Congresso Nacional, o que exigirá negociação. Outras dependem apenas de atos do Executivo. Algumas medidas que devem ser anunciadas em breve são: a facilitação do compartilhamento de dados dos clientes com os bancos, para que estes conheçam a real situação financeira de quem está pleiteando crédito; o fim do teto dos juros, hoje limitado à Selic, para empréstimo entre particulares, pois o entendimento é que este teto desestimula o desenvolvimento do mercado de capitais; a facilitação da execução da dívida no caso de devedores cobrados na Justiça e a ampliação da atuação de cooperativas de seguro para aumentar a competição.

Ainda assim, os setores produtivos esperam que uma redução da Selic não tarde. "Ela define toda a estrutura de juros da economia, por isso é fundamental que caia", diz José Maurício Caldeira.

Taxas de juros voltam a subir

Segundo a Pesquisa de Juros da ANEFAC, as taxas de juros das operações de crédito voltaram a ser elevadas em março. De acordo com Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da entidade, isso pode ter relação direta com a Sinalização do Banco Central de que a taxa de juros básica (SELIC) vai permanecer em 13,75% ao ano por mais tempo. E, ainda, por causa da piora no cenário de crédito aumentando o risco de inadimplência frente aos fatores:

1. Elevadas provisões feitas pelos bancos por conta das recuperações judiciais de Americanas, Oi, Itaipava e outras grandes empresas;
2. Endividamento elevado das famílias;
3. Baixo crescimento econômico;
4. Queda da renda das famílias frente a um ambiente de inflação ainda elevada e desemprego elevado.

Na visão do especialista, tendo em vista o cenário econômico o cenário econômico com maior risco de crédito (endividamento elevado, inflação alta e seus efeitos na renda, desemprego elevado) e da elevação da inadimplência, a tendência é de que as taxas de juros das operações de crédito possam ser elevadas nos próximos meses.

PESSOA FÍSICA

Das seis linhas de crédito pesquisadas, cinco tiveram suas taxas de juros elevadas no mês (juros do comércio, cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal-bancos e empréstimo pessoal-financeiras) e uma teve sua taxa de juros reduzida no mês (CDC-Bancos-financiamento de veículos).

A taxa de juros média geral para pessoa física apresentou uma elevação de 0,03 ponto percentual no mês (0,76 ponto percentual no ano) correspondente a uma elevação de 0,43% no mês (0,61% em doze meses) passando a mesma de 6,96% ao mês (124,21% ao ano) em fevereiro/2023 para 6,99% ao mês (124,97% ao ano) em março/2023 sendo esta a maior taxa de juros desde junho/2018.

PESSOA JURÍDICA

Das três linhas de crédito pesquisadas uma teve sua taxa de juros reduzida no mês (capital de giro) e duas tiveram suas taxas de juros elevadas (desconto de duplicatas e conta garantida).

A taxa de juros média geral para pessoa jurídica apresentou uma elevação de 0,01 ponto percentual no mês (0,19 ponto percentual no ano) correspondente a uma elevação de 0,25% no mês (0,31% em doze meses) passando a mesma de 4,05% ao mês (61,03% ao ano) em fevereiro/2023 para 4,06% ao mês (61,22% ao ano) em março/2023, sendo esta a maior taxa de juros desde maio/2018.

TAXA DE JUROS X SELIC

Considerando todas as elevações da taxa básica de juros (Selic) promovidas pelo Banco Central desde janeiro/2021, tivemos neste período (janeiro/2021 a março/2023) uma elevação da Selic de 11,75 pontos percentuais (elevação de 587,50%) de 2,00% ao ano em janeiro/2021 para 13,75% ao ano em março/2023.

Neste período a taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 32,38 pontos percentuais (elevação de 34,97%) de 92,59% ao ano em janeiro/2021 para 124,97% ao ano em março/2023.

Nas operações de crédito para pessoa jurídica houve uma elevação de 20,02 pontos percentuais (elevação de 48,59%) de 41,20% ao ano em janeiro/2021 para 61,22% ao ano em março/2023.

A ANEFAC - Associação Nacional de Executivos - vem ao longo de seus 55 anos construindo uma trajetória de evolução, marcada pela contínua busca de aprimoramento e desenvolvimento profissional à nossa rede de relacionamento e à sociedade. A instituição contribui para o desempenho sustentável e influência dos executivos, em busca de mais transparência, justiça e responsabilidade. E, tal como na história, cada momento serviu de degrau para a evolução da entidade, que hoje é uma das mais influentes do País.

Significado dos principais termos utilizados por instituições financeiras

A importância da democratização dos vocábulos bancários e explica alguns dos mais usados

Termos relacionados ao mundo financeiro e bancário, como CDI, consignado, IOF, liquidez, análise de crédito, entre outros, estão sempre presentes em nosso cotidiano. Isso não quer dizer que todas as pessoas estão cientes do significado desses termos na prática, o que impacta diretamente a compreensão da saúde financeira dos cidadãos e das empresas.

A desmistificação desses termos é importante tanto para a população quanto para o sistema financeiro e bancário do país, de acordo com Túlio Matos, co-fundador e CEO da iCred, fintech especializada em facilitar o empréstimo consignado. "Os serviços bancários tradicionais já estão familiarizados com a utilização de termos que nem sempre são de conhecimento geral. Mas a democratização dos significados é uma maneira de incentivar relações saudáveis entre a economia e o cidadão, fazendo com que as pessoas estejam de fato cientes de suas ações e movimentações financeiras", conclui o especialista da fintech sergipana.

Confira o glossário bancário com 9 termos que podem gerar dúvidas aos brasileiros:

Consignado: esse é um termo muito popular que se refere a um tipo de empréstimo em que as parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento. A palavra é utilizada no meio bancário como "crédito consignado" ou "empréstimo consignado";

IOF: o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), como o próprio nome já diz, é o imposto federal sobre todas as operações, sendo as mais comuns o crédito, câmbio e seguros, podendo se estender a títulos e valores imobiliários;

Deságio: o termo é amplamente utilizado no universo financeiro para indicar taxas e condições que podem ser aplicadas em uma transação. A palavra está diretamente relacionada a um desconto em um investimento, se for comparado ao seu valor nominal efetivo no mercado. A busca de quem investe por ativos em deságio é grande, já que o intuito é encontrar ativos baratos e com grande rentabilidade.

Liquidez: a palavra é utilizada dentro do contexto de investimentos, e diz respeito ao tempo de resgate de uma aplicação, ou seja, em quanto tempo ela fica disponível de volta para o investidor ou a partir de quando pode ser solicitada de volta. A palavra também remete à facilidade de um ativo se transformar em dinheiro sem que haja perda do seu valor recorrente. Investimentos com liquidez diária, por exemplo, geram lucros todos os dias e podem ser resgatados a qualquer momento;

CDI: é a sigla para Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são investimentos em forma de títulos emitidos pelos bancos, com prazos de rendimento curtíssimos, de até um dia útil. Ele também é considerado um dos principais índices de referência para outros investimentos de renda fixa;

Financiamento: é quando uma pessoa solicita crédito para a compra de determinado bem. O pagamento é feito por meio de parcelas mensais, diretamente à instituição credora, que repassa o valor ao vendedor;

Débito automático: é um serviço oferecido pelas instituições financeiras que possibilita ao correntista utilizar o saldo da conta para quitar, de forma automática, o pagamento de contas rotineiras, como água, luz, internet, entre outras;

Alienação fiduciária: é uma forma de garantia para pagamentos de dívidas. É considerada uma modalidade de financiamento, onde o devedor fornece algum bem valioso a quem está devendo como forma de garantia de que a dívida será paga. Vale lembrar que, neste caso, o bem passa a ser juridicamente pertencente ao credor, até que a dívida seja quitada;

Análise de crédito: o termo faz referência a um procedimento padrão realizado por bancos e instituições financeiras antes de oferecer serviços de crédito, como empréstimos, cartões e financiamento. O objetivo é avaliar o perfil do cliente e seu histórico bancário, o que pode ser decisivo para a aceitação ou recusa do serviço.

A iCred é uma Fintech criada no começo de 2022 para facilitar o acesso ao crédito e empréstimo pessoal. Com pouco mais de um ano de operação, a empresa já antecipou R$500 milhões. A aprovação do cadastro de cada usuário é feita em até três minutos, com dinheiro rapidamente liberado via PIX.

Trabalhadores domésticos: 74% não possuem carteira assinada no Brasil

Dados do IBGE mostram número de trabalhadores domésticos e do setor privado com e sem carteira de trabalho

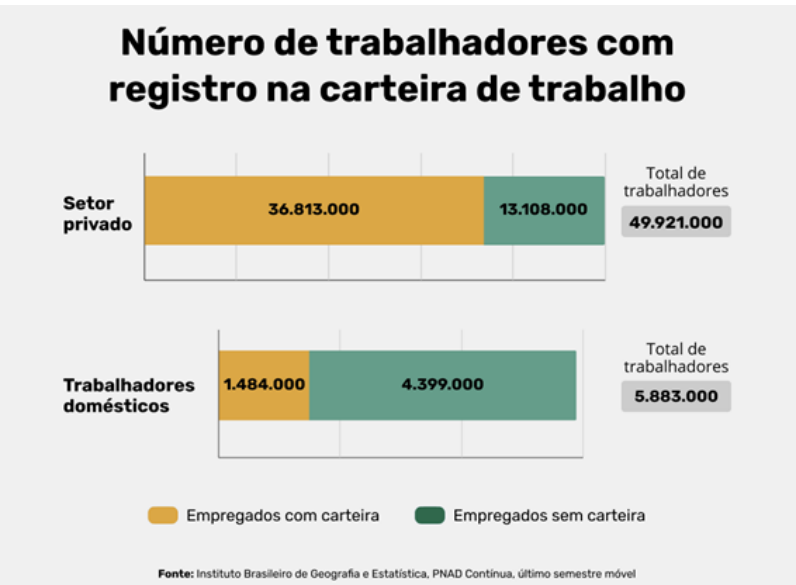
Com direitos assegurados pela PEC das domésticas, sancionada em abril de 2013, mais de 5 milhões de brasileiros exercem a profissão no país, segundo dados divulgados em março de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, após dez anos de aprovação da PEC, 74,7% dos trabalhadores domésticos empregados no último trimestre móvel (de novembro de 2022 a janeiro de 2023) estão sem carteira de trabalho, ou seja, apenas uma pessoa a cada quatro que exercem a função é formalizada. Os dados analisados pela Agência Tatu são do PNAD Contínua e representam mais de 4 milhões de pessoas.

Quando comparados com os demais setores, dos quase 50 milhões de empregados no setor privado, no mesmo período, apenas 26% não possuem registro na carteira de trabalho, o que representa a formalização de 3 a cada 4 trabalhadores. Veja a seguir:

- *Principais direitos dos trabalhadores domésticos:*
- *Salário mínimo;*
- *Décimo terceiro salário;*
- *Férias;*
- *8 horas diárias de trabalho;*
- *44 horas semanais de trabalho;*
- *Remuneração de serviço extraordinário e atividade penosas ou insalubres;*
- *Licença maternidade e paternidade;*
- *Aviso prévio.*

O advogado e presidente da Comissão de Estudos e Relações Trabalhistas na OAB de Alagoas, Fernando Dória Jr, explica a efetivação da PEC no país: "Os empregadores domésticos são pessoas físicas que dificilmente implementam controle de jornada. Assim, alguns direitos são difíceis de serem implementados na prática".



Fernando falou ainda sobre o número de trabalhadores domésticos sem registro na carteira de trabalho: "A dificuldade em relação à assinatura da carteira de trabalho é o empregador como pessoa física, que muitas vezes não quer ou não pode arcar com os custos exigidos[...]O fato de existir o emprego doméstico sem carteira assinada está diretamente relacionado à realidade econômica do país", finaliza.

Fonte: Reportagem: Mychelle Maia - Edição: Graziela França

Instituições sem fins lucrativos têm dificuldade para acessar sistema financeiro

Estudo inédito sobre ONGs e bancos expõe relação conflituosa e cercada por barreiras operacionais e administrativas

Impossibilidade de abrir uma conta bancária, falta de acesso a cartões de crédito e de débito, tarifas semelhantes a de outros clientes, requerimento de antecedentes criminais de toda a diretoria e exigência de parecer do consulado brasileiro no país-sede. Estes são apenas alguns dentre uma série de obstáculos enfrentados pelas organizações da sociedade civil no Brasil e que foram revelados pela pesquisa "As ONGs e os Banco"s, primeira sobre o tema no país.

O estudo englobou 123 organizações e é uma iniciativa do programa de advocacy da ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos), que também faz parte da Coalizão de OSCs pelo GAFI (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo). A investigação nasceu a partir de queixas realizadas pelas organizações sem fins lucrativos à ABCR sobre a relação conflituosa com o sistema financeiro. Com o objetivo de compreender e avaliar suas percepções em relação aos bancos, os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionários on-line, com 39 perguntas abertas e fechadas, entre junho e julho de 2022.

Ao todo, foram elencadas 28 instituições bancárias (incluindo o segundo e o terceiro banco com que as organizações trabalham). Os bancos mais citados pelas organizações foram o Banco do Brasil (14%), Itaú Unibanco (11%), Banco ABC Brasil (10%) e Bradesco (10%). É provável que a liderança do Banco do Brasil seja uma consequência da lei 13.019/2014, que rege as parcerias entre os governos e as ONGs e exige a abertura de conta em um banco público. Possivelmente, em razão de sua penetração maior no Terceiro Setor, o BB foi citado tanto como o banco que mais apresenta facilidades quanto como o que mais apresenta dificuldades para os participantes.

Organizações sociais de todas as regiões do país e de quase todas as unidades da Federação responderam às questões, sendo que pouco menos da metade delas (46%) é do estado de São Paulo, mas o restante se distribuiu de maneira razoavelmente uniforme. O perfil das entidades respondentes é diverso do ponto de vista de receitas anuais. Aproximadamente um terço recebeu até R$ 100 mil em 2001, outro terço somou entre R$ 100 mil e R$ 2 milhões de reais, e outro terço contabilizou mais de R$ 2 milhões.

BUROCRATIZAÇÃO, DESINTERESSE E DESCONHECIMENTO

O estudo expôs a contínua burocratização exercida pelos bancos, além de seu grande desinteresse e desconhecimento pelo trabalho das entidades do Terceiro Setor. Entre as principais queixas estão: 73% das organizações não possuem cartão de crédito, 2/3 (65%) das organizações não possuem cartão de débito, 38% foram vítimas de cobrança indevida de tarifas bancárias ou de impostos debitados em conta, 1/3 (33%) das organizações foram impedidas de abrir uma conta bancária, 26% precisaram movimentar recursos em contas de terceiros, uma em cada cinco instituições (21%) já recebeu exigência inadequada de um banco ou de uma empresa financeira e 17% tiveram sua conta bloqueada pelo banco ou instituição financeira.

"Este estudo revela algo que faz parte do dia a dia de quem faz gestão em organizações da sociedade civil, mas que é pouco conhecido pelo público em geral. As dificuldades são constantes, atrasos e faltas de respostas são comuns, as soluções são poucas. Isso prejudica o trabalho de centenas de milhares de organizações, impactando diretamente na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira", afirma Fernando Nogueira, diretor-executivo da ABCR.

A recusa de abrir uma conta bancária causa vários impactos. Em algumas ocasiões, trata-se de uma conta vinculada, exclusiva para receber recursos públicos e a negativa da instituição bancária atrasa ou inviabiliza a prestação do serviço. Em outros casos, a organização migra para a informalidade e utiliza subterfúgios como uma conta bancária de pessoa física (de seu presidente ou diretor). Essa alternativa já foi utilizada por 26,3% das instituições, seja porque ainda não tinham conta em banco (11%) ou porque a conta estava bloqueada (6%) ou em decorrência de outro empecilho (9%).

FALTA DE CARTÃO DE CRÉDITO DIFICULTA EXECUÇÃO DE TAREFAS ROTINEIRAS

A pesquisa constatou que a maioria das instituições sem fins lucrativos só consegue abrir uma conta bancária devido à persistência, mas depois ocorrem dificuldades em ações triviais, como a obtenção de cartão de crédito. Só um quarto das OSCs dispõem desse recurso para fazer operações cotidianas, como saques e compras nacionais e internacionais.

Como regra, a maioria dos bancos compreende que o cartão é um tipo de crédito antecipado e, portanto, algo que preferem não fornecer a instituições sem fins lucrativos. Porém, ONGs que trabalham com temas de interesse global têm dificuldade, por exemplo, de assinar publicações estrangeiras ou de obter certos tipos de software, como os de videochamada. "Nosso cartão só foi aprovado depois de mais de cinco anos de relacionamento com o banco. Mesmo assim, o limite de crédito é baixo", declarou um dos respondentes da pesquisa.

A recusa dos bancos em conceder serviços simples ajuda a explicar a grande quantidade de reclamações sobre as tarifas cobradas pelas empresas. Parte dos representantes de ONGs queixa-se da cobrança por avaliarem que suas organizações, por terem atuação socialmente relevante, deveriam ser isentas. Outra parte critica o descompasso entre o que se paga e o que se tem em contrapartida. "Sabemos que é justo que os bancos recebam pelo trabalho. Porém, minhas taxas são cobradas como cliente Ouro, mas não tenho nem cartão de débito", comentou um dos respondentes.

Como investidores, as entidades preferem alternativas de menor risco, como renda fixa e poupança. Quase 20% não aplicam seu dinheiro; algo esperado nas organizações que têm giro financeiro de curto prazo, que recebem para pagar suas despesas ou investir em seus projetos. Possivelmente em razão desses entraves, grande parte das ONGs (77%) nunca pediu empréstimo bancário. Entre as que pediram, 13% tiveram o empréstimo aceito e 10%, negado.

NECESSIDADE DE DIÁLOGO

Os números sinalizam uma dificuldade do setor financeiro de compreender o funcionamento e a composição das receitas das OSCs. Os bancos parecem não saber que organizações sem fins lucrativos têm gestão financeira, planejam-se da mesma maneira que as organizações com fins lucrativos e são atores da sociedade que podem necessitar de crédito para muitas atividades, como investir em obras, ampliar a atuação ou melhorar sua própria capacidade de captar recursos.

Para as organizações, 48% dos profissionais das agências bancárias não compreendem o Terceiro Setor, e 45% entendem o setor, mas não têm qualificação para lidar com as instituições. As reclamações contra o sistema financeiro mostram uma necessidade de diálogo entre os dois lados para transformar essa realidade.

"Bancos e ONGs só têm a ganhar com um maior diálogo. Além dos benefícios para a gestão das organizações sociais, há um grande potencial comercial para o sistema financeiro. Atender bem quem faz o bem pode também ser um ótimo negócio", complementa Nogueira.

O resultado completo da pesquisa pode ser conferido pelo link https://bit.ly/40GPZLp. A ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos reúne e representa os profissionais de captação, mobilização de recursos e desenvolvimento institucional, que atuam para as organizações da sociedade civil no Brasil. Lidera campanhas, eventos e uma série de outras iniciativas de fortalecimento do setor e de apoio a quem atua por uma sociedade mais justa e democrática. Dentre as iniciativas realizadas, estão o Dia de Doar e o Festival ABCR.

Grupo Patrimar comemora 60 anos de história com atividades para população, colaboradores e parceiros

Companhia chega ao sexagenário com a previsão de um ano com alto VGV em lançamentos, além de recordes, conquistas, premiações e classificações importantes em rankings de negócios do Brasil

Alex Veiga, presidente do Grupo Patrimar

O Grupo Patrimar - construtora e incorporadora mineira que atua nas classes alta, média e econômica em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e no interior de São Paulo – completa 60 anos de história em maio de 2023. A companhia tem previsão de lançar empreendimentos com um Valor Geral de Vendas (VGV) recorde em 2023, tendo o maior número de projetos a serem lançados em um ano na história do Grupo. A empresa, que já entregou 201 empreendimentos imobiliários, construiu 2,7 milhões de m² e entregou mais de 39 mil unidades, também promoverá uma série de ações ao longo do ano em Belo Horizonte (MG) e no Rio de Janeiro (RJ) para comemorar o seu sexagenário.

O ano será marcado por atividades para população, colaboradores e parceiros do Grupo Patrimar. A ação que dará o ponta pé inicial da comemoração será "Grupo Patrimar Run Especial 60 anos", uma corrida de rua para a família que será em abril, em Belo Horizonte (MG) - cidade que é o berço da marca. Haverá também apresentação da tradicional feirinha de Rua Aproxima, em BH, shows de jazz em praças, entre outras ativações.

Além disso, em 2023, a Companhia tem excelentes expectativas financeiras. Estima-se que serão lançados empreendimentos que somam um VGV em torno de R$ 2 a 3 bilhões. Esses valores consideram as duas principais operações de negócios do Grupo Patrimar – as marcas Patrimar e Novolar – em todos as regiões de atuação.

De acordo com Alex Veiga, é gratificante ver até onde o Grupo Patrimar chegou. "Esses 60 anos foram marcados por muita determinação, trabalho e conquistas. O que eu posso adiantar é que não vamos parar por aqui. Estamos muito focados e preparados para continuar construindo os próximos capítulos da nossa história", afirma o CEO.

Com quase 60 anos de atuação, hoje o Grupo Patrimar é um dos mais ativos no mercado de construção civil do Brasil, atuando na área de incorporação e construção de empreendimentos imobiliários e comercialização e venda de unidades imobiliárias autônomas residenciais (principal atividade) e comerciais em Minas Gerais, Rio de Janeiro e interior de São Paulo. O Grupo tem sede em Belo Horizonte (MG) e escritórios no Rio de Janeiro (RJ) e Campinas (SP), com presença nos segmentos de alta renda (produtos de luxo e alto luxo) por meio da marca Patrimar Engenharia, e nos segmentos econômico e média renda por meio da marca Construtora Novolar.

Segundo o CEO do Grupo, "estar posicionada nos três segmentos do mercado permite a companhia ter maior resiliência nos momentos de crise e maior rentabilidade nos momentos de alta. Além disso, ser uma empresa que busca sempre tudo o que há de mais moderno, inovador e sustentável no mercado torna a organização diferenciada perante o mercado imobiliário brasileiro", diz o executivo.

HISTÓRIA DO GRUPO PATRIMAR

Fundada em 1963 como M. Martins Engenharia e Comércio Ltda e com atuação nas áreas de rodoferrovias e de construção de estruturas de concreto armado, a empresa familiar começou a diversificar os negócios em 1970 com os serviços infraestrutura, saneamento, urbanização, construções prediais e obras industriais nas áreas privada e pública. Em 1980 foi fundada a M. Martins Empreendimentos Imobiliários Ltda, empresa atuante no ramo de construções prediais, residenciais e comerciais. Em busca da revitalização de sua marca, em 1995 a empresa tornou-se independente e passou a se chamar Patrimar Engenharia Ltda.

Outro marco do Grupo Patrimar foi a criação da Construtora Novolar Ltda, nos anos 2000. A marca nasceu a partir da demanda do mercado por imóveis econômicos e de média renda em decorrência da política e programa habitacional no país na época. Com isso, a Patrimar Engenharia começou a focar só nos projetos residenciais e comerciais de alta renda.

A partir do plano de expansão geográfica do Grupo, a Novolar chegou ao Rio de Janeiro em 2003 e a Patrimar entrou no interior de São Paulo, em Campinas, em 2009 com o empreendimento residencial Acqua Galeria. O empreendimento marcou o início do fortalecimento da marca fora do eixo de Belo Horizonte (MG).

No ano de 2013, o Grupo lançou um dos seus projetos mais importantes. Em parceria com a Cyrela, nasceu o Medplex (J.M. IRFFI BUSINESS), o complexo de saúde mais avançado de Minas Gerais e vencedor de dois prêmios. Já em 2017, a Companhia iniciou o Projeto Construir, uma reformulação completa da gestão empresarial baseada na tríade "pessoas, processos e tecnologias". O projeto significou uma relevante inovação em termos de infraestrutura tecnológica para o Grupo, preparando para os desafios de transformação digital e das tendências em inteligência artificial, análises preditivas e big data etc.

No segundo semestre de 2020, a Companhia deu um passo importante na sua trajetória com o registro de companhia aberta na Categoria A na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Atualmente, esse registro traz facilidades para melhores estruturas de captação de recursos via emissão de valores mobiliários, tanto de dívida quanto de ações, e mantem a Companhia em constante relacionamento com o mercado de capitais visando uma oferta inicial de ações (IPO) no melhor momento de mercado. Por já ter iniciado suas atividades na CVM, o Grupo divulga seus resultados operacionais ao longo dos anos

Em 2021, a companhia teve a oportunidade de levar ao Rio de Janeiro o segmento de luxo, no qual já era consolidado em Minas Gerais, realizando um sonho antigo. O movimento foi um sucesso e, em outubro de 2022 a Patrimar celebrou um ano dessa atuação no RJ conquistando o feito de mais de R$ 1 bilhão em vendas dos empreendimentos Oceana Golf e Atlântico Golf - localizados na região do Golf Olímpico, na Barra da

Tijuca. Os projetos fizeram história no mercado imobiliário carioca, destacando o potencial da Patrimar.

Já em 2022, o Grupo deu mais um passo para diversificação dos negócios. Em parceria com a Performance Empreendimentos Imobiliários, focada no desenvolvimento, gestão e locação de empreendimentos residenciais multifamiliares no Brasil, nasceram as marcas Viv in, ligada ao investimento de terrenos, desenvolvimento, construção e locação de residenciais, e Livizi, relacionada à gestão de empreendimentos próprios e de terceiros.

ESG NO GRUPO PATRIMAR

Em 2022, a Companhia criou um comitê e um logotipo próprios para intensificar o plano de ação nas frentes ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa, na tradução da sigla). No mesmo ano, o Grupo Patrimar também recebeu uma capacitação pelo CTE (Centro de Tecnologia e Edificações) - que garante qualidade, tecnologia, gestão, sustentabilidade e inovação para o setor da construção - e a implantação de diretrizes na atuação sustentável. Entre os próximos passos da empresa, estão: Ranking de Geração de Resíduos das Obras, Rastreabilidade dos Gases de Efeito Estufa, e definir as ODS's - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Companhia tem, ainda, forte participação em ações que estimulam a qualidade de vida da população. O Grupo apoia o esporte e a saúde para reforçar seu compromisso na promoção do bem-estar. Exemplo disso é a corrida "Patrimar Live Run", patrocínio de atletas do Boníssima Club, adesão ao Programa de manutenção hospitalar do Hospital da Baleia – Amigos da Baleia -, e parceria com a TETO entre tantas outras iniciativas incentivadas.

PREMIAÇÕES E RANKINGS DE NEGÓCIOS

A Companhia comemora a chegada nesse ano importante com conquistas relevantes dos últimos rankings de negócios do mercado empresarial brasileiro, divulgados pelas revistas O Empreiteiro e IstoÉ Dinheiro, além de prêmios. Quando comparado ao ano de 2021, o Grupo Patrimar subiu 8 posições no Ranking Nacional 2022 da Construção Imobiliária da Revista O Empreiteiro, garantindo o 10º lugar entre as 500 empresas analisadas este ano. Já no Ranking das Maiores Empresas do Brasil da Revista IstoÉ Dinheiro, a companhia conquistou o primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira, ficando à frente de grandes empresas do setor imobiliário. Na lista geral, o Grupo alcançou o 375º lugar, junto das 1.000º maiores organizações do país.

O Grupo Patrimar também se afirmou como forte referência no segmento no ano de 2022, sendo vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em parceria com a Somattos, em Belo Horizonte. Outro prêmio conquistado pela companhia foi o Ademi RJ, sendo na categoria Concepção Arquitetônica com o projeto do Atlântico Golf e na categoria Marketing e Comercialização de Empreendimentos com o empreendimento Oceana Golf, ambos no Rio de Janeiro.

Ao longo da história, o Grupo Patrimar também teve outros projetos premiados. O MedPlex, em parceria com a Cyrela, conquistou em 2013 os prêmios International Property Awards - nas categorias Best office architecture brazil e Best office architecture central & south américa - e o XI Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, com o prêmio Destaque. Já o projeto do Home Residence, em parceria com a Somattos Engenharia, recebeu em 2020 o prêmio International Property Awards, na categoria Mixed Use.

Em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work, de excelente lugar para se trabalhar, certificado validado pela consultoria global GPTW.

Alex Veiga, CEO do Grupo, diz estar honrado em chegar no ano dos 60 anos do Grupo Patrimar alcançando essas conquistas. "É muito bom colher os frutos do nosso trabalho. Parabéns a todo o nosso time, eu não poderia contar com pessoas melhores para confiar os projetos e ações que desenvolvemos na empresa. 2022 foi muito próspero e este 2023 promete ainda muitas surpresas com os 60 anos do Grupo Patrimar!", celebra.

XP democratiza acesso à renda fixa internacional com 9 novos produtos exclusivos; investimento inicial é de R$ 5 mil

Nove certificados de operações estruturadas, com exposição a crédito privado e soberano, estão disponíveis para compra em reais, sem necessidade de câmbio

Para democratizar o acesso a diversas classes de ativos, a XP amplia o acesso a produtos com exposição à renda fixa internacional, com a opção de investimento, diretamente em reais, em uma nova família de Certificados de Operações Estruturadas. São nove novos produtos, disponíveis na conta de investimentos brasileira, que têm exposição a títulos de dívida privada ou pública em dólar, e que podem ser emitidas por empresas e governos locais ou internacionais. Os ativos têm rentabilidades pré-fixadas, pagamento de juros semestrais e investimento mínimo de apenas R$ 5 mil.

"Os novos produtos simplificam o acesso a títulos internacionais para clientes brasileiros, permitindo investimentos que possuem exposição à renda fixa americana diretamente do Brasil. Além do ticket mínimo mais baixo do que a média do mercado, o cliente tem uma experiência simplificada para acesso de um produto customizado e ainda ser mais uma opção de diversificação para a carteira dos nossos clientes", afirma Lucas Rabechini, diretor de Produtos Financeiros da XP.

Além da exposição a títulos de dívidas de empresas norte-americanas, os novos produtos também podem ser expostos a ativos de empresas brasileiras que emitem em dólar, ou até crédito soberano brasileiro.

"Por conta do cenário de mercado e da forma como é estruturado, a rentabilidade para o investidor pode ser superior à de títulos de renda fixa tradicional e a remuneração é feita via pagamento de juros periódicos, com a frequência sendo definida pelo emissor do título", afirma Raoni Carramillo, head de Produtos Estruturados da XP.

Os nove COEs com bonds, listados abaixo, podem ser encontrados diretamente no aplicativo da XP, na aba "COE" dentro de "Investimentos". O produto é indicado para investidores com perfil agressivo. Entre os produtos, estão ativos com exposição a títulos emitidos por grandes empresas, como Petrobras e Braskem, além de títulos soberanos de Brasil e Colômbia.

ATIVO SUBJACENTE (BOND) | VENCIMENTO

Brasil (governo) | set-31
Petrobras | jan-28
FS Bioenergias | dez-25
Colômbia (governo) | mar-29
Aegea Saneamento | mai-29
Braskem | fev-33
Iochpe-Maxion | jul-28
Pemex - Petróleos Mexicanos | mar-27
Movida | fev-31

OFERTA COMPLEMENTAR

Os novos produtos com exposição à renda fixa global são complementares à oferta de bonds, diretamente. Lançada em maio de 2022, a conta de investimentos internacional está disponível para uma base de mais de 1 milhão de clientes, com patrimônio acima de R$ 10 mil na plataforma, e oferece acesso a mais de 10 mil títulos listados na Nasdaq e na NYSE, além de mais de 30 títulos de dívida em dólar (bonds) e títulos públicos norte-americanos (Treasury Notes) com investimento mínimo de US$ 5 mil, um dos mais baixos praticados no mercado.

A XP Inc. é uma das maiores plataformas de investimentos do Brasil, dona das marcas XP, Rico, Clear, entre outras. A XP Inc. tem mais de 3,8 milhões de clientes ativos e R$ 946 bilhões de ativos sob custódia.

Mart Minas inaugura sua 58ª unidade em Curvelo - MG

A nova loja chega ao bairro Bela Vista com 5,2 mil m² em área de venda

Atualmente, o Mart Minas está entre os cinco maiores do segmento de atacado e varejo no Brasil e ocupa a atual liderança no segmento mineiro. Presente no mercado há 21 anos, a rede possui mais de 10 mil funcionários que atendem mensalmente 2,2 milhões de pessoas, contemplando cerca de 700 cidades próximas a regiões nas quais suas unidades estão inseridas.

No dia 13 abril, o atacarejo abriu sua 58ª loja no município de Curvelo, que faz parte da região central de Minas Gerais e destaca-se por ser a maior cidade da microrregião do alto médio São Francisco, tanto em número de habitantes quanto em território geográfico. A nova unidade está localizada na Avenida Doutor Dalton Moreira Canabrava, nº 860, no bairro Bela Vista.

Além de movimentar o desenvolvimento econômico local com geração de emprego e renda, o Mart Minas fica uma loja de ampla infraestrutura à Curvelo, ofertando uma grande variedade de produtos a preços competitivos. Com mais de 300 vagas de estacionamento, a área construída da unidade de Curvelo totaliza 10,3 mil m², sendo 5,2 mil m² em área de venda, que terá 26 check-outs disponíveis.

"Nosso time da área comercial faz um trabalho para conhecer as marcas regionais. Como estamos em todas as regiões do estado é relevante respeitar os hábitos de consumo regionais e as preferências dos clientes. Em Curvelo não seria diferente, por isso, a nova unidade contará com uma equipe de vendas devidamente qualificada.", enfatiza Filipe Martins, Diretor Comercial e Marketing da rede.

O Mart Minas é considerado o maior e mais completo atacado e varejo de Minas Gerais, e para se manter na liderança do mercado, aposta em estratégias como agilidade na tomada de decisões, na aplicação de robustos investimentos, na manutenção de um vasto e diversificado sortimento de produtos aliado a preços acessíveis, assim como no acompanhamento constante das tendências.

O recém-lançado Cartão de Crédito Mart Minas também será oferecido na loja de Curvelo, a fim de estreitar as relações com a base de consumidores. O Cartão pode ser feito nas versões para CNPJ, comerciantes informais e Pessoa Física, com um prazo de até 40 dias para o pagamento e a possibilidade de parcelamento dos itens de bazar em até 3X sem juros ou até 12X com juros.

Movida lança a Moover, marca exclusiva para locação de carros para profissionais do volante

Rede inicia as operações na cidade de São Paulo com as unidades Itaim Paulista, Vila Leopoldina, Marginal Tiete e São Caetano do Sul

A Movida (MOVI3), empresa de aluguel de carros que conta com a frota mais nova e moderna do Brasil, lança a marca Moover, voltada ao aluguel de carros para profissionais do volante. As primeiras unidades da nova linha de negócio serão inauguradas em São Paulo (SP), cidade que concentra a maior demanda por locação nessa modalidade, e atenderão motoristas de aplicativos como Uber e 99, além de usuários de veículos utilitários como furgões e vans.

A locação de veículos para essa categoria está em plena expansão no país. Atualmente, existem cerca de 1,2 milhão de carros ativos em aplicativos no Brasil, sendo que aproximadamente 200 mil são alugados de locadoras, segundo a Uber e a 99.

"Hoje, temos cerca de 5,5 mil veículos alugados para motoristas profissionais e, agora, pretendemos dobrar esse número com a criação da Moover. A marca terá esse público como foco, oferendo atendimento e condições diferenciadas. Há um grande potencial de crescimento nessa modalidade, tendo em vista o mercado endereçável. Por isso, vemos muitas oportunidades para o desenvolvimento dessa linha de negócio", afirma Jamyl Jarrus, vice-presidente executivo de RAC da Movida.

As primeiras unidades estarão predominantemente na cidade de São Paulo (SP), pois são áreas que concentram maior volume de locação por motoristas nessa modalidade. Além do atendimento aos motoristas de aplicativo, a nova marca também atenderá, com condições especiais, usuários que buscam veículos utilitários para realizar entregas como vans e furgões.

As lojas da Moover serão espaços exclusivos aos profissionais do volante, com funcionários capacitados para atender esse público e orientar sobre os melhores planos e veículos para cada consumidor. Os valores da locação serão de até 30% mais baratos do que custo do aluguel convencional.

"Teremos carros dedicados e com valores mais acessíveis. Com a nova marca, buscamos a fidelização não só através do bom atendimento, mas também com o melhor preço", completa o vice-presidente.

Em um novo patamar de crescimento, a Movida também oferece locação de veículos em diversas categorias como locação diária, mensal, gestão de frotas para empresas, além de ser a locadora com maior frota de veículos híbridos e elétricos do país. Em 2022, a companhia superou a marca dos R$ 10 bilhões de receita bruta, 79% maior que 2021, aumentou sua frota em 20%, chegando a 224 mil carros, e adicionou 45 novas lojas em seu portfólio, totalizando 330 pontos de atendimento ao somar as unidades RAC e Seminovos.

A Moover é a marca da Movida dedicada a locação de carros para profissionais do volante. Com quatro lojas, as unidades dedicadas Moover estão localizadas no Itaim Paulista, Vila Leopoldina, Marginal Tiete, na cidade de São Paulo e em São Caetano do Sul, munícipio da Grande São Paulo.

A MOVIDA é uma empresa de aluguel de carros que oferece soluções inovadoras em mobilidade urbana para todo tipo de necessidade. Pioneira em oferecer serviços como aluguel mensal para pessoa física, wi-fi no carro, pré-pagamento e chatbot nas redes sociais, foi a primeira locadora do país a ir além do carro, ajudando a revolucionar o setor de locação no Brasil. Antenada aos novos tempos, investe em sustentabilidade, sendo a primeira locadora de veículos no mundo, listada em bolsa, a receber a Certificação de Empresa B, fazendo parte de um seleto grupo de companhias que têm como modelo de negócios o desenvolvimento socioambiental. No Brasil, foi a primeira a ter um programa como o Carbon Free, que neutraliza as emissões de CO2 das locações dos seus clientes, e é a locadora com a maior frota de carros elétricos disponíveis para locação.

Desde 2006 no mercado, a Movida foi adquirida em 2013 pela JSL (atualmente faz parte do GRUPO SIMPAR), abriu capital em fevereiro de 2017 e hoje é uma das empresas da SIMPAR S.A. Com perfil inovador aliado a forte governança corporativa, atua tanto no varejo, com aluguel de carros, como no mercado corporativo, com a terceirização de frotas para empresas, além da venda de seminovos. Após diversos investimentos nos últimos quatro anos, conta com uma frota de mais de 224 mil veículos, 241 lojas de aluguel de carros e 89 pontos de venda de seminovos.

Arrecadação de tributos no Brasil teve recorde histórico em 2022

- A "des-carga" tributária do país superou, pela primeira vez, 1/3 do PIB – Produto Interno Bruto nacional

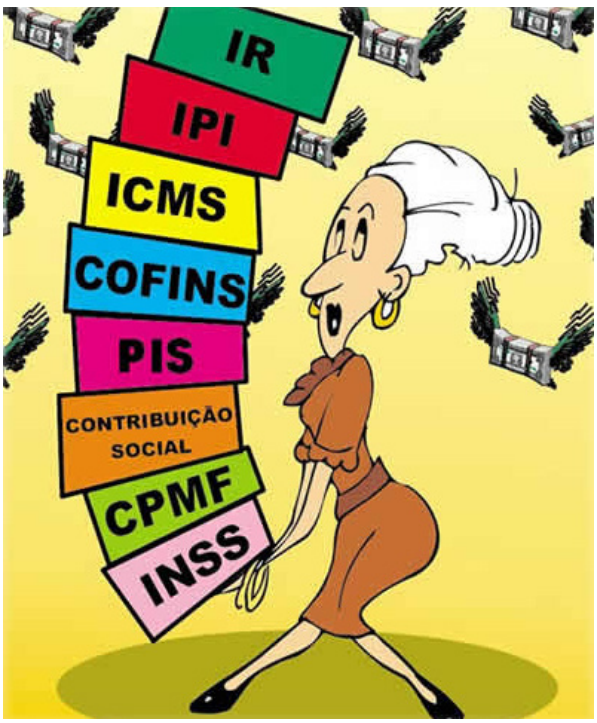
- Em impostos, o Brasil saiu do quinto, entrou no terço e está rumado rapidamente para o meio dos infernos. Coitado de Tiradentes!

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Em 2022, a Carga Tributária Bruta (CTB) do Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios) foi de 33,71% do PIB – a maior já verificada na história econômica do país e superou, pela primeira vez, 1/3 do PIB-Produto Interno Bruto do país do mesmo ano. Houve um aumento de 0,65 pontos percentuais em relação ao PIB-Produto Interno Bruto de 2021. Essas informações constam do documento "Boletim da Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral", divulgado pela Secretaria do Tesouro nacional, no dia 31 de março último e que segue o padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI. Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é a área responsável pela publicação do dado oficial da Carga Tributária no Brasil. A estimativa da Carga Tributária Bruta foi elaborada para atendimento à solicitação da CGU para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

Na decomposição por esfera de governo, a CTB do Governo Central teve crescimento de 0,86 p.p. do PIB, a dos Governos Municipais aumentou 0,14 p.p. do PIB e a dos Governos Estaduais apresentou redução de 0,34 p.p. do PIB.

A arrecadação total em 2022 do Governo Geral totalizou R$ 3,342 trilhões – verificando-se um aumento nominal de 13,63% quando comparado ao ano de 2021. A arrecadação do Governo Central atingiu R$ 2,259 trilhões – representando uma expansão nominal de 15,77% em relação ao exercício anterior e equivalente a 67,58% do total nacional. Os Governos Estaduais arrecadaram R$ 851,4 bilhões – aumento nominal de 7,18% relativamente ao ano anterior-



Esfera de governo	R$ Milhões		% PIB		Variação		
	2021	2022	2021	2022	(R$ Milhões)	(% Nominal)	(p.p. PIB)
Governo Central	1.950.896	2.258.551	21,92%	22,78%	307.655	15,8%	0,86
Governos Estaduais	794.328	851.408	8,93%	8,59%	57.079	7,2%	-0,34
Governos Municipais	195.928	232.134	2,20%	2,34%	36.206	18,5%	0,14
Governo Geral	2.941.152	3.342.093	33,05%	33,71%	400.940	13,6%	0,65

PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB-PRODUTO INTERNO BRUTO 2022 - EM %

Governo Central	67,58
Governos Estaduais	25,48
Governos Municipais	6,94
Total	**100,00**

Fonte: STN
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

representando 25,48% do total nacional. Já os Governos Municipais arrecadaram R$ 232,13 bilhões – verificando-se uma expansão nominal de 18,48% e representando 6,94% do total nacional.

No que se refere à arrecadação federal, destaca-se o aumento de 0,62 p.p. do PIB na receita com IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, explicado principalmente pelo desempenho dos fundos e títulos de renda fixa, que foi influenciado pelo aumento da taxa SELIC. As receitas com IRPJ-Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL-Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apresentaram aumento de 0,48 e 0,31 p.p. do PIB, respectivamente, desempenho que pode ser essencialmente explicado por: i) crescimento de 82,09% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL; e ii) acréscimo de 16,90% na arrecadação da estimativa mensal.

Na esfera estadual a redução da carga tributária deveu-se basicamente à diminuição de 0,41 p.p. do PIB do ICMS-Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços explicada, principalmente, pelos efeitos da Lei Complementar nº 194 de 2022 que passou a considerar como essenciais os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, reduzindo suas alíquotas.

Já nos Municípios o aumento da carga tributária está relacionado à arrecadação de impostos sobre serviços, destacando-se o aumento de 0,11 p.p. do PIB do ISS. Essa variação foi influenciada pelo crescimento real de 8,59% das vendas de serviços (PMS/IBGE) no período de dezembro/2021 a novem-

Gráfico 1 – Carga tributária por esfera de governo – 2010/2022
Dados em: % PIB
Fonte: STN

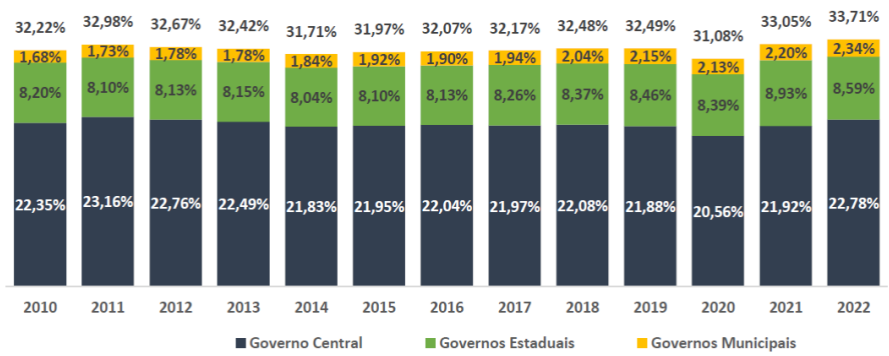
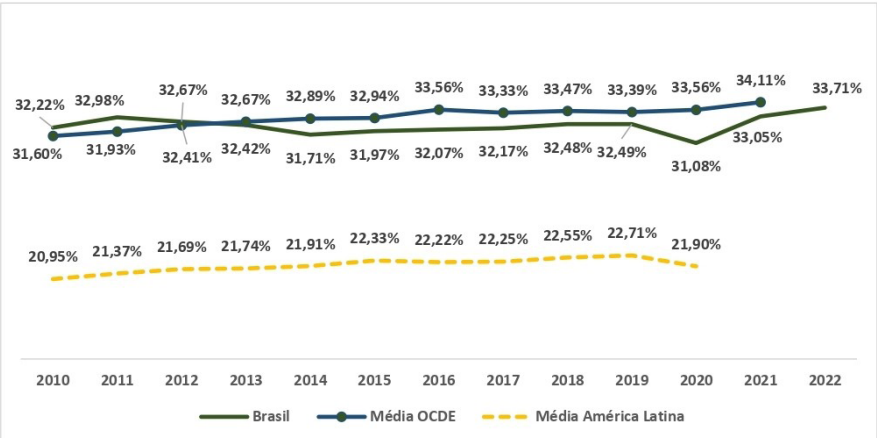


Gráfico 3 – Evolução da Carga Tributária Bruta – Governo Geral – Brasil e Média da OCDE
Dados em: % PIB
Fonte: STN e OCDE - Revenue Statistics. Dados da OCDE disponíveis até 2021. Média composta por 36 países



Carga Tributária Bruta Total	R$ Milhões		% do PIB	
	2021	2022	2021	2022
Governo Geral	**2.941.152**	**3.342.093**	**33,05%**	**33,71%**
Impostos	**2.222.070**	**2.523.856**	**24,97%**	**25,45%**
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	696.007	910.263	7,82%	9,18%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	49.325	57.061	0,55%	0,58%
Impostos sobre a propriedade	143.404	165.374	1,61%	1,67%
Impostos sobre bens e serviços	1.271.299	1.332.124	14,29%	13,44%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	62.036	59.034	0,70%	0,60%
Outros impostos	0	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	**719.082**	**818.236**	**8,08%**	**8,25%**
Contribuições para o RGPS	450.809	518.970	5,07%	5,23%
Contribuições para o RPPS	114.381	122.947	1,29%	1,24%
Contribuições para o FGTS	137.020	156.298	1,54%	1,58%
Contribuições para o PASEP	16.871	20.022	0,19%	0,20%

bro/2022 na comparação com o ano anterior.

Em 2022, os impostos foram responsáveis por 75,51% e as contribuições por 29,49% da arrecadação total. Cabe salientar que os Governos Estaduais e Municipais não possuem participação sobre a arrecadação das contribuições e delas não há redistribuição.

Os impostos sobre bens e serviços foram responsáveis por 39,87% da arrecadação total e 13,44% do PIB-Produto Interno Bruto. Os impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital contribuíram com 27,23% do total arrecadado e 9,18% do PIB. As contribuições sociais significaram 24,47% da arrecadação total e 8,25% do PIB. Os impostos sobre a propriedade representaram 4,95% do total da arrecadação nacional e por 1,67% do PIB – enquanto que os demais impostos participaram com 3,48% do total arrecadado e por 1,17% do PIB.

O ICMS-Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços liderou a arrecadação nacional em 2022 com o maior volume e totalizando R$ 692,14 bilhões, representando 20,71% do total – sendo seguido pelas Contribuições à Previdência Social – R$ 518,97 bilhões e 15,53% do total. Em 3ª posição está o Imposto de Renda Retido na Fonte, com R$ 417,77 e 12,50% do total.

A Carga Tributária Bruta brasileira manteve-se praticamente no mesmo patamar dos países da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (com sede em Paris, França, é uma organização internacional composta por 38 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia). Comparativamente à média dos países da América Latina, a Carga Tributária brasileira é bem superior.

O peso dos tributos no Brasil é equivalente ao da média dos países-membros da OCDE- que é formada pelos países mais desenvolvidos do mundo, nos quais a carga tributária alta e de outro lado, também corresponde serviços públicos bem melhores. No Brasil, a má qualidade desses serviços é notória e vem se agravando há anos exigindo, em boa parte, que a população que pode, busque-os no setor privado – o que onera e amplia ainda mais os seus gastos.

Arrecadação Tributária - 2022	Participação - %
Impostos sobre bens e serviços	39,87
Impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital	27,23
Contribuições sociais	24,47
Impostos sobre a propriedade	4,95
Demais	3,48
Total	100,00

Fonte: STN – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Gráfico 2 – Estrutura da Carga Tributária Bruta – Governo Geral – 2010/2022
Dados em: % PIB
Fonte: STN

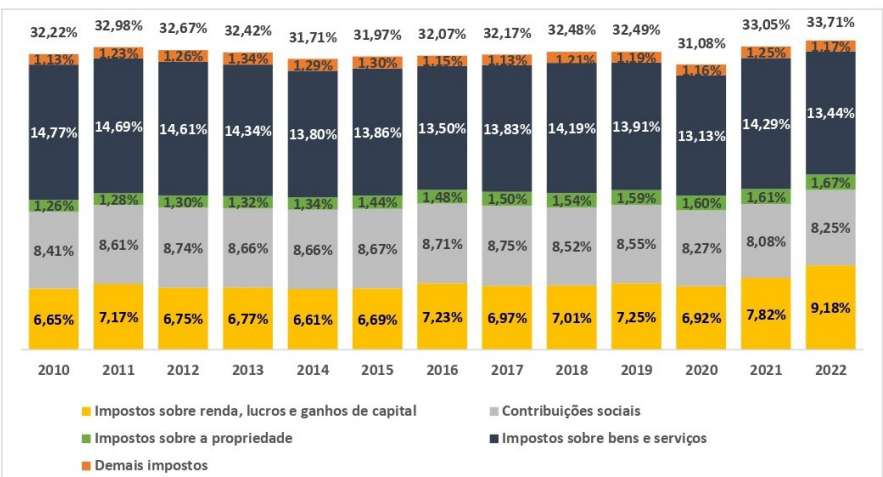


Tabela 3 - Carga Tributária Bruta por esfera de governo e espécie tributária – Brasil – 2021/2022
Dados em: R$ Milhões - Valores correntes; Pontos percentuais do PIB
Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R$ Milhões		% do PIB	
	2021	2022	2021	2022
Carga Tributária Bruta Total - Governo Geral	**2.941.152**	**3.342.093**	**33,05%**	**33,71%**
Carga Tributária Bruta Total - Governo Central 1/	**1.950.896**	**2.258.551**	**21,92%**	**22,78%**
Impostos	**1.295.006**	**1.512.805**	**14,55%**	**15,26%**
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	**696.007**	**910.263**	**7,82%**	**9,18%**
Imposto sobre a renda da pessoa física - IRPF	53.788	55.059	0,60%	0,56%
Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ	210.058	281.264	2,36%	2,84%
Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF 2/	319.669	417.774	3,59%	4,21%
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	112.469	156.093	1,26%	1,57%
Outros impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital	23	72	0,00%	0,00%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	**49.325**	**57.061**	**0,55%**	**0,58%**
Contribuição social do salário-educação	23.833	27.024	0,27%	0,27%
Contribuições para o Sistema S 3/	23.103	27.273	0,26%	0,28%
Outros impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	2.389	2.764	0,03%	0,03%
Impostos sobre a propriedade	**2.187**	**2.614**	**0,02%**	**0,03%**
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	2.167	2.594	0,02%	0,03%
Outros impostos sobre a propriedade	20	20	0,00%	0,00%
Impostos sobre bens e serviços	**485.451**	**483.832**	**5,46%**	**4,88%**
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	269.705	271.903	3,03%	2,74%
Contribuição para o PIS	57.614	58.408	0,65%	0,59%
Imposto sobre produto industrializado	70.414	58.944	0,79%	0,59%
Impostos sobre transações financeiras - IOF	49.024	58.989	0,55%	0,59%
CIDE-Combustíveis	1.924	1.660	0,02%	0,02%
Contribuição sobre Concursos de Prognosticos e Sorteios	3.084	3.844	0,03%	0,04%
Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT	13	3	0,00%	0,00%
Contrib. pela Lic. de Uso, Aqu. ou Transf. de Tecn. - CIDE - Remessas ao Exterior	7.585	7.925	0,09%	0,08%
Taxas administrativas	5.315	5.817	0,06%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	20.774	16.339	0,23%	0,16%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	**62.036**	**59.034**	**0,70%**	**0,60%**
Imposto sobre a Importação	61.876	58.981	0,70%	0,59%
Imposto sobre a Exportação	160	53	0,00%	0,00%
Outros impostos	**0**	**0**	**0,00%**	**0,00%**
Contribuições sociais	**655.891**	**745.746**	**7,37%**	**7,52%**
Contribuições para o RGPS	450.809	518.970	5,07%	5,23%
Contribuições para o RPPS	51.190	50.456	0,58%	0,51%
Contribuições para o FGTS 4/	137.020	156.298	1,54%	1,58%
Contribuição para o PASEP	16.871	20.022	0,19%	0,20%

Carga Tributária Bruta Total	R$ Milhões		% do PIB	
	2021	2022	2021	2022
Carga Tributária Bruta Total - Governos Estaduais 5/	**794.328**	**851.408**	**8,93%**	**8,59%**
Impostos	**748.887**	**801.043**	**8,42%**	**8,08%**
Impostos sobre a propriedade	**65.963**	**78.542**	**0,74%**	**0,79%**
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.221	1.218	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	651	521	0,01%	0,01%
Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	12.330	12.874	0,14%	0,13%
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	51.762	63.928	0,58%	0,64%
Impostos sobre bens e serviços	**682.924**	**722.502**	**7,67%**	**7,29%**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	657.928	692.147	7,39%	6,98%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.206	2.639	0,02%	0,03%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	232	226	0,00%	0,00%
Taxas administrativas	22.553	27.486	0,25%	0,28%
Outros impostos sobre bens e serviços	4	4	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	**45.441**	**50.364**	**0,51%**	**0,51%**
Contribuições para o RPPS	45.441	50.364	0,51%	0,51%
Carga Tributária Bruta Total - Governos Municipais 6/	**195.928**	**232.134**	**2,20%**	**2,34%**
Impostos	**178.178**	**210.008**	**2,00%**	**2,12%**
Impostos sobre a propriedade	**75.254**	**84.218**	**0,85%**	**0,85%**
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	54.678	63.109	0,61%	0,64%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	20.207	20.739	0,23%	0,21%
Outros impostos sobre a propriedade	369	370	0,00%	0,00%
Impostos sobre bens e serviços	**102.924**	**125.789**	**1,16%**	**1,27%**
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	86.488	107.218	0,97%	1,08%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.672	12.555	0,13%	0,13%
Taxas administrativas	4.764	6.016	0,05%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	0	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	**17.750**	**22.126**	**0,20%**	**0,22%**
Contribuições para o RPPS	17.750	22.126	0,20%	0,22%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Fonte: SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Bra

2. Inclui a receita de Estados e Municípios proveniente da arrecadação do Imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos por e pagos a seus servidores e empregados.

3. Fonte: RFB

4. Fonte: demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

5. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dado partir de 2019 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis.

6. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fis do Setor Público Brasileiro - Sconfi. Os dados a partir de 2022 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Sal Contábeis. Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de Municíp bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados.

A realidade dos números

Na verdade, a "descarga" tributária brasileira é muito superior ao que mostram as estatísticas oficiais, porque é preciso levar em consideração os déficits nominais apurados anualmente nas contas públicas. E isso porque depois eles se transformam em dívida pública, deixando um nefasto legado para as gerações futuras.

Apesar de bastante elevada, a arrecadação tributária nacional ainda não cobre a totalidade das despesas públicas, restando saldos a descoberto, conhecidos como déficits nominais, os quais – não se considerando as maquiagens, pedaladas e contabilidades criativas – consumiram em média 7,1% do PIB brasileiro durante os últimos dez anos.

Assim, considerado o déficit público apurado em 2022 de 4,69% do PIB, a "descarga" tributária brasileira somou cerca de 38,02% nesse ano. A média anual dos dez últimos anos alcança 39,6%. Assim, nesse período, teriam sido necessários cerca de 139 dias de salários dos trabalhadores apenas para o pagamento de tributos.

Como disse certa vez a ministra do Reino Unido Margareth Thatcher: "Não existe dinheiro público. Existe apenas o dinheiro do pagador de impostos". E ela tinha razão, uma vez que os impostos pesam em nossos bolsos. Contudo, no Brasil pouco se sabe a respeito do destino dado ao que é retirado de nosso trabalho, da nossa produção e do que pagamos sobre o que consumimos.

BRASIL – RESULTADO CONSOLIDADO DAS CONTAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO - 2001/2020 – EM %

Ano	Primário	Nominal
2001	3,18	-3,42
2002	3,19	-4,42
2003	3,24	-5,18
2004	3,69	-2,88
2005	3,75	-3,54
2006	3,15	-3,57
2007	3,24	-2,74
2008	3,33	-1,99
2009	1,94	-3,19
2010	2,62	-2,41
2011	2,94	-2,47
2012	2,18	-2,26
2013	1,71	-2,96
2014	-0,56	-5,95
2015	-1,86	-10,22
2016	-2,49	-8,98
2017	-1,68	-7,77
2018	-1,55	-6,96
2019	-0,84	-5,79
2020	-9,24	-13,34
2021	0,73	-4,31
2022	1,28	-4,69

Fonte: Banco Central/MinasPart Desenvolvimento

Tanto imposto e pouco de retorno

Conforme já mencionado e de acordo com os dados relativos da "descarga" tributária brasileira, de cada R$ 100,00 produzidos na economia nacional, R$ 33,71 são destinados, exclusivamente, ao pagamento de tributos e isso, sem mencionar o déficit nominal. Ou que, em todo o ano de 2022 –, cerca de 123 dias do trabalhador foram confiscados de sua remuneração e destinados ao pagamento dos diversos tributos cobrados no País.

De acordo com o contador e presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT João Eloi Olenike "é muito imposto num País que precisa crescer e respeitar seu cidadão. São milhares de entraves burocráticos para que o sistema tributário seja forte e justo.

Ele afirma "que vemos hoje são pessoas que pagam seus impostos e nada têm em retorno. Infelizmente o retorno para a sociedade é pífio, fazendo com que os brasileiros tenham que pagar por serviços particulares (ou seja, em dobro), como ensino privado, cercas elétricas, guardiões nas esquinas de casa, planos de saúde, pedágios, etc.", ressalta João Eloi.

A única saída: exigir a correta aplicação de todo aquele dinheiro, que não é pouco, e que não tem destinação certa, mas é de todos. "Nós temos, como contribuintes, o direito e o dever de verificar os documentos fiscais, tomar conhecimento da alta carga de tributos que os governos estão arrecadando e fazer exigir nossos direitos da correta aplicação desses recursos em serviços públicos de qualidade", conclui Olenike.

Segundo o IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 1947, quando teve início o registro sistemático das contas nacionais do Brasil, a carga tributária brasileira era de 13,8% do PIB. Desde então, apresentou um crescimento lento até atingir 18,7% do PIB em 1958. A partir daquele ano, iniciou uma trajetória de queda, chegando em 1962, em meio à crise institucional, a 15,8% do PIB. Nos anos seguintes, marcados pela mais profunda reforma tributária por que passou o País, recuperou sua tendência ascendente. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e da implementação do Plano Real em 1994, não parou mais de subir e a tendência ascendente continua sendo a sua tônica.

Atualmente, o trabalhador brasileiro deixará de receber mais de 4 meses – ou 123 dias dos seus salários - exclusivamente para pagar impostos. Outro lado ruim da moeda é que o tributo brasileiro recai muito mais sobre o consumo, enquanto nos países desenvolvidos isso ocorre sobre a renda, ganhos de capital e o patrimônio. Ademais, nossa legislação é complicada e burocrática, há um cipoal enorme de portarias e resoluções, tornando-a uma das mais complexas do mundo. Só os tributos federais, presume-se, são no mínimo em número de 68. São 27 legislações diferentes de ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência dos Estados. Não se pode ignorar, ademais, que o Brasil conta com 5.568 municípios e, cada um deles, dispõe de seu próprio regime tributário. Sobre todos esses assuntos, há uma legislação compreendendo centenas de milhares de resoluções, normas, circulares, portarias etc - incontáveis, para a alegria de despachantes, lobistas, corruptos e toda sorte de gente de má fé.

O Brasil continua mais isolado entre as maiores economias do mundo, com patamar de Imposto de Renda de pessoas jurídicas acima de 30%. A alta tributação é ruim, mas o sistema brasileiro como um todo é o que torna o ambiente de negócios brasileiro mais hostil e afugenta investimentos. A questão nem é pagar muito ou pouco imposto, é a complexidade da norma.

A questão da altíssima carga tributária e a complexidade legal, além da burocracia e da insegurança jurídica (veja a última decisão do STF considerando que mesmo as suas decisões anteriormente tomadas e transitadas em julgado podem ser anuladas) – à parte as de natureza trabalhista são os maiores entraves à atração de captais produtivos e ao desenvolvimento do País.

Cabe salientar que, até então, considerava-se "transitado em julgado" o que tornava o julgamento definitivo, não cabendo mais recurso. O termo jurídico "trânsito em julgado" refere-se ao momento em que uma decisão - sentença ou acordão - torna-se definitiva, não podendo mais ser objeto de recurso. Para as questões tributárias esse afirmativa não prevalece mais e isso nos remete a uma frase do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan: "no Brasil, até o passado é incerto!"

Além do mais, o Sistema Tributário brasileiro, em que pese a excelência da sua máquina administrativa, o seu grau de modernidade e tecnologia é injusto em dois sentidos: por centralizar a maior parte de sua arrecadação na União – 67,53% – em detrimento de apenas 25,48% dos Estados e 6,94% dos Municípios, além de deter maior peso nos impostos indiretos, o que penaliza, fundamentalmente, as classes socialmente mais baixas e menos favorecidas. Em síntese, trata-se de conviver com uma tributação que não condiz com os anseios de uma sociedade que quer se crescer e se desenvolver. Do jeito como atualmente vigora, mata a galinha dos ovos de ouro que é a produção, sufoca os empresários e trabalhadores, aprisiona o crescimento econômico a taxas medíocres e conspira, efetivamente, contra o desenvolvimento nacional.

Tais impostos e "contribuições" sobre a produção e o consumo representaram, em 2022, parcela significativa da arrecadação nacional – 39,87% do total – superando o de países desenvolvidos – aí considerados, inclusive, aqueles que têm carga total superior à brasileira. Assim por exemplo e apenas para efeito comparativo, enquanto a carga tributária incidente sobre a produção de bens e serviços totaliza cerca de 5% do PIB nos Estados Unidos, no Brasil essa incidência atinge 14%

BRASIL – CARGA TRIBUTÁRIA + DÉFICIT NOMINAL
Em % do PIB – Produto Interno Bruto

Ano	Carga Tributária	Déficit Nominal	Total
2001	31,3	3,5	35,8
2002	32,1	4,5	36,6
2003	31,4	5,2	36,6
2004	32,4	2,9	35,3
2005	33,6	3,6	37,2
2006	33,3	3,6	36,9
2007	33,7	2,8	36,5
2008	33,5	2,0	35,5
2009	32,3	3,2	35,5
2010	32,2	2,4	34,9
2011	33,0	2,5	35,9
2012	32,7	2,3	34,9
2013	32,4	3,0	35,7
2014	31,7	6,0	37,9
2015	32,0	10,2	42,2
2016	32,1	9,0	41,1
2017	32,2	7,8	40,0
2018	32,5	7,0	39,5
2019	32,5	5,8	38,2
2020	31,1	13,3	45,4
2021	33,1	4,3	37,4
2022	33,7*	4,7	38,4

*Dados preliminares. Fonte: Receita Federal/MinasPart Desenvolvimento

O Brasil convive com uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo e os serviços públicos não condizem com o montante de tributos que pagamos*

AO COMPLETAR 34 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA É COMPLEXA, CONFUSA E DE DIFÍCIL INTERPRETAÇÃO

- Foram editadas mais 7,1 milhões de normas
- Em média são editadas 829 normas por dia útil
- Em matéria tributária, foram editadas 466.561 normas
- São mais de 2,26 normas tributárias por hora (dia útil)
- Em 34 anos, houve 18 emendas constitucionais tributárias
- Foram criados inúmeros tributos, como CPMF, COFINS, CIDES, CIP, CSLL, PIS IMPORTAÇÃO, COFINS IMPORTAÇÃO, ISS IMPORTAÇÃO
- Foram majorados praticamente todos os tributos
- Em média cada norma tem 3 mil palavras

O Sistema Tributário Nacional é perverso porque prejudica a economia. Existem várias condições socioeconômicas que determinam o potencial tributário de um país, entre elas a renda per capita, participação da agricultura no PIB, escolaridade, grau de abertura econômica, condições de saúde, etc. Estudos apontam que o Brasil arrecada efetivamente mais tributos do que suporta sua economia. A longo prazo, esta tributação excessiva provoca baixo crescimento econômico e desemprego, como vem se verificando ao longo das últimas décadas, quando a economia brasileira vem crescendo em níveis bastante inferiores à média internacional. Nos Estados Unidos, por exemplo, o salário mínimo equivale a US$ 1.355,2 – (varia de estado por estado) e, ainda assim, paga-se menos tributos que aqui. Vale dizer que apenas 2,7% da população de lá ganham salário mínimo, enquanto aqui, essa parcela chega a quase 50% da população ocupada.

A legislação tributária brasileira é extremamente complexa e ultrapassada. Nosso código tributário é da época em que metade da população vivia na zona rural e não existiam computadores. Segundo levantamento do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, desde a Constituição de 1988 já foram criadas 466.561 normas tributárias até 2022 e em média são editadas 829 normas por dia útil. A bagunça tributária é tão generalizada que até mesmo contadores e advogados tributaristas ficam perdidos em meio a tantas mudanças que ocorrem diariamente nos níveis federal, estaduais e municipais.

A legislação brasileira é confusa, complexa e de difícil interpretação. Os desafios em acompanhar a atualização da norma tributária se torna um verdadeiro obstáculo na vida de entidades, associações e todos aqueles que precisam estar em conformidade com o Fisco.

O Sistema Tributário brasileiro é, ainda, injusto, pois quase metade – 39,87% do dinheiro subtraído da sociedade pelo poder público é cobrada nos bens e serviços que adquirimos, desde medicamentos a veículos. E não importa se você é rico ou pobre, a alíquota é a mesma. Um exemplo seria a compra de uma geladeira no valor de R$ 2.000, em que a tributação é de 40%, ou seja, R$ 800. Nesse caso, quem ganha um salário mínimo precisa gastar 61% da sua renda para pagar o "imposto da geladeira", enquanto aqueles que ganham R$ 10.000, gastam bem menos do seu salário: 8%. Para corrigir esse problema que os especialistas chamam de regressividade tributária, é preciso desonerar o consumo de bens e serviços e aumentar a parcela da arrecadação sobre a renda, lucro e ganho de capital, como acontece na maioria dos países considerados desenvolvidos.

Quantidade da normas tributárias em vigor

Como a média das empresas não realiza negócios em todos os Estados brasileiros, a estimativa de normas que cada um deve seguir é de 4.869, ou 54.679 artigos, 127.402 parágrafos, 407.358 incisos e 53.585 alíneas. Isto corresponde a 6,6 quilômetros de normas, se impressas em papel formato A4 e letra tipo Arial 12.

Em decorrência desta quantidade de normas, as empresas gastam cerca de R$ 207 bilhões por ano para manter pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das modificações da legislação.

No ano de 2022, aniversário de 34 anos da promulgação da Constituição Federal, foi o ano com maior número de Leis Complementares e Ordinárias editadas, na esfera Federal, alcançando o número de 259, no total. Em 2019 houve a maior quantidade de Decretos Federais, totalizando 604 e, entre 01 de outubro de 2021 e 30 de setembro de 2022 foram editadas 67 Medidas Provisórias, tendo sido o segundo maior ano em quantidade de Medidas Provisórias, perdendo apenas para o ano de 2020, quando foram editadas 108 Medidas Provisórias.

Dividindo-se a quantidade de normas editadas pelo número de habitantes do país, verifica-se que nos três anos anteriores à promulgação da Constituição de 1988 foi editada 1 (uma) norma geral para cada grupo de 300 habitantes. No período acumulado, de 1989 a 2022, o número de normas editadas foi de uma para cada 30 habitantes.

Fonte: IBPT – Instituto Brasileiro de Pesquisa Tributária

Carga tributária elevada, um entrave ao desenvolvimento

Uma carga tributária elevada tende a ser um verdadeiro entrave ao crescimento econômico. No caso brasileiro, por exemplo, ela é cumulativa e concentrada em tributos sobre a produção e o consumo, que encarecem as mercadorias e serviços, prejudicando as exportações e os investimentos. Tais impostos e "contribuições" sobre a produção e o consumo representaram cerca de 40% da arrecadação nacional – superando o de países desenvolvidos – aí considerados, inclusive, os que têm carga total superior à brasileira.

Devido à expansão contínua das despesas públicas, o peso dos impostos na economia brasileira vem crescendo, de forma mais acentuada principalmente a partir do Plano Real, quando a carga representava cerca de um quarto da renda nacional. Atualmente, ela é comparável apenas à de países ricos e desenvolvidos da Europa.

Em relação à carga tributária o Brasil deveria se chamar "Ingana" – porque cobra e arrecada como uma Inglaterra e devolve, à sociedade, serviços de baixa qualidade como um país africano, do tipo de Gana. A questão fundamental na discussão sobre a carga tributária brasileira continua sendo a baixa contrapartida e retorno que ela presta à sociedade, os escassos recursos destinados aos investimentos básicos e infraestruturais, além de se constituir num modelo ultrapassado e contrário a qualquer esforço de desenvolvimento mais consistente. Na verdade, o sistema tributário em vigor no País conspira contra qualquer iniciativa mais substancial de crescimento econômico.

Associam-se à esta relevante matéria outras significativas questões, como o elevadíssimo grau de corrupção, a complexidade da legislação tributária, os desperdícios e a burocracia generalizada, que atropelam iniciativas maiores de busca de uma produtividade econômica mais elevada e competitiva.

De acordo com estudo realizado pelo IBPT – Instituto Brasileiro sobre Planejamento Tributário sobre a carga tributária, surpreende o fato de o Brasil somente "perder" para países europeus, altamente desenvolvidos, como é o caso dos países da Escandinávia (Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia), que, ao contrário do Brasil, prestam serviços públicos de qualidade, garantindo à sua população saúde, segurança, educação, previdência social, boas estradas, reembolso de medicamentos, auxílio moradia etc. Ou seja, além do que os habitantes desses países têm que destinar aos seus respectivos governos, por meio do pagamento de tributos, não precisam recorrer ao setor privado, despendendo ainda outra parcela significativa de seus rendimentos, para custear tais serviços essenciais.

Essa é a grande distinção entre tais países europeus e o Brasil, onde, além de ser necessário trabalhar quase 123 dias (cerca de 4 meses) do ano somente para custear a cobrança de tributos por parte do governo, o brasileiro ainda tem que trabalhar outros quase quatro meses somente para pagar, ao setor privado da economia, os serviços públicos essenciais que o governo deveria garantir-lhe, pois é essencialmente para isto que os tributos são pagos.

"É importante esclarecer, nesse sentido, que o principal motivo dessa grande distorção entre os países europeus com carga tributária elevada e o Brasil — também com carga tributária muito elevada — não é o número de habitantes, nem a extensão geográfica ou qualquer outro motivo nesse sentido que se queira dar (que nada dizem respeito ao cálculo da carga tributária, que é feito proporcionalmente ao tamanho físico e econômico do país, pois justamente é a divisão do total arrecadado em tributos pelo PIB do país). Mas sim, e primordialmente, a quantidade do desvio do dinheiro público e a má gestão da máquina pública que levam, ainda, a uma outra consequência nefasta: a sonegação tributária! Aí é que se encontra o "rombo" brasileiro, o que causa grande revolta na população", acrescenta o trabalho realizado pelo IBPT.

E conclui: "O brasileiro, em geral, não é contra o pagamento de tributos, até mesmo porque tem consciência de sua importância para custear a máquina pública. O que lhe angustia e lhe causa revolta é saber que paga — e paga muito — ao governo e não tem um retorno minimamente satisfatório.

Além disso, também causa revolta saber que o brasileiro tem que pagar mais tributos do que os habitantes do Reino Unido, do Canadá, da Espanha e dos Estados Unidos, somente para citar alguns outros importantes países desenvolvidos".

Roberto Campos costumava referir-se à questão tributária brasileira como um grande desastre nacional e que a reforma há muito havia deixado de ser a ação mais adequada para se resolver a questão: o país precisa mesmo é fazer uma verdadeira revolução tributária.

Tributos que penalizam a sociedade

Em relação ao índice fiscal sobre o PIB-Produto Interno Bruto, cabem várias ressalvas. Para o cálculo da carga tributária nacional a Receita Federal não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das custas judiciais e os pedágios cobrados em rodovias privatizadas; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais. Ademais, não considera os valores recolhidos pelos vários Conselhos de profissões regulamentadas, que são consideradas autarquias.

Em outra vertente, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares.

Apesar de bastante elevada, a arrecadação tributária nacional ainda não cobre a totalidade das despesas do país.

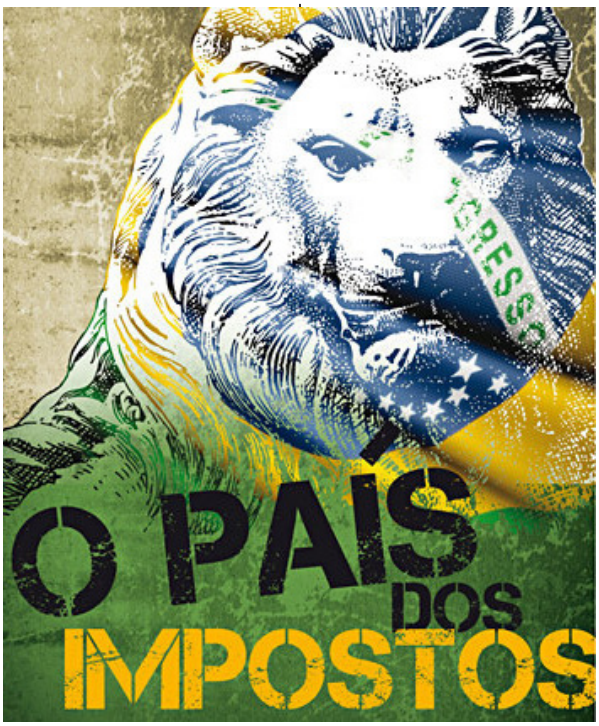
Para o economista Ricardo Bergamini, "a composição da carga tributária dos Estados Unidos tinha, em 2018, como base 82,72% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial – tendo 17,28% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios transportes e educação) e atualmente no Brasil, essa relação é de 60,13% e 39,87% respectivamente. Nos Estados Unidos prevalece uma Carga Tributária total de apenas 24,3% do PIB, e no Brasil de hoje é de 33,7% do PIB."

Acrescenta Bergamini: "Temos que sair do debate míope, se a carga tributária é muita ou pouca, migran-

do para o debate se a carga tributária é eficiente e justa. Senão vejamos:

-Ao analisar a carga tributária temos que ter o compromisso de saber se é eficiente (se há retorno para os contribuintes) e que no caso brasileiro, sem maiores aprofundamentos de estudos, é de conhecimento amplo, geral e irrestrito que não há retorno, já que 50% da população economicamente ativa, além de pagar os tributos devidos têm que pagar por Educação, Saúde e Segurança.

-Outro ponto de análise importante é se há justiça na política tributária, ou seja: se a política tributária é progressiva (paga mais quem ganha mais) ou regressiva (paga menos quem ganha menos) e no caso



brasileiro, é óbvio para um primário e imoral regressividade da nossa política tributária que concentra a sua voracidade arrecadadora na tributação de bens e serviços correspondendo presentemente, em 13,44% do PIB (39,87% do total). Em 2018, nessa mesma fonte arrecadadora a média da OCDE foi de 11,6% do PIB (33,62% do total) e, pasmem, nos Estados Unidos totalizou apenas 4,2% do PIB (17,28% do total).

Resumo: A composição da Carga Tributária dos Estados Unidos tem como base 82,72% de sua arrecadação incidindo sobre a Renda, Lucro, Ganho de Capital, Folha Salarial e Propriedade (classes privilegiadas da nação americana) e apenas 17,28% incidindo sobre Bens e Serviços (arroz, feijão, remédios, transportes e educação). Com uma Carga Tributária total de apenas 24,3% do PIB - sem dúvida, deve ser o país mais socialista do mundo.

Brasil é o 2º país do mundo que mais tributa empresas

Empresas brasileiras estão no topo do ranking mundial ao levar em consideração o total de tributos pagos

Dentre 111 países, o Brasil está em 2º posição do ranking, sendo um dos países que mais tributam as empresas. Somente Malta fica na frente do Brasil.

É o que revela um estudo divulgado pela plataforma CupomValido.com.br com dados da OCDE sobre a tributação das empresas.

Ao considerar todos os impostos, as empresas brasileiras pagam na média uma alíquota de imposto de 34%. Este valor é 70% maior que a média mundial, e somente 1% menor que Malta - que está no topo do ranking com 35%.

BRASIL TRIBUTA MAIS QUE PAÍSES DESENVOLVIDOS

Somente 18 países tributam as empresas com uma alíquota acima de 30%, sendo o Brasil um destes países.

No Brasil é cobrado 2 impostos sobre as empresas, o Imposto de Renda

Carga Tributária Brasileira - % PIB

Ano	1989	1994	2002	2010	2015	2022
Federal	16,05	19,90	21,88	22,36	22,04	22,78
Estadual	6,71	6,98	8,82	8,19	8,12	8,59
Municipal	0,95	1,02	1,36	1,75	1,99	2,37
Total	**23,71**	**27,90**	**32,06**	**32,29**	**32,03**	**33,71**

de Pessoa Jurídica (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), totalizando 34%.

Este valor é maior até que países desenvolvidos, como: Reino Unido (19%), Estados Unidos (25%), Canada (27%) e Japão (30%).

Ao levar em consideração todos os 111 países que disponibilizam dados na OCDE, o valor médio de todos os países está em 20,0%.

TENDÊNCIA DE QUEDA NAS TRIBUTAÇÕES DE EMPRESAS

Ao comparar a tributação sobre as empresas de 2000 até 2021, a grande maioria dos países diminuíram a alíquota de tributos sobre as empresas. Na média, o valor da alíquota caiu 8,3% - saindo de 28,3% em 2000 para 20,0% em 2021.

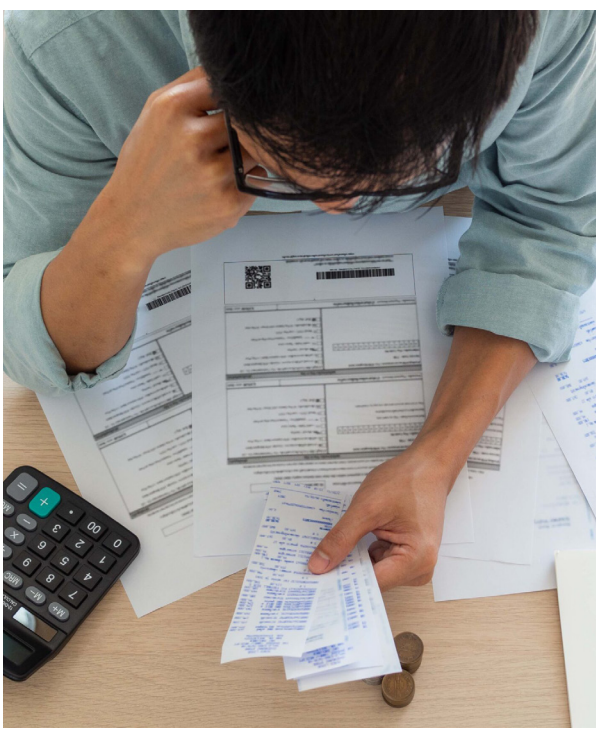
Neste período, 94 países abaixaram a tributação, enquanto 13 países mantiveram as mesmas taxas, e somente 4 países aumentaram (Andorra, Hong Kong, China, Maldivas e Omã).

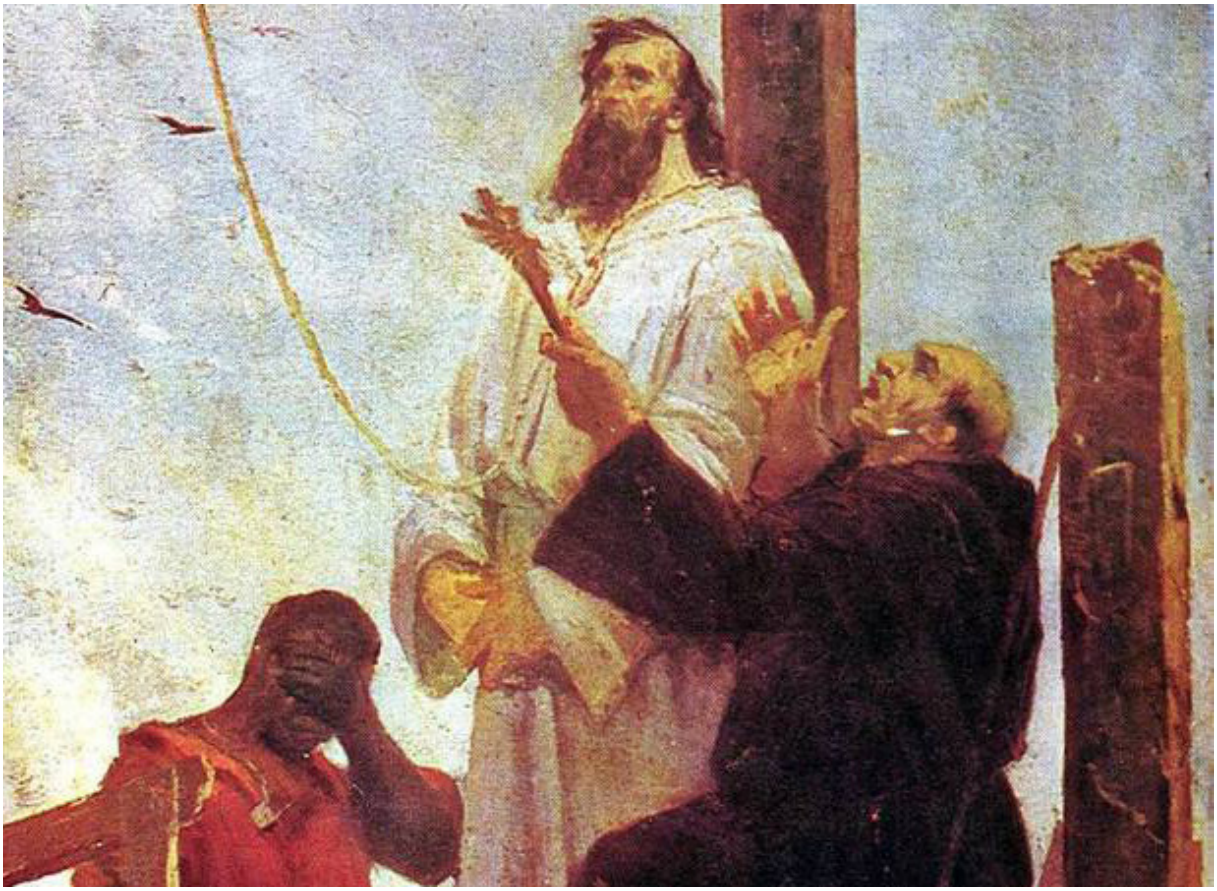
Segundo o estudo, 12 países tinham um regime de não tributar as empresas - países considerados paraíso fiscal.

Os países que mais aumentaram as taxas foram a Andorra (+10%) e Malvidas (+15%). Estes países tiveram um grande aumento, pois não tributavam as empresas e passaram a tributar.

Na ponta oposta, os países que mais diminuíram as taxas foram a Angola e França, com uma queda de -5% e -3,6%, respectivamente.

Fonte: OCDE, CupomValido.com.br





Coitado de Tiradentes!

RUMO AO MEIO DOS INFERNOS

A "descarga" tributária praticada neste século XXI no Brasil virou coisa para nenhuma Coroa Portuguesa botar defeito e poderia causar inveja a Dona Maria I, a "Louca", que instituiu a Derrama. Cabe, inicialmente necessário ressaltar, que o sistema tributário nacional é, atualmente, um verdadeiro manicômio.

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 12 de novembro de 1746, no distrito intitulado Fazenda do Pombal, em Minas Gerais. Apelidado de Tiradentes, viria a se transformar, alguns anos mais tarde, no mártir da independência brasileira.

Durante a vida adulta de Tiradentes, o Brasil Colônia subordinava-se ao reinado da Rainha de Portugal D. Maria I (Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana - 1777/Lisboa-1816/Rio de Janeiro) também conhecida como "A Louca", tendo sido a mesma afastada de seus poderes, mais tarde, por problemas ligados à sanidade mental. É de sua autoria a proibição de constituição ou existência de qualquer manufatura no Brasil, não sendo aqui permitida nem sequer a construção de uma fábrica de pregos e ainda impedida de continuar funcionando, a incipiente indústria têxtil local de então. Era mãe de Dom João VI, que a sucedeu no trono português. Apesar de extremamente religiosa, foi dela a confirmação da sentença que levou Tiradentes à forca.

Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira e patrono cívico do Brasil, pretendia transformar Minas Gerais numa república, declarando independência de Portugal. A origem da rebelião foi a Derrama instituída pela Coroa Portuguesa, a proibição do funcionamento de qualquer indústria local e a cobrança de 20% de tudo que aqui se produzisse, principalmente incidente sobre a mineração.

À época, buscou-se cobrar da Colônia Brasileira 20% ou um quinto sobre

a produção local e essa taxa incidia sobre tudo que fosse produzido em nosso país. A tributação recaía, em grande parte, sobre a apuração de diamantes e ouro produzidos em Minas Gerais. O tributo era tão odiado que foi apelidado de "quinto dos infernos", tendo sido daí alcunhada, então, a expressão "vá para o quinto dos infernos" que ainda continua muito usada nos tempos atuais, principalmente, em Minas.

Portugal quis, em determinado momento do reinado de D. Maria A Louca, cobrar os quintos atrasados de uma única vez. Aí surgiu o instituto da "Derrama", um expediente fiscal, lançado proporcionalmente aos rendimentos, cobrado principalmente dos mineradores e colonos em Minas Gerais. Em síntese, vigorava um imposto "derramado" sobre todos.

Assim, contra o pagamento dos impostos atrasados e a majoração da cobrança de 10% para 20% é que se insurgiram os inconfidentes que, liderados por Tiradentes, propunham ainda a independência do Brasil de Portugal e a sua transformação em república. Entre vários inconfidentes, alguns eram inadimplentes fiscais e todos os algozes de Tiradentes detinham em comum, pesadas dívidas, provenientes da inadimplência relacionada ao não pagamento do quinto junto ao fisco português, posteriormente perdoadas, em função da delação dos seus conspiradores.

Traído, Tiradentes foi preso, condenado e em 21.04.1792, percorreu em procissão as ruas do centro do Rio de Janeiro para, em seguida, ser enforcado e ter o seu corpo esquartejado. Sua cabeça foi erguida em um poste em Vila Rica e os seus restos mortais distribuídos ao longo dos lugares onde fizera seus discursos revolucionários, na estrada que ligava Minas ao Rio de Janeiro. A sua casa foi totalmente arrasada, destruída e salgados os jardins, para que nunca mais se nascesse nem grama ou qualquer tipo de planta. Por fim, a Corte Portuguesa declarou como infames todos os seus descendentes.

Decorridos 231 anos da morte de Tiradentes, os governantes do Brasil não aprenderam a lição da história e continuam fadados a repeti-la, de forma muito mais acirrada, nos tempos atuais.

O Brasil de hoje elenca cerca de 70 tributos cobrados à produção e ao consumo da população, o que equivale a uma carga tributária direta, considerando-se o déficit nominal, superior a 38% do PIB nacional em 2022 (em 2020 chegou a superar 44%) – fazendo-se incorporar aos cofres públicos municipais, estaduais e federal uma astronômica soma próxima a R$ 3,3 trilhões somente durante o ano passado e que representa 33,71% do PIB-Produto Interno Bruto ou, seja, de tudo que o país produziu. Em síntese, de cada R$ 100,00 produzidos pelo país, R$ 33,71 foram destinados ao pagamento de tributos, sendo notório o baixíssimo retorno que conferem à sociedade de uma maneira em geral.

Do bolo tributário, a União participa com 67,58% da arrecadação bruta, os Estados com 25,48% e os Municípios, com 6,94% - cabendo destacar que este cálculo não considera as transferências constitucionais que ocorrem entre os respectivos Entes Federados. As "contribuições", que praticamente eram irrelevantes antes da Constituição de 1988 e das quais Estados e Municípios não participam da sua repartição, agora já respondem por parcela significativa do total dos impostos cobrados e corresponderam a 1/4 do total arrecadado em 2022.

DAQUELE "QUINTO" JÁ ESTAMOS INDO MESMO É PARA O "MEIO DOS INFERNOS"!

Entre várias promessas, do atual e de vários dos governos anteriores, está a de se fazer a reforma tributária. Enquanto não cumprida essa promessa, no entanto, e já que não é possível ressuscitar Tiradentes, sugere-se que tratemos logo de atualizar a antiga expressão usada à sua época para uma outra mais moderna: que a carga tributária vá para o terço dos infernos! Vale ressaltar que os quase 34% cobrados atualmente da sociedade já representam mais de um terço do total arrecadado e, se considerado o déficit nominal das contas públicas, essa conta chega aos 38% (e que já chegou a atingir antes 44% - sendo e, portanto, bem próxima do meio dos infernos!).

O Brasil vivencia, nos aspectos tributários, uma verdadeira ditadura fiscal, sendo que a divisão da arrecadação tributária, descontados os repasses a Estados e Municípios, concentra mais da metade do total dos recursos no Governo Federal, o que é um verdadeiro absurdo, sendo intolerável que se perpetue por mais tempo essa regra.

Considerada exagerada, a carga tributária brasileira não tem sido suficiente para cobrir os gastos do governo, exigindo-se, como consequência, a contabilização de elevados déficits orçamentários que acabam incorrendo em aumentos na dívida pública federal. Uma das principais razões a esse descompasso entre as receitas e as despesas públicas são os juros reais praticados no país, considerados os mais altos do mundo, além dos déficits da previdência social, os inúmeros privilégios concedidos, a corrupção, a burocratização e o desperdício.

Já citado antes, Tiradentes foi enforcado e teve o seu corpo esquartejado. Não se tem notícias de que todas as partes do seu corpo tenham sido reunificadas e enterradas em algum túmulo. Se o tivesse sido, com certeza o seu corpo estaria hoje se mexendo nesse túmulo, provável a sua indignação e frustração por ter perdido a vida lutando contra os míseros 20% de então cobrados da população brasileira pela Coroa Portuguesa.

O que esperar da nova Reforma Tributária?*

Para Roberto Folgueral - Contador, perito judicial - este tema é uma das principais pautas do Congresso no momento, um assunto de grande repercussão para todo o Brasil. Segundo ele, "de um lado, o Estado não pode abrir mão de nenhum centavo de arrecadação; do outro, vemos os entes federativos lutando pelo mesmo motivo; e o lado mais fraco do cabo de guerra temos os contribuintes e os consumidores em geral, que de fato pagarão a conta."

Folgueral afirma que "encontra-se em discussão a PEC 45 e a PEC 110, que envolvem algumas diferenças importantes na unificação de tributos (impostos e contribuições) diretos e indiretos e no seu processo atual para o proposto, ou seja, a transição. Os contribuintes necessitam de um preparo para cada cenário apontado."

Ele acrescenta: "convivemos com uma carga tributária que varia entre 30% e 40%, somente se considerarmos as obrigações principais de pagar os tributos. Agora, é praticamente impossível o cálculo do custo/despesas que o contribuinte despende para comprovar que o tributo pago (obrigação principal) está correto, essas são as obrigações acessórias. As obrigações acessórias são, na essência, a transferência da obrigação do Estado em apurar a correção dos valores declarados e pagos, para o contribuinte que auto se fiscaliza, sem nenhuma contrapartida na redução de taxa do tributo.

Para exemplificar, acredito ser inócuo falarmos de uma reforma tributária antes de uma reforma administrativa, ou seja: estabelecermos a receita desconhecendo o tamanho da despesa. As duas PECs, 45 e 110, são assemelhadas, vejamos:

PEC 45

Serão extintos: PIS/COFINS, IPI, ICMS e ISSQN, será criado o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

PEC 110

Serão extintos: IPI, PIS/COFINS, CIDE COMBUSTÍVEIS, CSLL, ICMS e ISSQN. Serão criados: CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços e Imposto de Bens e Serviços. Aqui, cabe a observação da instituição do IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO – IVA DUAL, no qual seriam segregados os tributos Federais, o Estadual (ICMS) e o Municipal (ISSQN) e, ainda a CSLL seria incorporada no IRPJ, o que na prática já acontece.

A PEC 45 PREVÊ:

Tributo seletivo, ou seja, qualidade extrafiscal, sem objetivo de arrecadar e sim de regular consumos negativos, como cigarros e bebidas.Prevê um prazo para a transição de 50 anos, com alíquota semelhante para todos os setores, com extinção da Zona Franca de Manaus. Cada Ente Federativo, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, deverá estabelecer uma parcela da alíquota, ou seja, uma sub-alíquota. Dificuldades maiores pela ausência de alíquotas diferentes além da retirada de autonomia do ente federativo, Estados ou Municípios, para legislar sobre suas receitas.

A PEC 110 PREVÊ:

Os tributos também terão essa função, extrafiscal, com a substituição do IPI, sem prazo para tal. Prevê um prazo para a transição de 15 anos, com regimes diferenciados de alíquotas definidos por Lei Complementar, com manutenção de benefícios fiscais por mais 12 anos, como no caso do AGRO, mantendo a Zona Franca de Manaus até 2073." Cada Ente Federativo, Estados ou Municípios dividirá a sua arrecadação, no mesmo modelo do hoje, ICMS conforme o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

MANTÊM O SIMPLES

Ricardo Folgueral – que é também vice-presidente da FCDL-SP (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de São Paulo declara ainda que "deverá haver dificuldades maiores como estabelecer alíquotas diferentes, abrindo a possibilidade de uma guerra fiscal travada pelas bancadas dos entes federativos."

Acrescenta que: "aqui temos um pleno consenso nas duas propostas: o aumento de imposto para as empresas de serviços, pela ausência de método para o crédito dos tributos na aquisição de insumos.

E conclui: "tramita no Congresso o PL 3887/2020, conhecido como a reforma tributária do governo anterior a qual apenas unifica os tributos do PIS e da COFINS, estabelecendo uma majoração de 9,25% para 12%, para as empresas optantes pelo regime de Lucro Real e de 3,65% para 12% daquelas optantes pelo regime do Lucro Presumido, possibilitando o crédito dos valores dos tributos pagos na fase anterior de todos os insumos adquiridos.

Novamente, vemos que os prestadores de serviço, os maiores empregadores do Brasil, serão duramente prejudicados, pois não há permissão de créditos sobre a folha de pagamento.

Ratifico que a Reforma Tributária é necessária, mas não antes de uma reforma administrativa, além disso, devemos considerar um sistema igualitário, onde Indústria, Comércio e Serviços fossem contemplados com as mesmas obrigações e, principalmente, uma redução em suas obrigações acessórias."

ROBERTO BRANT

Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

Reforma Tributária - Uma aventura de alto risco

Na falta de um programa de crescimento com todos os complexos ingredientes que ele implica em termos de objetivos, de recursos e de políticas, os ministros da área econômica estão patrocinando uma reforma tributária, com a promessa de que com a mudança dos impostos a economia voltará a crescer. Como se fora só isto o que nos faltasse. Há quem pense que se trata mais de um ato de fé, baseado no pensamento mágico.

A ideia da reforma, tal como está desenhada nas Emendas Constitucionais nº 45 e nº 110, é unificar os vários impostos cobrados pela União, pelos Estados e pelos Municípios, ou seja o ICMS, o ISS, o IPI e as contribuições do PIS/COFINS, em um ou dois impostos, um de competência da União e outro de competência conjugada de Estados e Municípios. A alíquota, em qualquer dos casos será única, estimada em 25% na melhor hipótese, podendo chegar até 30% conforme preveem vários especialistas.

O pretexto da reforma é simplificar a cobrança para os contribuintes e realizar uma maior justiça tributária. De fato, a legislação sobre estes impostos no Brasil é excessivamente complicada e gera muita insegurança jurídica. O Estado brasileiro gasta muito e gasta mal e o nosso sistema tributário tem corrido atrás improvisadamente para financiar tudo isto, até o ponto de asfixiar as atividades produtivas.

Se o diagnóstico tem elementos de realidade, as Emendas 45 e 110 não são os únicos nem os melhores remédios possíveis. O propósito da simplificação seria muito mais bem atendido pela Emenda Constitucional nº 46 que se limita a unificar as legislações sem o risco de uma alteração radical do sistema tributário, que pode causar danos irreversíveis à economia do país. Apesar de as emendas estarem próximas de serem votadas, seus autores não realizaram simulações que possam revelar seus impactos nas diferentes cadeias produtivas de cada setor econômico ou no custo final dos bens e dos serviços para a população.

Não é difícil antever alguns impactos de grande alcance da reforma pretendida. O novo imposto vai incidir sobre inúmeros setores e atividades sobre os quais não recaem hoje impostos que vão ser unificados. Para estes, o aumento da carga tributária será imenso. É o caso de educação, saúde, agropecuária, construção civil, o comércio e os serviços pessoais. A indústria e o setor financeiro vão ter aliviado o peso dos impostos que hoje pagam e a conta vai para o plano de saúde, a conta do hospital, a mensalidade escolar, os alimentos, a habitação, os aluguéis, as passagens de transporte, os serviços de profissionais e assim por diante. E o aumento não será brincadeira, de 25 a 30%.

Quanto à segurança jurídica basta dizer que hoje quem contribui com esses impostos são empresas organizadas. Daqui para a frente todas as pessoas físicas se tornarão contribuintes, precisando de emitir notas fiscais e documentos de arrecadação: locatários de imóveis, fazendeiros, médicos, cabeleireiros, eletricistas, todos os que fornecem serviços. Toda esta gente vai ter sobre si o espectro do Fisco e o risco de autuações imprevisíveis. Ninguém vai ter mais sossego e tranquilidade, a não ser que desista de ser empreendedor para tornar-se trabalhador assalariado.

A implantação da reforma, tal como concebida, vai desorganizar toda a economia e alterar a maioria dos preços relativos, já que tanto um automóvel de alto luxo quanto um litro de leite ou um quilo de pão vão pagar a mesma alíquota de 25 ou 30%. O impacto na inflação e na vida da quase totalidade dos brasileiros vai ser terrível.

O desenvolvimento econômico é um processo complexo e que envolve muitos elementos, não apenas um determinado sistema tributário. Se a reindustrialização do país requer apoio e incentivos, ninguém pode se opor. Mudar todo o sistema tributário e redistribuir de modo tão distorcido a carga dos impostos sobre todos os itens de consumo das pessoas é um preço alto demais para isso e certamente contraproducente.

A única coisa que me deixa verdadeiramente intrigado é como um político como Lula pode estar de acordo com um experimento puramente tecnocrático e de efeitos tão regressivos para a maioria dos brasileiros.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Carga tributária recorde faz crescer a demanda por bons profissionais tributários*

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulgou recentemente a estimativa da carga tributária bruta (CTB) do Governo Geral (Governo Central, Estados e Municípios) para 2022. De acordo com o órgão, a carga tributária no último ano foi de 33,71% do PIB, contra 33,05% em 2021, ou seja, um aumento de 0,65 pontos percentuais. Foi o maior resultado na série histórica do Tesouro, iniciada em 2010. Esse fato nos faz refletir sobre o importante papel dos profissionais tributários para auxiliar as empresas a, dentro da estrita legalidade, reduzir, postergar ou evitar a incidência de tributos, bem como para detectar se houve recolhimentos de tributos indevidos ou a maior, recuperando valores essenciais à manutenção da sua competitividade.

De fato, em um cenário onde empreendedores convivem com uma das maiores cargas tributárias do mundo, é muito importante que um planejamento tributário seja realizado. São estratégias, ações e estudos, dentro do que permite a legislação, que as empresas adotam para evitar a incidência, reduzir os valores e retardar o pagamento de tributos. A diminuição da carga tributária torna a empresa mais competitiva, uma vez que a economia gerada pode ser revertida na melhoria do próprio negócio, na minimização de passivos ou até mesmo em uma política de preços mais agressiva.

É importante salientar que existe uma série de fatores a serem levados em consideração, como as diversas opções de regimes de tributação, os incentivos fiscais existentes, as particularidades das legislações federal, estaduais e municipais, o volume de negócios, o porte da empresa, a situação econômica e as diversas possibilidades para recuperar e/ou reduzir tributos.

Todo planejamento tributário começa com a realização de um diagnóstico preciso, revisando as opções tributárias da empresa e os procedimentos que ela adota. É preciso levantar dados mercadológicos, analisar o atual enquadramento tributário, mapear os fluxos operacionais, administrativos, contábeis e financeiros, bem como os produtos e serviços ofertados. Na fase de diagnóstico, o importante é coletar o máximo de informações que tenham impacto direto no pagamento de tributos, de modo a embasar todas as decisões futuras a serem tomadas.

A escolha do regime de tributação é uma etapa crucial, pois uma opção equivocada faz com que os empresários paguem mais tributos e/ou assumam mais obrigações. O objetivo então é definir, analisando diversos cenários, o regime mais vantajoso para a empresa. Cada regime (Lucro Presumido, Lucro Real ou Simples Nacional) tem suas características peculiares, vantagens e desvantagens. Necessário também analisar as possibilidades de redução da carga, buscando, dentro da legislação, as vantagens tributárias que podem ser utilizadas pelo negócio e os benefícios fiscais disponíveis, como isenções, reduções de base de cálculo/alíquotas, deduções, amortizações e outras medidas dessa natureza.

Além disso, realizar uma revisão fiscal permite auditar os procedimentos relacionados à emissão de notas fiscais, escrituração fiscal, cálculo de tributos e preenchimento de obrigações acessórias, verificando se as informações prestadas estão corretas e se houve equívocos fiscais que fizeram o contribuinte pagar mais tributos do que deveria. A correção dos procedimentos equivocados irá gerar economia futura e os tributos pagos indevidamente podem ser recuperados administrativamente, injetando novos recursos na empresa.

Por fim, é preciso examinar as teses tributárias existentes e analisar a viabilidade de ingressar em juízo buscando a ilegalidade ou a inconstitucionalidade de determinadas exigências, o que, em caso de êxito, poderá evitar, reduzir ou retardar o pagamento de tributos, além de recuperar tudo o que foi pago indevidamente nos últimos cinco anos.

Percebe-se que o planejamento tributário vai muito além da escolha do melhor regime de tributação. Ele avalia a empresa como um todo, propondo um caminho mais seguro para o crescimento do empreendimento. Profissionais tributários competentes são essenciais para a construção de empresas prósperas. Afinal, a alta carga tributária brasileira exerce forte impacto sobre o preço de venda das mercadorias e prestações de serviços, e o lucro de um negócio pode aumentar ou diminuir de acordo com os procedimentos tributários adotados.

*Texto de autoria de Frederico Amaral - CEO da e-Auditoria, empresa de tecnologia especializada em auditoria digital.

Imposto de renda: entenda quem precisa declarar

Como entregar a declaração do IR atendendo as novas regras

Depois do Carnaval, muitas pessoas começam a se preocupar com a declaração do imposto de renda. Principalmente após as novas regras estabelecidas para este ano, dúvidas sobre quem realmente é obrigado a declarar começam a surgir.

"A declaração do imposto de renda é, muitas vezes, associada à ideia de obrigatoriedade de pagamento desse tributo. No entanto, não é apenas essa a finalidade da declaração. Ela serve para informar à Receita Federal sobre os rendimentos que foram recebidos, sejam eles tributáveis ou não", comenta o especialista em finanças pessoais João Victorino.

"Assim, será possível saber se ainda temos algum valor a pagar ou a receber como restituição. Além disso, com base nessas infor-

mações em conjunto, podem ser feitas análises de dados para formulação de políticas públicas e avaliações econômicas", reforça o especialista.

Dentre algumas mudanças observadas na declaração deste ano, uma das mais importantes é sobre a pensão alimentícia poder agora ser declarada como "rendimento isento". Assim, esses recebimentos não serão mais tributados.

Outra alteração foi a autorização de acesso, permitindo que o contribuinte "terceirize" a declaração para outro CPF. "Essa mudança foi estabelecida no intuito de ajudar os núcleos familiares e dependentes que têm dificuldades na hora de declarar", diz o especialista.

Além disso, também podemos destacar a prioridade no recebimento da restituição àqueles que usarem o modelo pré-preenchido da declaração. "Assim, quem optar por esta modalidade estará na mesma fila que grupos prioritários, como pessoas acima de 60 anos, pessoas com deficiência ou doenças graves (e seus responsáveis legais)", reforça João Victorino.

Por fim, uma última novidade é a possibilidade de se receber a restituição por Pix. Um ponto de atenção nesta modalidade é o fato de que a Receita só aceitará como chave o CPF do contribuinte.

Com relação às novas faixas de isenção do I.R., João explica que elas entrarão em vigor a partir do momento da publicação de Medida Provisória pelo governo federal. Porém, ela não valerá para a declaração de 2023. "Todas as declarações têm como base o ano anterior, portanto essa nova faixa não se aplica à declaração de 2022 feita neste ano e sim para o próximo, em 2024".

MAS AFINAL, QUEM PRECISA DECLARAR ESTE ANO? O ESPECIALISTA EXPLICA QUEM DEVE DECLARAR O IR:

- ***Quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70.***
- ***Os que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente pela fonte, caso a soma seja superior a R$ 40.000,00.***
- ***Quem passou a ter residência fixa no Brasil em 2022.***
- ***Quem obteve ganho de capital (lucro) na alienação (venda) de bens ou realizou operações de alienação em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros no valor acima de R$ 40.000,00 ou com apuração de ganhos líquidos sujeitos a incidência de imposto.***
- ***Aqueles que tiveram receita bruta rural superior a R$ 142.798,50.***
- ***Quem, até o final de 2022, tinha posse ou a propriedade de bens ou direitos, de valor total ou superior de R$ 300.000,00.***
- ***Pessoas que venderam imóveis residenciais, mas ganharam direito à isenção por terem usado o lucro da venda (ganho de capital) na aquisição de outro imóvel residencial dentro de 180 dias da celebração do contrato de venda.***

O especialista ainda explica que, dada a maior informação das pessoas sobre o IR, a Receita espera receber 2 milhões de declarações a mais neste ano. "A Receita Federal estima, este ano, receber em torno de 38,5 a 39,5 milhões de declarações durante o prazo de entrega. No ano passado foram recebidas 36,3 milhões. Vale lembrar que as declarações devem ser feitas até o dia 31 de maio de 2023", finaliza João Victorino.

João Victorino é administrador de empresas e especialista em finanças pessoais. Formado em Administração de Empresas pela Universidade e com MBA pela instituição.

Reforma Tributária não pode resultar em mais tributos

Enquanto o Grupo de Trabalho (GT) que discute a Reforma Tributária na Câmara dos Deputados tem, na mesa, as propostas que podem aumentar a carga de tributos no País, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) elaborou, por meio do Conselho de Assuntos Tributários (CAT) e do Conselho Superior de Direito (CSD), uma série de sugestões que reduzem o impacto ao contribuinte.

As sugestões apresentam embasamento principalmente para que a mudança planejada no sistema tributário brasileiro não deságue na criação de novos tributos, o que pode acontecer na substituição dos existentes hoje – que já representam 33% do Produto Interno Bruto (PIB). Para a Federação, este é ponto mais importante da discussão sobre a reforma que o Brasil está começando a implantar. Esta pode ser uma realidade principalmente para os serviços, já que as alíquotas unificadas em debate hoje no Legislativo representariam um aumento real de carga tributária para empresas do setor.

Dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostram, por exemplo, que um imposto unificado a nível federal com alíquota de 12%, que seria possível de ser aprovada nos dias atuais, causaria um impacto ao setor de serviços de 84% na majoração de tributos para os optantes do regime de Lucro Real.

Isso acontece, vale lembrar, porque os serviços contam com uma cadeia produtiva mais curta e praticamente não aproveitam créditos de insumos em suas cadeias de valor. É por isso que, em alguns nichos, os aumentos seriam ainda mais expressivos: negócios que atuem na locação e no agenciamento de mão de obra, por exemplo, lidariam com um aumento de 188,5% da carga. São apenas alguns exemplos de impactos estruturais nos orçamentos de empresas do setor que, atualmente, mais emprega trabalhadores em caráter formal no Brasil.

Entretanto, não só isso: é fundamental que a Reforma Tributária em jogo signifique mais segurança jurídica aos contribuintes, sem deixar de lado o cuidado com as contas públicas. E é por isso que a atenção da FecomercioSP se estende aos trâmites institucionais para avançar com a proposta – demanda presente na vida dos brasileiros há décadas e parte integrante das agendas mais relevantes da Federação.

Nos últimos dias, a Entidade levou a parlamentares a ideia de as mudanças manterem o sistema de tributação favorecida e diferenciada para micro e pequenas empresas optantes pelo regime do Simples Nacional. Estes instrumentos, atualmente previstos na lei, são conquistas destes atores econômicos que, presentes na Constituição, também fortalecem a saúde dos negócios que dão a tônica da dinâmica econômica nacional.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS ATUAIS

Todas estas preocupações podem ser observadas, especificamente, nos escopos das propostas que caminham no Congresso (as PECs 45 e 110). Acompanhando de perto as discussões em Brasília, a Entidade vê pontos positivos em ambos os textos, mas com a necessidade de aprimoramentos para que os principais objetivos sejam atingidos.

Na PEC 45, que encabeça os debates, há a proposição de vedar a apropriação de créditos pelos adquirentes de bens ou serviços das empresas optantes pelo Simples Nacional. No modelo vigente, podem transferir integralmente esses créditos dentro dos escopos do PIS, da Cofins e, parcialmente, do ICMS. Se aprovada, a medida, além de um retrocesso, vai limitar substancialmente a competitividade de pequenos negócios – e, por isso, a FecomercioSP se posiciona pela manutenção da regra atual.

Outro aspecto é sobre a adoção justamente da alíquota única, já exemplificada no caso dos serviços: nessa PEC, a ideia é que seja a mesma para todas as operações de bens e serviços, o que não leva em conta as especificidades de cada área e terá como resultado apenas o aumento da carga para algumas atividades – como o próprio setor de serviços, que conta com uma cadeia produtiva reduzida e, na prática, deve absorver quase que de forma integral a nova alíquota. E isso é justamente o que a reforma não pode produzir. O ideal, neste sentido, seria prever a possibilidade de estipular alíquotas setoriais, de forma a considerar estas diferenças.

Há ainda a questão do regime não cumulativo, que, no texto proposto, restringe a compensação apenas aos tributos recolhidos nas operações feitas anteriormente. A FecomercioSP defende que a proposta deixe claro o modelo de não cumulatividade plena, de forma que cada operação compense com o tributo devido, e não o recolhido.

Outra preocupação é quanto ao período de transição, cujo prazo de implantação de seis anos merece ajustes, pois o contribuinte teria um aumento na complexidade para atender às exigências atuais do novo sistema. Também há o entendimento da necessidade de se estenderem os incentivos constantes no sistema atual enquanto durar a transição.

Passo importante para o Brasil, a Entidade entende, portanto, que uma Reforma Tributária eficiente deva produzir um sistema mais simplificado, um arcabouço de obrigações acessórias desburocratizado, com legislações padronizadas e limitada possibilidade de multas abusivas. Se estes passos forem dados, todos os atores envolvidos – sociedade civil, empresariado e representantes políticos – ganharão.

PROPOSTAS

Ao concluir a análise, a FecomercioSP defende que a Reforma Tributária contemple as propostas a seguir.

- *Manutenção do tratamento tributário diferenciado e favorecido das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), com aproveitamento do crédito devido no Simples Nacional.*
- *Não adoção de alíquota única, com a possibilidade de alíquotas setoriais, considerando as diferenças de cada setor.*
- *Adoção da não cumulatividade plena, compensando-se o que for devido em cada operação, com aproveitamento integral do crédito.*
- *Redução do período de transição de seis anos, para não postergar a convivência do contribuinte com obrigações acessórias dos dois sistemas de forma simultânea.*

A FecomercioSP Reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza- se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é administrador, economista e bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento

Centro médico multiespecializado de Belo Horizonte celebra 50 anos de serviços de qualidade e atendimento humanizado

Fundado em 1973, o CMH Medicina Hospitalar tem sido uma referência, dentro de sua área de atuação, àqueles que buscam por atendimento médico de qualidade e confiança. Ao completar 50 anos, o centro médico celebra uma história de sucesso e destaca a importância do vínculo entre o médico e o paciente. "Durante todo esse tempo, atendi milhares de pacientes. Tenho o nome de cada um deles registrado à mão. Para nós, essas pessoas são mais do que números", reforça Dr. Emerson Fidelis Campos, diretor clínico da entidade. Seus proprietários são Cimar Eustáquio Marques da Silva, Glória Helena Rezende Braga e Nídia Costa Moreira.

Desde o princípio, a empresa se dedica não apenas ao cuidado com o cliente, mas também, como não poderia deixar de ser, a acompanhar os avanços da ciência, da medicina e o dinamismo que o setor proporciona. O que começou como uma clínica especializada em reabilitação é, atualmente, um referencial para diversos profissionais da área, ajudando-os a construírem suas carreiras e sugerindo padrões de atendimento e conduta.

Para celebrar essas conquistas e conhecer um pouco mais sobre o CMH Medicina Hospitalar, convidamos o Dr. Emerson para uma entrevista. Confira o que ele pondera sobre o assunto.

MC - Neste ano, o CMH Medicina Hospitalar completa 50 anos de atuação em um segmento essencial para a população e bastante competitivo. Como tem sido conduzir uma empresa em meio a um mercado tão complexo?

MFC - O mercado neste setor, por cuidar da saúde, é, de fato, extremamente complexo, dinâmico e competitivo. Um exemplo disso é o número de atores participantes nesse processo. Temos o cliente, os planos de saúde, o governo por meio da ANS, o judiciário, os prestadores de serviços e os médicos. As principais fontes pagadoras são os planos de saúde. Eles são essenciais para a manutenção do sistema. Agora, existem vários tipos de planos de saúde e isso tem que ser ponderado. As tabelas são diversas e o interesse pelo cliente também. Isso, muitas vezes, vai contra a ética médica.

Focando na sua pergunta, afirmo que conduzir um serviço de saúde tem dificuldades, mas é o que fazemos e vamos continuar neste trabalho, mantendo os pés no chão. Somos uma empresa pequena, sem dívidas e contencioso judicial. Sempre trabalhamos com capital próprio.

O imprescindível é que sempre valorizamos o vínculo entre o médico e o paciente, e procuramos fazer o melhor para ambos. Entre nós, o cliente tem a sua

individualidade considerada. São aproximadamente 1.500 pessoas atendidas por mês.

O carinho e cuidado que tivemos com os clientes, ao longo desses anos, foi essencial por manter o CMH atuante. Nossa proposta é manter essa linha.

MC – Nesses 50 anos, o CMH Medicina Hospitalar evoluiu de um centro de fisioterapia para um Hospital com vários serviços e especialidades. Em 2023, encontramos uma empresa bem consolidada no mercado. Quais foram os fatores determinantes para essa evolução?

EMC - Nossa primazia é o cuidado com o paciente. Seguir as leis e ter acompanhado a evolução da medicina também foi essencial para chegarmos onde estamos. Afinal, o médico que não renova o próprio conhecimento e adere às novas tecnologias fica para trás.

Atualmente, são pouquíssimas as empresas que viveram tudo o que vivemos. São cinquenta anos de atuação ininterruptos. Nosso crescimento, sempre orgânico, aconteceu porque soubemos aproveitar todas as oportunidades que nos foram oferecidas. O legado é grande. Temos oitenta funcionários e mais de duzentos médicos já exerceram aqui sua profissão. Passamos de trezentos mil clientes atendidos e nos orgulhamos muito disso.

Bloco Cirúrgico 1996 - Cimar Eustáquio Marques da Silva e Nídia Costa Moreira

MC: Quais são os planos para os próximos anos do CMH Medicina Hospitalar?

Eu, em pouco tempo, estarei de saída. Estamos transferindo a empresa para nossos filhos: Ana Paula Costa Moreira, Cimar de Macedo e Marques e Ygor Braga Fidelis Campos. Além de praticar a medicina, fui Diretor de Hospital, Presidente de plano de saúde e da Academia Mineira de Medicina. Tenho orgulho dessas atividades que exerci com lealdade. Agora, minha missão é ensinar o que aprendi a duras penas para os sucessores.

O CMH Medicina Hospitalar foi gerido como uma família. Assim consideramos nossos colaboradores, médicos e pacientes. Acumulamos histórias bonitas. Isso com a proteção de Deus e de amigos.

MC - Sintetize o CMH Medicina Hospitalar

O CMH Medicina Hospitalar oferece diversos serviços, incluindo consultas médicas em múltiplas especialidades (entre elas, dermatologia, ortopedia, pediatria, oftalmologia e clínica da dor). E, ainda, cirurgias de baixa/média complexidade. Estes são concebidos para oferecer uma experiência de atendimento personalizado e de qualidade para cada paciente, visando atender às particularidades e necessidades de cada um com amizade e compaixão.

Agradecemos a confiança dos nossos pacientes, colaboradores e parceiros ao longo dessas décadas e esperamos continuar servindo à comunidade pelos anos que virão.

Varizes: os fatores de risco que podem ser evitados e as causas que devem ser mudadas

As varizes são veias dilatadas, tortuosas e de calibre aumentado, que podem aparecer em diversas regiões do corpo. De acordo com a SBACV, Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular, índices nacionais mostram uma prevalência média de varizes em 38% na população geral brasileira, sendo encontrada em 30% dos homens e 45% das mulheres, levando em consideração todas as faixas etárias.

As veias dilatadas geralmente não causam maiores sintomas a não ser o incômodo estético. Elas surgem sempre nas veias mais superficiais, por isso são tão aparentes. Quando grandes, as varizes podem sangrar após sofrerem traumas ou formar pequenos trombos, um quadro denominado de tromboflebite. "As varizes, quando múltiplas, podem ser uma das manifestações da chamada insuficiência venosa crônica. Quando várias veias se tornam insuficientes e varicosas, o sangue começa a ficar retido nos membros inferiores, causando desconforto, sensação de peso, dor local, edemas, escurecimento da pele e, em casos avançados, aparecimentos de úlceras e infecções de pele", explica Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular, especialista em cirurgia vascular pela SBACV.

Elas são um problema crônico e podem surgir em qualquer idade. Não é possível interferir em algumas condições que favorecem o aparecimento de varizes. "Embora sejam fatores de risco para varizes imutáveis servem de alerta para que as pessoas redobrem a atenção diante de possíveis manifestações iniciais da doença e procurem tratamento. Dentre eles podemos considerar predisposição genética, idade e sexo", destaca o angiologista.

FATORES DE RISCO QUE PODEM SER MUDADOS

No entanto, existem fatores de risco para varizes que podem ser evitados.

Sedentarismo: A atividade física é fundamental na prevenção e tratamento das varizes. Praticar exercícios estimula o sistema circulatório como um todo e facilita o retorno do sangue para o coração;

Ficar muito tempo na mesma posição: Viagens longas, por exemplo, a pessoa é obrigada a permanecer sentada ou em pé por muito tempo, na mesma posição, qualquer exercício que facilite a contração e relaxamento da panturrilha ajuda a bombear o sangue de volta para o coração. Um exemplo é tentar sempre caminhar alguns passos para estimular a musculatura da batata das pernas. Meias elásticas, desde que possuam a compressão adequada para o tipo de perna, também favorecem o bombeamento de sangue para o coração e colaboram para sua circulação no interior das veias;

Obesidade: O sobrepeso e as complicações associadas, pressão alta e diabetes são duas delas, representam sobrecarga para o sistema circulatório e aumentam o risco de desenvolver varizes, uma vez que a gordura acumulada no abdômen faz subir a pressão sobre os vasos e dificulta o fluxo normal do sangue, que vai criando dilatações nas veias das pernas. Alimentação equilibrada e a prática regular de exercícios físicos são medidas fundamentais para diminuir o risco que o excesso de peso representa;

Tabagismo: As substâncias que entram na composição do cigarro deixam o sangue mais viscoso, o que dificulta a circulação e favorece seu acúmulo nas veias das pernas. Largar o cigarro é uma medida de que não só as pernas, mas todo o organismo se beneficia;

Fonte: Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular, especialista em cirurgia vascular pela SBACV (Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular). Diretor técnico da clínica Angiomais em Belo Horizonte MG.

Envelhecimento populacional cria desafios para a humanidade

Mudança demográfica impacta sistemas de saúde, previdenciário e de cuidados para a terceira idade. Brasil está entre países que terão "pirâmides invertidas"

O envelhecimento populacional, resultado da queda nas taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida, impactará cada vez mais os sistemas de saúde, previdenciário e de cuidados para a terceira idade em grande parte dos países, inclusive o Brasil, alertam especialistas.

A situação é preocupante porque, ao mesmo tempo em que cresce o número de idosos, diminui a população economicamente ativa, composta por pessoas que estão no mercado de trabalho e geram riqueza para sustentar os mais velhos.

O Prof. Dr. Carlos Frederico Martins Menck, Biólogo membro da Academia Brasileira de Ciências e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), aponta que muitos países – principalmente os desenvolvidos, mas também vários em desenvolvimento – caminham para ter pirâmides populacionais invertidas, com menos crianças e jovens na base e mais pessoas maduras e idosos do topo.

No Japão e em alguns países europeus, o envelhecimento populacional já é uma realidade. A idade média na Europa é de 41,7 anos, muito acima da idade média de 17 anos na África Subsaariana, segundo a Dra. Natalia Kanem, diretora executiva do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa).

O caso mundial de envelhecimento populacional mais emblemático, aponta Carlos Menck, é o da China, que décadas atrás adotou um estrito programa de natalidade, a política de um único filho por casal, que redu-

ziu drasticamente o seu crescimento populacional. Segundo estimativas da ONU, a população da China no fim do século (estimados 771 milhões) será praticamente a metade da atual (1,425 bilhão).

Outro país que começa a envelhecer é o Brasil. Estima-se que a população atual de 215 milhões deve alcançar o pico de 231 milhões em 2047 e cair para 184 milhões no fim do século.

A Profa. Dra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante, professora titular da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), avalia que o Brasil perdeu "uma janela demográfica importante de desenvolvimento".

Ao longo das últimas décadas, nosso país gozou do chamado bônus demográfico, quando grande parte da população é adulta e jovem e está no mercado de trabalho – ou deveria estar. Essa janela já se fechou e o Brasil tende a envelhecer antes de se tornar desenvolvido.

"Vemos o mesmo em outros países. As taxas de crescimento populacional estão diminuindo, sem que eles tenham adotado políticas de Estado de preparação para as próximas décadas", analisa Mercedes Bustamante. "Em países com sistemas previdenciários solidários, que é o caso do Brasil, quem paga a aposentadoria são as novas gerações. Quanto menos gente você tem na base da pirâmide, mais difícil é manter esse sistema funcionando".

A humanidade chegou ao marco de 8 bilhões de habitantes no fim de 2022, resultado do crescimento exponencial nos últimos cem anos. Durante toda a Antiguidade, a população mundial aumentou muito pouco, chegando a um total estimado entre 150 a 250 milhões – os dados são imprecisos – na época de Cristo. Só no século 16 atingimos um contingente de 500 milhões de pessoas e, em torno de 1800, totalizamos o primeiro bilhão.

Na década de 1920 a população atingiu o marco de 2 bilhões e a partir daí acelerou rapidamente, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial – período conhecido como baby boom –, quando houve um aumento de um bilhão de habitantes a cada 10 ou 15 anos.

Segundo o relatório da ONU World Population Prospects 2022, o crescimento exponencial no período resulta da forte queda na mortalidade – a expectativa média de vida aumentou de 46 anos em 1950 para quase 73 em 2019 – combinada com altas taxas de fecundidade. A redução na mortalidade deve-se a um conjunto de fatores, como os avanços na saúde pública, nutrição, higiene pessoal, medicina e ciência – conquistas da humanidade que devem ser celebradas.

No entanto, a taxa anual de crescimento populacional atingiu o pico de 2,2% em 1964 e hoje é inferior a 1%. Demoramos 12 anos para aumentar de 7 para 8 bilhões, mas vamos precisar de 14,5 anos para chegar aos 9 bilhões em 2037, segundo o relatório.

A desaceleração no crescimento da população mundial é determinada pela queda na taxa média de fecundidade, de 5 nascimentos por mulher em 1950 para 2,3 nascimentos em 2021 e estimados 2,1 em 2050. Para que a reposição populacional seja assegurada, a taxa não pode ser inferior a 2,1, pois as duas crianças substituem os pais e a fração 0,1 é necessária para compensar os indivíduos que morrem antes de atingir a idade reprodutiva.

Segundo o modelo da ONU, a população mundial atingirá o pico de 10,4 bilhões na década de 2080 e deve ficar mais ou menos estável até o fim do século. Depois, pode haver um declínio, mas é difícil assegurar o que vai acontecer.

Mercedes Bustamante ressalta que os países mais pobres são os que continuam a apresentar elevadas taxas de fecundidade, enquanto os desenvolvidos pararam de crescer e, em vários casos, terão decréscimo populacional nas próximas décadas.

Os oito países com maior crescimento populacional até 2050 serão: Índia, Paquistão, Filipinas, Nigéria, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia e Tanzânia, segundo o relatório da ONU.

O ranking dos dez países com maiores populações mudará bastante até o fim do século. Já em 2023, a Índia passa a China e torna-se a nação mais populosa do mundo. Em 2050, Nigéria e Paquistão vão igualar a população dos EUA.

Em 2100, a Índia terá o dobro da população da China; Nigéria, Paquistão e República Democrática do Congo terão mais habitantes que os EUA; o Brasil não estará mais no ranking dos dez mais; e a África Subsaariana concentrará um terço da população mundial.

"O crescimento populacional está se dando em países que ainda precisam se desenvolver e que têm demandas legítimas, o que coloca a questão de como se apoia esses países, de maneira que eles sigam rotas de desenvolvimento que não perpetuem os erros dos atuais países desenvolvidos. Entra a questão de como a gente deve apoiar esses países para que façam uma transição para a sustentabilidade e, ao mesmo tempo, suas populações tenham acesso a condições dignas", ressalta Mercedes Bustamante.

A nova edição da Revista O Biólogo, do Conselho Regional de Biologia da 1ª Região (CRBio-01), apresenta reportagens, vídeos e podcasts que aprofundam a discussão sobre as mudanças demográficas em curso no mundo.

LUIZ FELIPE BAZZO

CEO do transferbank, uma das 15 maiores corretoras de câmbio do Brasil. O executivo também já trabalhou em multinacionais como Volvo Group e BHS. Além disso, criou startups de diferentes iniciativas e mercados tendo atuado no Founder Institute, incubadora de empresas americanas com sede no Vale do Silício

Dólar abaixo dos R$ 5? Especialista explica o motivo

A moeda americana está refletindo o resultado da inflação menor que a esperada, registrando quedas em relação ao real. A continuidade dessa tendência de baixa vai depender de fatores externos, como o rumo dos juros nos Estados Unidos, e internos, como o cenário fiscal. Nos EUA, a expectativa é que o ciclo de alta de juros esteja chegando ao fim, mesmo com a possibilidade de o país entrar em recessão, ainda que leve.

A queda também evidencia que a perspectiva de juros ainda altos no Brasil está atraindo exportadores para o mercado doméstico de renda fixa, o que reduz a diferença entre a balança comercial embarcada e suas liquidações financeiras em relação às anteriores. O tom mais duro adotado pelo BC em suas últimas comunicações também favorece a atração de dólares e valoriza a moeda local e, considerando o Brasil com juros ainda alto, sem dúvida, temos pela frente um carry trade

Mas vale lembrar que a desvalorização do dólar não ocorre apenas ante o real, mas também contra outras divisas emergentes, como o peso mexicano e o peso colombiano. O mercado hoje tem uma preocupação de que a economia americana deve entrar em recessão, mesmo que leve, e isso contribui para a desvalorização do dólar no mundo.

No Brasil, um ambiente com menor ruído interno e perspectiva mais positiva para o cenário fiscal tende a ajudar a valorizar o real a ficar em melhores patamares de preços. No cenário global, com as altas nos juros nos EUA chegando ao fim e o diferencial de juros favorável, o patamar abaixo de R$ 5 pode ser sustentável. Sobretudo, precisamos ver o arcabouço finalizado e aprovado para solidificar e eventualmente até buscar patamares mais valorizados. Isso porque as incertezas quanto à coordenação das políticas fiscal e monetária continuam pesando sobre os fluxos cambiais, o que me leva a continuar esperando uma desvalorização do real ao longo do ano.

Além de um possível ajuste de posições dos ativos um dia antes da divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI) nos Estados Unidos, o investidor deve se manter atento aos comentários dos integrantes do Federal Reserve (Fed).

O resultado abaixo do esperado do IPCA de março também anima o mercado de juros e permite uma retomada das posições aplicadas em juros ao longo da curva, especialmente nos vértices onde a sensibilidade à política monetária é maior.

O último IPCA trouxe uma mensagem positiva generalizada, apesar de, na minha análise, não mudar a visão de que o BC iniciará o ciclo de flexibilização monetária nesse terceiro trimestre. Os núcleos e os serviços apresentaram bons resultados recentemente, mas ainda estão bem acima da meta de inflação. Ressalto que, na minha avaliação, a inflação deve encerrar o ano em 6,2% e chegar ao fim de 2024 em 5%, em um cenário em que a meta de inflação é elevada para 4,5% a partir de 2024. Além disso, é provável que a autoridade monetária buscará a convergência da inflação para a meta até 2025.

A queda forte do dólar atualmente, mesmo mantendo próximo do nível simbólico de R$ 5, também influencia na pressão sobre as taxas futuras, ao mesmo tempo em que, no exterior, a sessão desta terça-feira também é marcada por uma queda nos rendimentos dos Treasuries.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

JK: uma verdadeira aula sobre história e economia

Janeiro de 1971.

JK, convidado e atuando na direção do Banco Denasa de Investimentos, proferiu a seguinte palestra a empresários mineiros, em Belo Horizonte:

"Eu não deveria estar aqui, falando aos senhores, porque sou tão novato quanto os senhores nesse novo ramo de atividade que agora estamos enfrentando. O Brasil passou, tão subitamente, de uma posição para outra, no plano do desenvolvimento, que, cada dia, novas coisas nele se criam, mas gerando situações novas, de onde constituir outros instrumentos para a sua grandeza e para a sua prosperidade.

E um deles é esse mercado financeiro, é esse mercado de capitais que hoje nós estamos dentro dele, procurando engrandecê-lo, e procurando aumentar a sua potencialidade. Aliás, se nós ainda estamos no início da atividade de um mercado de capitais, já devíamos, há muito mais tempo, ter penetrado nele. Razões especiais, entretanto, atrasaram muito o Brasil nesse campo. Se nós fizermos um ligeiro retrospecto sobre a história da humanidade, nós veremos que o mercado de capitais nasceu com a própria humanidade. Porque milênios antes de Cristo, na Mesopotâmia, já os homens se organizavam em sociedades, para explorar o comércio de cereais, comprando as colheitas que ainda não tinham nascido, bem barato, para vender com preços escorchantes aos consumidores, depois de havê-las colhido.

Na Antiguidade, os homens não apreciavam muito essa atividade do comércio. A humanidade se preocupava mais com as guerras, com a nobreza; e

os homens de negócio, os empresários, eram muito malvistos. E na Grécia, e mesmo em Roma, os empresários eram considerados pouco mais do que ladrões e não tinham ingresso na sociedade, e nem na conquista de posições na política. É sabido que, na Grécia, Xenofonte – o grande historiador grego, foi o primeiro homem que tentou a fundação de um banco, mais ou menos nos moldes do que é hoje um banco de depósito. Mas logo entrou em decadência. Em seguida, Solon, que era considerado um dos homens mais inteligentes da época – um grande legislador – tentou também entrar para a política, e se fez a ponte de Atenas. Mas, com o complexo de pertencer à classe dos empresários, e sabendo que esses eram muito malvistos por aqueles que lhe haviam dado o poder, os perseguiu muito. Cancelou dívidas, sequestrou bens e, afinal, acabou sendo considerado como um traidor da sua classe.

Em Roma, que foi a pioneira da organização das grandes companhias, o mesmo sucedia. Roma fazia as suas organizações também com ações, captava capital por meio de ações, que naquela ocasião eles chamavam de partes. E os homens ricos viviam sempre pelejando, como acontece ainda um pouco – vocês podem observar, mesmo no panorama brasileiro, o homem, depois que fica muito rico, quer entrar para a política. Porque, sem dúvida, as duas forças que existem no mundo são: a força do dinheiro e a força do poder. E quando o cidadão tem a força do dinheiro, então quer, também, possuir a outra. E foi graças a isso que Marcos Crassus, o homem mais rico de Roma, com o seu dinheiro, conseguiu, pela primeira vez, fazer parte de um movimento político, figurando no Triunvirato com Pompeu e César, mas logo depois dele excluído.

O movimento do mercado de capitais foi rolando. E, como na Antiguidade, as coisas caminhavam sempre, da Grécia para Roma, de Roma para a França, havia de vir esse movimento então para a França. E um determinado cidadão chamado John (...), que era um escocês que matou o amante

da sua mulher e, por isso, foi obrigado a fugir para a França, lá chegando conquistou as graças do Duque de Orleans, que era o regente de Luiz XV e, prometendo a ele, através de um banco, melhorar consideravelmente as finanças da França, fundou, pela primeira vez – isso por volta de 1717, o primeiro banco central do mundo.

E logo em seguida, e por força dessa organização do mercado de capitais da época, a Bolsa da França, em 1726, se constituía. E a Inglaterra, cujas rivalidades com a França eram muito grandes – países que viviam permanentemente em guerra um com o outro, também começou a organizar o seu mercado de capitais. E esse, realmente, foi um modelo para todo o mundo, e depois saltou o Atlântico e vem até hoje, nos dias de hoje, nos dar as lições que ainda prevalecem para a organização do nosso capital.

Em Londres, havia uma rua chamada Lombard Street. E nessa rua se reuniam os homens que vendiam ações. Eram os corretores da época. Mas esses corretores já haviam nascido desde a Renascença, não na Inglaterra, mas em Veneza. E como eles se reuniam sempre na rua, na Lombard Street se tornou um dos mais famosos centros comerciais do mundo antigo, onde os corretores se encontravam para vender as ações das companhias existentes. E na Inglaterra, na Lombard Street, havia um Café chamado Jonathan Coffee Shop. Esse Café, uns vinte anos depois, os ingleses mudaram o nome dele para Stock Exchange, quer dizer, Bolsa de Valores. E daí começou realmente isso que hoje existe no mundo inteiro: a Bolsa de Valores.

Essa Bolsa de Valores logo saltou o Atlântico, para vir para os Estados Unidos. Porque, nessa época, os Estados Unidos eram uma colônia da Inglaterra, e não havia, portanto, americano, havia inglês na América. E os ingleses que vinham para os Estados Unidos, nas treze primeiras colônias – o grupo das primeiras colônias inglesas, que mais tarde se transformaram nos Estados Unidos, esses corretores foram procurar, em Nova York, uma rua que, ainda hoje, é a mais famosa do mundo. Chama-se Wall Street. Isso traduzido em português, quer dizer: "rua do muro", porque nessa rua, o governador (...), de Nova York, construiu um muro de tábua de quinhentos metros de extensão e três metros de altura, para proteger, sobretudo, os corretores que viviam ali, passeando na rua para vender as ações, e para evitar que os porcos, cachorros e os animais viessem importunar o trabalho deles.

E nessa rua havia um plátano (esse plátano já foi cantado em prosa e verso em todas as revistas do mundo, em fotografias) que ficava, mais ou menos, na altura do número sessenta e oito da Wall Street, e era à sombra

desse plátano que eles começaram, então, a discutir os problemas da Bolsa de Nova York, que ainda não existia. Mas o inverno é muito rigoroso, e eles então procuraram se abrigar. Reuniram-se, cotizaram-se, construíram uma casa, e, em 1801, essa casa passou a ser a sede onde aqueles corretores se encontravam para a venda de ações. E essa sede também passou a ser a Bolsa de Nova York. E essa Bolsa é que deu o maior trabalho à humanidade e foi uma das responsáveis pelo grande desenvolvimento dos Estados Unidos.

Porque, logo em seguida, por volta de 1834, descobriu-se a coisa mais fabulosa dos últimos vinte séculos: foi a máquina a vapor. Porque a humanidade é curiosa: a humanidade do século I, em Roma, até a humanidade do século XVIII, em qualquer parte do mundo, era a mesma. O mesmo desenvolvimento, ou por outro, o mesmo atraso. Basta dizer, meus senhores, que no meu ramo, que era a medicina, havia em Roma, no século I, um médico chamado Galeno. E a medicina de Galeno prevaleceu no mundo até o século XVIII; no século XIX, Pasteur começou os seus grandes trabalhos e descobriu o micróbio. Só então se alterou a medicina, porque o que Galeno fazia no século I, os médicos faziam até no século XIX.

Mas a máquina a vapor então conseguiu a maior revolução dos vinte séculos da nossa civilização. E daí nasceram as grandes companhias americanas, sobretudo, companhias de estrada de ferro, porque, antes dessas companhias, as maiores eram as companhias de carvão, porque o carvão, além das utilidades todas que tinha, como combustível, tinha aquela de proteger os cidadãos contra o frio – o aquecimento das casas era um conforto do qual ninguém podia se privar. De modo que, quando se descobriu a máquina a vapor, houve uma explosão no desenvolvimento americano. E então aí, eles já contavam com centenas de bancos. Era uma coisa curiosa que, em 1836, houve uma crise nos Estados Unidos, em que faliram seiscentos bancos. Nessa altura, já existia, naquele país, um mercado de capitais, ou um mercado financeiro, que permitia a falência de seiscentos bancos.

As companhias de estrada de ferro se desenvolveram muito, e assim se deu o grande desenvolvimento da Bolsa. E começavam, então, a aparecer – não havia Banco Central nos Estados Unidos – os grandes homens de negócios. E um deles, o mais famoso, foi Morgan, cuja organização existe até hoje nos Estados Unidos, é um dos bancos mais famosos do mundo – e ele é que comandava, realmente, o movimento financeiro dos Estados Unidos, através da Bolsa de Nova York. E quando ela chocava, quando ela tinha um atrito, quando tinha qualquer coisa, Morgan reunia, em sua casa, todos os banqueiros e dizia: "O senhor vai entrar com cinco milhões de dólares, o senhor vai entrar com dois milhões de dólares". Faziam caixas, e essas caixas é que, então, pela compra ou venda de ações, estabeleciam o equilíbrio e evitavam crises muito sérias na Bolsa.

Quando houve a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, em 1865 – terminou em 1870 –, houve mais de um milhão de mortos. Foi uma guerra devastadora, terrível, para a independência, para a eliminação dos escravos. E, logo em seguida a isso, a nação parece que, com o sangue derramado, ela se levantou vigorosamente, e foi graças à Bolsa, ao trabalho do mercado financeiro, o mercado de capitais, que em 1900 – nesse espaço de trinta anos, de 1870 a 1900 –, ela adquiriu uma projeção extraordinária e fez a estrutura sobre a qual, neste século, os Estados Unidos apoiaram o grande desenvolvimento que fez dos Estados Unidos, com quatro milhões de habitantes (...)

(...)No Brasil, com um rei, um imperador, que embora nos tenha dado de presente a independência do nosso país, não estava ainda, ele não era educado para esses movimentos de desenvolvimento. E, mais tarde, sucedido por Dom Pedro II, que incontestavelmente foi uma das figuras mais respeitáveis da história do Brasil, mas que também não tinha a bossa do desenvolvimento. Dom Pedro II era um homem que ia assistir, no Rio de Janeiro, a todos os concursos no Colégio Pedro II. Perdia um tempo enorme com isso, para assistir a concursos de colégios, dava muita força, mas o assunto de desenvolvimento, nada. Só houve, naquele período do Segundo Império, um homem que tentou fazer alguma coisa, foi Mauá. Mas foi superado pelas dificuldades da época, entrou em falência, e o Governo, dentro daquele liberalismo absurdo da filosofia dominante na época no Brasil, deixou que ele se arrebentasse, sem lhe estender a mão, nem lhe dar o menor auxílio. Coisa que mais de um século atrás, nos Estados Unidos, já não era possível (...) foi o grande coordenador do movimento financeiro dos Estados Unidos, e que morreu num duelo, estu-

PLANO DE METAS

Através de diversos estudos foram diagnosticados alguns pontos de estrangulamento para o desenvolvimento brasileiro.

O Plano de Metas constituía no levantamento dos setores mais críticos da economia brasileira e a partir disso investimentos direcionados com o objetivo de superar esses obstáculos estruturais.

A conseqüência idealizada por esse plano seria criar um desenvolvimento econômico relativo a 50 anos em apenas 5 anos de governo. *"50 anos em 5"*.

pidamente, em 1803, já organizava a estrutura americana, defendendo, com unhas e dentes, o mercado americano contra o domínio inglês da época.

Mas, logo, nós tivemos a proclamação da República, já com um país com quatorze milhões de habitantes, mas sem nenhuma preocupação com esse assunto. E os trinta primeiros anos da República não foram mais nada do que o desdobramento do Império. Os primeiros presidentes eram outras figuras de Pedro II, todos de sobrecasaca, o mesmo estilo, as mesmas preocupações, e nada de desenvolvimento. Finalmente, em 1930, houve um grande movimento, o início do movimento do despertar do Brasil. E aí, o Brasil começou a tomar consciência, em primeiro lugar, do seu atraso; em segundo lugar, da massa imensa de trabalhadores que vivia no país, mais ou menos como escravos, e que mal tinham recebido os benefícios da Lei Áurea, de 1888. Mas os acontecimentos foram marchando e o Brasil foi abrindo os olhos.

Em 1955 – nós estamos fazendo um pouco de história retrospectiva, eu não posso deixar de referir, também, ao meu período, porque esse faz parte, também, de tudo isso que está ficando para trás –, mas, em 1955, quando a minha candidatura foi lançada, eu olhei o panorama brasileiro e vi que não tínhamos nem sequer condições, no Brasil, para organizar uma equipe de técnicos, de homens com sabedoria, com know-how, para traçar programas para o Brasil. Os poucos homens que eu encontrei e que me ajudaram muito, a eles eu disse: "Nós vamos organizar umas metas que devem ser realizadas para restaurar no espírito do brasileiro a confiança nesse país. E, como nós não temos, ainda, equipes capazes de fazer esse trabalho, vamos estudar os estrangulamentos da economia brasileira e procurar uma terapêutica contra esses estrangulamentos, que eu farei o Brasil marchar cinquenta anos em cinco anos.

E é muito fácil eu lhes dizer, eu mesmo conheço esses estrangulamentos. Eu sei que não há energia elétrica no Brasil, porque no Rio e São Paulo os elevadores estão racionados, quer dizer, você não podia construir um prédio no Rio e nem em São Paulo, porque não havia energia elétrica para elevador, quanto mais para fazer indústria... Nós não temos estradas. As estradas que existiam, todas de terra, péssimas, eu encontrei apenas oitocentos quilômetros de estradas asfaltadas neste país. Hoje, elas já andam por cerca de cinquenta mil quilômetros. Nós não tínhamos cimento, nós não tínhamos navio, nós não tínhamos automóveis. Enumerando, aí, seriam trinta metas. E foi com essas trinta metas que eu saí, então, para minha campanha.

E na minha campanha, que eu iniciei em Jataí, no Estado de Goiás, eu fiz uma exposição ao povo, contando isso que estou falando aqui com os senhores – naturalmente, numa campanha política, dando mais retórica, dando mais beleza no que eu estava dizendo, e no fim, eu disse: "Agora, eu pergunto a vocês: o que vocês acham que eu devo fazer? Porque eu não compreendo que uma Nação possa viver apenas de fazer estradas e pontes. Porque há uma coisa sutil, superior, espiritual, que se chama garantias, a liberdade, todos esses assuntos, que eu pretendo zelar, respeitar, como uma coisa sagrada para o Brasil. E só posso fazer isso, respeitando integralmente a Constituição, que é a Lei que nos rege".

Um cidadão, lá da multidão, vira-se pra mim e diz: "Mas, se o senhor está declarando que vai respeitar integralmente a Constituição, há um dispositivo na Constituição que manda construir a nova capital do país. O que é que o senhor diz a respeito disso?" Aí, eu raciocinei um segundo e disse: "O senhor me pegou nessa, porque, realmente, eu não tinha pensado nisso e nem nenhum dos meus assessores que trabalharam comigo". Desde criança, eu via no mapa o retângulo, sede do futuro Distrito Federal. E, acostumando com aquele retangulozinho ali no mapa, ninguém mais dava importância, nem acreditava naquilo. "Mas o senhor tem razão. O Artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946 estabelece, realmente, a construção da nova capital, e eu vou construir a nova capital".

Dali, eu fui para Anápolis, à noite, havia muita chuva – eu me lembro que foi um comício, todo ele de guarda-chuva – e a primeira pergunta já foi esta, do povo: "O senhor vai fazer a nova capital?" Falei: "Vou fazer". Dali,

fui pro norte de Goiás, para Belém, Manaus. Quando cheguei ao Rio, já toda a imprensa me perguntando: "Mas o senhor vai fazer a nova capital?" - "Vou fazer a nova capital". E ficou, então, consagrado e eu já fiquei com o compromisso.

Bem, quando eu tomei posse – e todos sabem as dificuldades que eu enfrentei para isso, na ocasião, logo em seguida, eu tive o movimento revolucionário. E, receoso de que esse movimento pudesse acarretar, inclusive, a queda do meu governo, eu preparei a mensagem e fiquei com ela prontinha para mandar para o Congresso. Falei: "Se houver qualquer briga, eu mando para o Congresso, e, ao menos, verão que, da minha parte, eu fiz aquilo que devia ter feito, cumpri a minha palavra". Dominado o movimento, dias depois, eu sigo para a Amazônia, para ver lá o petróleo. Mas, então, viajando para a Amazônia – eu ia assinar, em Goiânia, a mensagem, sobrevoei Goiânia, e havia uma nuvem sobre o campo. Não foi possível descer em Goiânia, então fui para Anápolis, e lá é que assinei a mensagem e mandei para o Congresso. E começamos, então, o trabalho.

Mas não havia, nessa ocasião, nada, a não ser os bancos: bancos comerciais, bancos de depósito; não havia nada no mercado financeiro, nem o mercado de capitais. E eu comecei a me preocupar, porque uma das primeiras metas do meu governo foi resolver o problema da indústria automobilística. E eu sabia que no meu governo ainda, eu conseguiria fabricar, pelo menos, cinquenta mil veículos por ano, mas que isso iria num crescendo, como realmente foi – esse ano passado, nós já fabricamos mais de seiscentos mil carros. Então, quer dizer, mas como é que se vai comprar esses carros? Porque ninguém tem dinheiro para comprar de uma vez um carro. Então precisa haver uma maneira de financiar esses carros. E daí nasceu, então, a ideia das financeiras. Criamos as financeiras.

Em 1958 – em novembro de 1958, a Portaria da SUMOC criou as financeiras. E quando eu deixei o Governo, já havia no Brasil sessenta financeiras, que começaram a financiar a compra de automóveis. À medida, porém, que o assunto prosseguia, essas financeiras foram se desenvolvendo, e nós chegamos a ter, no Brasil, trezentas e tantas financeiras. Com a política atual do governo, de reduzir o seu número, juntando várias em uma só, mais forte, mais poderosa, hoje elas devem andar por volta de cento e oitenta a duzentas financeiras. Ao mesmo tempo, em 1965, o fenômeno foi se agravando, porque eu mesmo me transformei em corretor do Brasil. Aí, eu sou colega dos senhores, e vou dizer o seguinte, vou citar só uns dois exemplos, para os senhores verem como eu trabalhei como corretor neste país.

A primeira coisa que eu criei aqui em Minas, quando entrei para o governo do Estado, foi a Cemig. Nós não tínhamos energia elétrica para coisa nenhuma, a não ser umas pequenas usinas de dez cavalos, vinte cavalos, para iluminar, como eu dizia, a miséria das cidades do interior. Então, nós precisávamos construir as centrais elétricas, destinadas a impulsionar um parque industrial para Minas, e daí nasceu a ideia da Cemig. Mas para fazer a Cemig (era uma companhia mista), o Estado entrava com uma parte do capital e os particulares com outra parte; naquele tempo, as duas companhias maiores que havia aqui eram a

Belgo-Mineira e a St. John Del Rey Mining situada em Morro Velho. Eu chamei, lá no Palácio, o superintendente da Belgo-Mineira, e expliquei a ele todo o meu plano: "Nós temos que fazer aqui uma companhia mista, é uma novidade, mas pretendemos realizar, realmente, uma obra de importância para o Estado".

E ele foi muito franco e me disse: "Mas nós não acreditamos na capacidade do Estado para realizar essas coisas". E eu disse: "Vocês têm toda razão. Não é só para realizar essas coisas não, é para realizar qualquer coisa – essa que é a verdade". Porque o Estado ficava olhando o povo lutar na sua miséria, sem intervir para criar uma estrutura que melhorasse as condições econômicas do Estado. "É, mas o senhor faça uma experiência, e vai ver se eu vou ou não realizar esse assunto".

O superintendente da Belgo-Mineira, a título de experiência, assinou a primeira cota. Foram dez mil contos; era pouco, mas muito mais do que representa hoje, é claro, não é? Porque hoje, daquela época para cá, houve uma desvalorização do cruzeiro de milhares de vezes. O outro que eu procurei foi o superintendente da Mina de Morro Velho, Sr. W. Russel. É por isso que, às vezes, eu compreendo muito as dificuldades dos corretores, sabe? Eu mandei telefonar para ele, dizendo que "o governador quer falar com ele". Ele mandou responder "que estava almoçando e não podia atender". Então eu falei: "Mas ele ficou sabendo que é o governador, mesmo, que quer falar com ele, e está almoçando? Eu já levanto do almoço para atender qualquer chofer, não digo já uma pessoa de grande projeção, mas qualquer pessoa modesta, eu me levanto, então ele não pode atender o governador do Estado?"

Então mandei chamar o cônsul britânico aqui, que era meu amigo, contei o fato e falei com ele: "De agora pra diante, você poderá ir à minha casa, que eu o receberei com muito prazer, mas aqui no Palácio você não entra mais. Nem mais um inglês entra aqui neste Palácio, sabe?" Ele ficou incomodadíssimo com a história, e foi atrás do superintendente Sr. W. Russel, foi para a Morro Velho. E daí a pouco voltou dizendo "o homem não tinha entendido, que não compreendia bem o português, que pedia desculpas e tal". Respondi: "Está bem. Eu não estou aqui para brigar, não. Você já se desculpou, mas traz ele aqui, que eu tenho uma intimação para fazer". Então veio, e ele assinou sete mil e quinhentos contos. Foi o que custou a ele a grosseria. E foi assim que começou a Cemig.

Bem, como governador, uma outra, também, grande corretagem que eu fiz foi com a Mannesman. E essa Mannesman foi feita, aí, com o dólar a dezoito cruzeiros, com isenção para importar esse material todo (...). Ela está aí, agora, já está fazendo o seu programa para produzir quinhentas mil toneladas – ela começou com uma produção de cem mil toneladas, e agora produz quinhentas mil. Mas os senhores viram que, aí, foi o meu trabalho de corretagem – como governador, eu podia citar inúmeros outros exemplos, mas esses três já mostram aos senhores.

Depois, como presidente, eu fiz uma viagem ao exterior – presidente eleito. Cheguei na Europa, na Alemanha, já tinha mandado um telegrama para o embaixador, pedindo a ele que reunisse, lá no hotel onde eu ia me hospedar, lá em Dusseldorf, todos os industriais que fosse possível. Cheguei lá e estava marcada uma reunião com uns trezentos industriais alemães. E eu levava todas as minhas metas e sabia quais aquelas que podiam ser realizadas pelos alemães. Porque, naquele tempo, meu amigo, não havia nenhuma poupança nacional, não havia mercado de capitais, não havia condições para você fazer mercado de capitais no Brasil. Então, você tinha que arranjar, ou empréstimos que o Brasil, naquela ocasião, atolado de dívidas, não tinha condições de ampliar, ou então, tinha que ficar esperando que Deus viesse nos ajudar, ou então, trazer de fora o dinheiro. Foi a decisão que eu tomei.

E, naquela época, com alguma dificuldade, porque havia um movimento político muito grande, havia um nacionalismo um pouco exacerbado, um nacionalismo incompreendido, porque diziam: "Não devemos trazer capital". Como? O capital estrangeiro chega aqui, fixa, se fixa aqui, entendeu? E mais nunca sai: passa a ficar a serviço do Brasil. De modo que o seguinte: todo o capital que pudesse trazer... não havia nenhum perigo. Nessa reunião com os alemães – eram trezentos industriais, mais ou menos, eu disse: "Eu vou fazer o que preciso fazer: fábrica de automóvel,

fábrica de navio, fábrica de cimento, fábrica de alumínio... e fui por aí citando. E aqui, eu sei de pelo menos dez industriais aqui da Alemanha que têm que se encarregar de realizar isso. Porque isso importa em centenas de milhões de dólares, e digo, o Brasil não tem esse dinheiro, mas os senhores vão pra lá e vão encontrar uma atmosfera propícia a esses investimentos".

Ao término, falei: "Agora eu quero ouvir francamente a opinião dos senhores". Disseram-me eles – um deles falou em nome de todos. Disse: "Nós não queremos mais trabalhar na América Latina, especialmente no Brasil. Porque os outros países são pequenos (...) mas o Brasil, que é um país grande, nos tem atraído, e nós vamos lá, vamos a um ministério, chegamos ao ministério, passamos uma semana pelejando para falar com o ministro. Chega lá, o ministro não entende coisa nenhuma, não tem nada organizado, nos manda para outro ministério e, no fim de um mês, nós já percorremos quatro ou cinco ministérios, e sem nenhum resultado do nosso esforço e do nosso trabalho. De modo que é necessário... nós desistirmos, tiramos isso da nossa preocupação. Hoje nós estamos aqui preocupados, aqui dentro. Estamos começando o Mercado Comum Europeu, vamos ter, aqui na Europa, mercado entre nós mesmos, estamos preocupados em fazer investimentos dentro da Europa mesmo".

Eu disse: "Não, então vamos fazer o seguinte: eu peço aos senhores que destaquem os dez que podem fazer estas indústrias (...) Os senhores estão convidados para ir ao Brasil" – isso foi no mês de janeiro de 56 –, "eu vou tomar posse daqui a vinte dias. Os senhores estão convidados para ir ao Brasil. O senhor irá no dia dez de fevereiro, o senhor no dia quinze de fevereiro, o senhor no dia trinta e tal. "Não, nós temos que estudar primeiro e tal...". "Não (...) de modo que os senhores serão recebidos, os senhores não vão ter trabalho de espécie alguma, receberão a passagem no endereço que os senhores determinarem, e eu os espero no Brasil". E tomei nota.

Cada dia que chegava um ao Brasil, já estava lá um ajudante de ordens meu, para recebê-lo. Já saía dali – chegava às seis e meia, sete horas da manhã, já ia diretamente para o Palácio (...) "O presidente está esperando o senhor". "A esta hora me esperando? Mas eu ainda não fiz a barba e não sei o quê". "Não, está esperando". O sujeito chegava lá, eu dizia: "O senhor vem tomar café comigo, não é? Vamos tomar um café porque estão aqui já os estudos todos do assunto que o senhor vai resolver. Às duas horas da tarde, o senhor vai ao Conselho Nacional de Desenvolvimento, que já estarão lá à sua espera, e amanhã o senhor vai almoçar comigo. Os senhores vão ver que já mudou aquele quadro que os senhores falaram comigo lá na Alemanha, de que não se encontra ninguém para discutir assuntos por aqui". Bem, o fato era o seguinte: o sujeito ia para casa, descansava um pouco, às duas horas já estava aí a turma toda muito afiada...

No dia seguinte, hora do almoço, já estava lá para almoçar comigo. Falei: "Como é que está?" Diziam: "Ah, agora mudou, realmente, inteiramente, nós estamos surpreendidos. Falei: "Pois bem, agora o senhor organize aí e estabeleça o seu plano". "Está bom, mas isso eu tenho que ir à Alemanha primeiro". Falei: "Ah, não, o senhor não sai daqui. O senhor tem telefone, o senhor tem telégrafo, o senhor tem tudo o que o senhor quiser para se entender lá com o seu país e, agora, o senhor é meu prisioneiro. Fique aqui no hotel, é meu hóspede; vou tratar o senhor muito bem, vem almoçar todo dia comigo, mas é meu prisioneiro, não sai daqui mais sem resolver esse assunto". Olha, todos os dez ficaram com os assuntos resolvidos – imagina que importância de assuntos que era, a construção de automóveis Mercedes Benz, era aquela big fábrica da Krupp, lá em Sorocaba. Era tudo desse volume. Basta dizer que, só naqueles dias, eles tiveram que aplicar no Brasil trezentos milhões de dólares – é dinheiro toda vida. Pois bem, foi graças a essa corretagem, é que eu pude realizar e conquistar o dinheiro que, na ocasião, não existia no Brasil, e que eu consegui trazer para cá.

Mas agora, à medida que o Brasil cresceu, as necessidades foram crescendo, e o atual ministro da Fazenda, que é realmente um economista que conhece bem o que está fazendo, e tem auxiliares muito bons, o Presidente do Banco Central, o Galvêas, é também um elemento sério, um homem que estuda bem os problemas, o gerente do mercado de capitais, o (...) é outro rapaz muito moço, mas também de muito valor, conhece bem esses problemas, de modo que eles estão codificando bem esse mercado. E graças a isso, a coisa vai se desenvolvendo, e é só graças a isso que nós vamos ter, daqui em diante, o desenvolvimento do Brasil. E eu vou explicar porque: nos Estados Unidos, todas as indústrias (lá, o governo não interveio de maneira nenhuma na formação de indústria; o governo americano, nem indústria de guerra, nem essa indústria de ir à lua,

nada disso é feito pelo governo), tudo lá é iniciativa privada. Mas, aqui no Brasil, o governo teve que entrar muito no campo da realização de indústrias, pela falta de capitais particulares para fazer isso.

Então, eu mesmo me indagava muito: por que os Estados Unidos, tendo mais ou menos a mesma idade física que nós temos, a mesma idade histórica, sendo uma nação que, durante algum tempo, andou mais ou menos paralelamente conosco em população (o Brasil já esteve até à frente dos Estados Unidos); por que, subitamente, os Estados Unidos tomaram essa dianteira formidável, deixando o Brasil para trás, como está hoje, um século atrás dos Estados Unidos em desenvolvimento – e isso é comprovado por todas as estatísticas? Eu sempre chamei a atenção disso, desde que era presidente, porque é preciso que o brasileiro saiba disso, para ele despertar o seu brio e lutar contra essa diferença, esse fosso, que separa o desenvolvimento do Brasil e dos Estados Unidos. Mas os Estados Unidos – eu mesmo me perguntava, por que os Estados Unidos deram esse golpe formidável na nossa frente? E a razão era essa, não tenha dúvida: é que, em 1801, já estava montada nos Estados Unidos, em Nova York, a Bolsa de Valores.

Essa Bolsa lançava já as ações para todas as grandes companhias que se formaram: a princípio, as companhias de carvão, seguidas das companhias de estradas de ferro. Em 1863, inaugurou-se, nos Estados Unidos, ligando Nova York a São Francisco, ou seja, de costa a costa, do Pacífico ao Atlântico, a primeira estrada de ferro. Só em 1960, foi possível atravessar esse Brasil de norte a sul, durante o meu governo quando se inaugurou Brasília, que nós fizemos aquela grande, eu considero uma das maiores festas do Brasil – foi aquela de vir automóveis de Belém até Brasília, e outros de Porto Alegre até Brasília, para se encontrarem no mesmo dia e na mesma hora. Pela primeira vez, se varou o Brasil de norte a sul e de leste a oeste. Um século depois.

Mas foi graças a esse mercado de capitais, quer dizer, à captação da poupança particular. Porque hoje você vê: mesmo os empregados da gente, modestos, que têm pouco conhecimento ainda, já têm a preocupação de saber "como é que eu posso empregar essa economiazinha minha de quinhentos cruzeiros, mil cruzeiros, quer dizer, comprando letras de câmbio, fazendo um depósito fixo". Isso tudo, vai somando, vai somando, isso vira bilhões. E com esses bilhões é que se fazem os lançamentos das novas indústrias para o Brasil.

No ano passado, foram lançadas, na Bolsa, dezenas e dezenas de indústrias, e agora estão lá, no Banco Central. No ano passado, até o fim do ano passado, devia ter, mais ou menos, quatrocentos novos projetos de indústria para serem lançados. E esses projetos são todos hoje a captação que se faz e todas essas indústrias estão sendo feitas à custa da corretagem, das companhias de financiamento, das companhias de corretagem e, sobretudo, dos bancos de desenvolvimento".

Texto extraído da coletânea de 3 volumes intitulada Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI – de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira e publicado por MercadoComum

JUSCELINO KUBITSCHEK
Profeta do Desenvolvimento:
Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI

A Coletânea contem, no conjunto, 2.336 páginas e compõe-se de três edições impressas distintas:

- ***Volume I*** *– PROFETA DO DESENVOLVIMENTO*
- ***Volume II*** *– O DESENVOLVIMENTO EM 1º LUGAR - A Construção de uma Nação Próspera e Justa*
- ***Volume III*** *– MENSAGEIRO DA ESPERANÇA - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI*
- *Coletânea de 250 discursos proferidos no exercício do mandato da Presidência da República – 1956 a 1960.*

Mais informações:
MercadoComum
31 3281-6474
revistamc@uol.com.br
Acesse: mercadocomum.com

ChatGPT lança atualização que torna a ferramenta ainda mais precisa e humanizada

O ChatGPT-4 tem uma capacidade ainda maior para otimizar tarefas e operações, facilitando a vida de empresas e profissionais

Nos últimos meses, tem se observado um aumento significativo na popularidade das inteligências artificiais. Uma das principais razões para isso é o crescente interesse em automação e eficiência em diversos setores, desde empresas até serviços de saúde e finanças.

Com o avanço da tecnologia, as empresas perceberam que a inteligência artificial pode ser utilizada para otimizar processos, reduzir custos e aumentar a produtividade. Uma das novidades que apareceram foi o ChatGPT, um modelo de linguagem que tem o potencial de gerar respostas humanas e processar vastas quantidades de dados linguísticos. O sistema pode ser utilizado para criar assistentes virtuais, chatbots, sistemas de recomendação personalizados e muito mais.

Recentemente, uma nova versão foi disponibilizada. Chamada de ChatGPT-4, tem a capacidade de processar vastas quantidades de dados linguísticos e gerar respostas ainda mais humanizadas.

De acordo com Rafael Franco, CEO da Alphacode, empresa que atua em São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Orlando (FL-EUA), responsável pelo desenvolvimento de aplicativos para marcas como Habib's, Madero e TV Band, o ChatGPT-4 promete revolucionar a forma como as pessoas interagem com a tecnologia. "Entre as novidades desta versão, destacam-se melhorias no processamento de linguagem natural, expansão do vocabulário, aprimoramentos em áreas como compreensão de contexto e análise semântica, além de maior capacidade de personalização e adaptação ao perfil de

cada usuário. A atualização é um exemplo do avanço contínuo da inteligência artificial e seus potenciais impactos na sociedade", relata.

Recentemente alguns porta-vozes da OpenAI, desenvolvedora do ChatGPT, declararam que a Inteligência Artificial é capaz de mentir para gerar determinadas respostas. Para o especialista, não é bem assim que as coisas funcionam. "O termo 'mentiu' talvez não seja o que melhor se enquadra no que ocorreu. Mentir é contar algo diferente da verdade, tendo consciência do que se está fazendo. No caso de uma inteligência artificial, estamos falando de um algoritmo probabilístico que apenas respondeu aquilo que, matematicamente, considerou como o mais correto", pontua.

Rafael alerta que nenhuma inteligência artificial possui consciência ou qualquer funcionalidade similar a isso. "O que existe são conjuntos muito grandes de informações e algoritmos matemáticos, que buscam as respostas que melhor se encaixam aos questionamentos solicitados pelos usuários", pontua.

Para o CEO da Alphacode, o ChatGPT-4, até agora, mostra apenas impactos positivos na indústria. "É uma ferramenta que pode auxiliar empresas e trabalhadores das mais diversas áreas a aumentar a capacidade de resposta e, inclusive, de argumentos em conversas com clientes. Tudo isso, com um comportamento extremamente similar ao que um humano nessa posição de atendimento teria. Além disso, aumenta a produtividade e a assertividade, renovando a satisfação dos consumidores e diminuindo os custos operacionais", declara.

Ainda assim, Franco não acredita que o ChatGPT irá substituir por completo a atuação humana. "É, simplesmente, uma ferramenta que permite ganho de produtividade. Assim como a máquina de escrever, a calculadora e o computador nos tornaram mais produtivos, o ChatGPT é mais uma solução nessa cadeia evolutiva", finaliza.

Rafael Franco é um empresário que atua no mercado de tecnologia há 20 anos. Graduou-se em Ciência da Computação com pós em Engenharia de Software. Também foi executivo de multinacionais liderando projetos premiados por grandes empresas. Em 2015 fundou a Alphacode, empresa presente em São Paulo, Curitiba (PR) e Orlando (FL-EUA) em que atualmente é CEO. Lidera um time de especialistas em experiências digitais com grande destaque para projetos de aplicativos mobile, sendo responsável por projetos de grande porte neste segmento como Grupos Habib's, Madero e TV Band. Comanda o time responsável por dezenas de aplicativos que atendem mais de 20 milhões de pessoas todos os meses, principalmente nos segmentos de Delivery, Saúde e Fintechs.

Brasil é o 2º pior país do mundo para dirigir

O Brasil é o segundo pior do mundo para dirigir. O país fica atrás somente da Rússia, que está em primeiro lugar no ranking mundial.

É o que revela um estudo divulgado pela plataforma de cupons de desconto CupomValido.com.br com dados da OCDE e Compare The Market.

Para a elaboração do ranking, foram considerados 4 fatores: o custo de manutenção do carro em relação a renda, o nível de congestionamento, o índice de qualidade das estradas e o índice de mortalidade no trânsito.

OS PIORES PAÍSES PARA DIRIGIR

A Rússia é o pior país do mundo para se dirigir. O país possui o pior índice de qualidade das estradas (2,9) e o pior nível de congestionamento (37%) dentre todos os países. Além disso, o índice de mortalidade é um dos mais altos (12). Ao combinar estes três fatores, faz com que o país se torne o líder do ranking.

O Brasil segue em segundo da lista, principalmente pela baixa qualidade das estradas (3,1) e pelo alto nível de mortalidade no trânsito (16,0 a cada 100.000 pessoas). Além disso, o alto nível de congestionamento (28%) e alto custo de manutenção em relação à renda (26%), também foram fatores relevantes que levaram o país para a segunda posição da lista.

Em seguida no ranking dos piores países, estão: o México, a África do Sul e a Irlanda, respectivamente.

OS MELHORES PAÍSES PARA DIRIGIR

A Dinamarca é o melhor país para dirigir do mundo. O país possui um dos menores índices de mortalidade no trânsito, apenas 3,7 a cada 100.000 pessoas. Além de possuir estradas de alta qualidade (5,5) e baixo nível de congestionamento (18%).

Já os Estados Unidos fica em segundo lugar no ranking, principalmente pelo baixo nível de congestionamento (14%) e pelo baixo custo de manutenção (o menor dentre todos os países).

A Holanda, Portugal e França, finalizam o ranking dos 5 melhores países, respectivamente.

Fonte: OCDE, CupomValido.com.br, Compare The Market

Ranking dos Países para **Dirigir**

Top 10 Piores Países para Dirigir

		Custo de Manutenção sobre a Renda	Nível de Congestionamento	Índice de Qualidade das Estradas	Índice de Mortalidade no Trânsito
1º)	Rússia	18%	37%	2,9	12,0
2º)	Brasil	26%	28%	3,1	16,0
3º)	México	35%	36%	4,4	12,7
4º)	África do Sul	41%	19%	4,4	22,2
5º)	Irlanda	28%	31%	4,6	3,1
6º)	Grécia	28%	28%	4,5	8,3
7º)	Hungria	22%	27%	4,1	7,7
8º)	Polônia	21%	28%	4,1	9,3
9º)	Chile	30%	31%	5,2	14,9
10º)	República Tcheca	24%	19%	4,0	5,9

Fonte: OCDE, CupomValido.com.br, Compare The Market

Ranking dos Países para **Dirigir**

Top 10 Melhores Países para Dirigir

		Custo de Manutenção sobre a Renda	Nível de Congestionamento	Índice de Qualidade das Estradas	Índice de Mortalidade no Trânsito
1º)	Dinamarca	30%	18%	5,5	3,7
2º)	Estados Unidos	13%	14%	5,7	12,6
3º)	Holanda	20%	18%	6,1	3,9
4º)	Portugal	23%	17%	6,0	8,2
5º)	França	21%	21%	6,0	5,1
6º)	Finlândia	22%	15%	5,4	3,8
7º)	Canadá	20%	17%	5,4	5,3
8º)	Suécia	23%	18%	5,5	3,1
9º)	Alemanha	20%	21%	5,5	3,7
10º)	Austrália	18%	20%	4,8	4,9

Fonte: OCDE, CupomValido.com.br, Compare The Market

Os vencedores do 28º Prêmio Top of Mind

MERCADOCOMUM – MARCAS DE SUCESSO DE MINAS GERAIS – 2023

O 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum - Marcas de Sucesso – Minas Gerais tem por objetivo premiar as principais marcas do Estado no ano de 2023. Para tanto, fez-se necessário realizar um minucioso estudo visando analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em segmentos distintos, junto à população mineira.

A premiação das Marcas vencedoras ocorrerá às 19 horas, do dia 21 de junho, no Centro do Convenções da Associação Médica de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG e, após a solenidade, acontecerá o tradicional "Coquetel de Confraternização" para 500 convidados especiais.

O "Top of Mind" é uma das medidas mais tradicionais no âmbito do marketing e da propaganda. Sua tradução literal significa "topo da mente" e indica o percentual com que uma determinada população cita uma marca em primeiro lugar, quando solicitada a pensar em uma categoria específica de produtos ou serviços. Considerando as experiências e o conhecimento de cada consumidor, essa métrica expressa as marcas preferidas, mais próximas e/ou mais associadas a uma determinada categoria e pode ser considerado um indicador de desempenho das estratégias de branding e do valor de marca (brand equity).

Para que o Top of Mind capture o índice de lembrança de modo fidedigno, todas as perguntas feitas pelos entrevistadores são abertas e espontâneas. Isto é, o entrevistado responde o que vem à mente, sem nenhum tipo de estímulo. Sendo assim, os pesquisadores são instruídos a não realizarem nenhum tipo de explicação e nem apresentarem exemplos sobre os segmentos ou categorias pesquisadas.

Desta forma, o Top of Mind de Minas Gerais, que neste ano completa 28 anos, reconhece as Marcas de Sucesso do Estado, escolhidas por critérios eminentemente técnicos através de pesquisa de opinião, encomendada com exclusividade, por MercadoComum. A Jumppi Inteligência e Pesquisa foi selecionada para realizar a coleta de dados e a análise dos resultados deste ano.

Para o levantamento das cidades

que compõem a amostra da pesquisa, a Jumppi utilizou o Índice de Potencial de Consumo (IPC Maps-2022) que apresenta o detalhamento, em valores absolutos, do potencial de consumo em 853 municípios do estado de Minas Gerais. A amostra para o presente estudo considerou os cinquenta municípios com maior potencial de consumo a partir do IPC. Esses 50 municípios também representam mais da metade de toda a população de Minas Gerais.

A partir da análise do IPC e da composição demográfica dos municípios pesquisados, buscou-se a quantidade populacional e estratificada de cada localidade, através dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das Eleições de 2022. Esses são os dados mais atualizados sobre a população brasileira, já que existe a obrigatoriedade de cadastramento nas bases de dados eleitorais, a partir dos 18 anos. Como essa obrigatoriedade não se aplica para as pessoas com 16 e 17 anos, sabe-se que existe um gap entre a quantidade populacional e os dados apresentados pelo TSE. Todavia, a outra possibilidade seria a utilização dos dados censitários do IBGE, que foram atualizados pela última vez em 2010. Sendo assim, apesar desse descompasso nos dois primeiros anos, os dados do TSE ainda se mostram e podem ser considerados os mais adequados.

A coleta de dados ocorreu entre

23/01/2023 e 20/03/2023 e foi realizada por meio de entrevistas telefônicas e presenciais, sendo o instrumento de pesquisa programado a partir de sistema eletrônico. Cabe evidenciar que todas as respostas das entrevistas são espontâneas, isto é, não foram apresentadas opções aos entrevistados.

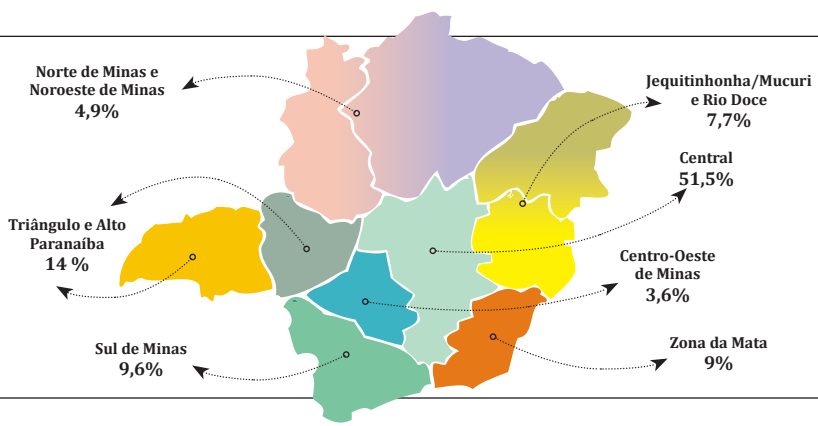
A pesquisa contou com 1.500 entrevistas, 1.115 das quais no Interior do Estado e 385 na Capital) compreendendo os 50 maiores municípios de Minas Gerais representativos de mais da metade da população total estadual e do potencial de consumo estadual, de acordo com levantamento efetuado pelo IPC-Maps-2022, conforme já mencionado anteriormente.

Vale ressaltar que o controle dos estratos foi realizado de modo rigoroso em termos de sexo e faixa etária e que a distribuição das entrevistas por cidade foi previamente estabelecida para servir como uma referência para o trabalho de coleta de dados.

A pergunta-chave e considerada como básica da pesquisa, junto aos entrevistados é: "Qual é a primeira marca que lhe vem à cabeça, quando se fala, por exemplo: feijão?". Os resultados obtidos ganham relevância bastante especial no meio empresarial, de marketing e de comunicação, pois se transformam numa série histórica importante sob o ponto de vista mercadológico.

A checagem dos dados foi realizada junto a pouco mais de 20% da amostra, que foi selecionada aleatoriamente. Tal procedimento é previsto na literatura relativa ao processo

MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DA PESQUISA POR REGIÃO DO ESTADO



de pesquisa científica e tem por objetivo garantir a fidedignidade dos dados coletados, evitando fraudes e erros não amostrais, tais como erros de digitação e má condução das entrevistas. Por extensão, a margem de erro foi estipulada em 2,6 pontos percentuais (para mais e/ou para menos) e o nível de confiança do estudo é de 95%.

Os segmentos econômicos pesquisados:

- Alimentos
- Bebidas
- Comunicação
- Compras
- Finanças
- Saúde
- Transportes
- Outros

Neste ano, estarão sendo premiadas 57 Marcas em quatro categorias distintas, apuradas após validados 37 itens da pesquisa realizada. Carro Fiat e Planos de Saúde Unimed são as únicas participantes desde o início deste evento e acumulam, desde então, 28 troféus consecutivos.

SIGNIFICADO DAS CATEGORIAS DA PREMIAÇÃO

CATEGORIA ESPECIAL – Top do Top - Reservada às premiações especiais. Destina-se à premiação das marcas que mais se destacaram, de forma substancial e diferenciada em relação às demais, conforme aferição da pesquisa. Na atual versão são aquelas mais citadas pelos entrevistados, ou seja, as que obtiveram o maior percentual de respostas da pesquisa realizada.

Serão premiadas as marcas mais lembradas de BH, Interior e Geral. As classificações serão divulgadas apenas durante a solenidade de premiação do 27º Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2022, no dia 28 de junho, na ACMinas.

Estas "Marcas Top do Top of Mind de Minas Gerais" – ou seja, aquelas que obtiveram o maior percentual de respostas espontâneas dos mineiros serão apenas conhecidas e divulgadas durante a solenidade de premiação e consistirá na premiação das cinco primeiras marcas que obtiveram a maior resposta geral, tanto em relação à Capital, ao Interior do Estado e no cômputo geral. No tocante aos grupamentos por sexo, faixa etária, classe social e grau de instrução serão apenas destacadas aquelas que conquistaram os primeiros lugares da pesquisa.

Estão previamente classificadas como "Marcas Top do Top of Mind de Minas Gerais de 2023":

Biscoitos Aymoré; Café 3 Corações; Colchões Ortobom; Drogaria Araujo; Livraria Leitura; Rede Globo; Tintas Suvinil; Planos de Saúde Unimed-BH e Unimed-Federação MG.

CATEGORIA EXCELÊNCIA – É a Categoria mais elevada. Nesta situação, significa que a marca vencedora obteve mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. A margem de erro prevista de 2,5% sempre é considerada. São praticamente nulas as chances de se ocorrer empates técnicos. Neste ano são em número de 20 os vencedores desta Categoria.

CATEGORIA LIDERANÇA – Significa não ter a marca obtido mais de 50% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas obtido confere a ela a liderança daquele segmento. A margem de erro prevista de 2,5% é também considerada e pode haver mais de uma marca vencedora, configurando-se nesta situação, a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 27 marcas vencedoras nesta Categoria.

CATEGORIA EXPRESSÃO – Significa que a marca obteve mais de 10% das respostas válidas e espontâneas dos entrevistados, de um determinado segmento. No entanto, o percentual de respostas não foi o suficiente para conferir a ela a liderança ou a excelência desse segmento. A margem de erro prevista é de 2,5% e pode haver mais de uma marca nessa condição, considerando-se a existência de empate técnico. A premiação deste ano constatou a existência de 15 marcas vencedoras nesta Categoria.

OS NÚMEROS DO TOP OF MIND EM MG

Durante os 28 anos deste estudo:

37.362
Entrevistas realizadas

1.551
Segmentos pesquisados

2.419
Marcas premiadas em diversas categorias

1ª Solenidade de Premiação do Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 1995

MARCAS VENCEDORAS DO 28º PRÊMIO TOP OF MIND MERCADOCOMUM – MARCAS DE SUCESSO – MINAS GERAIS – 2028

1 - CLASSIFICAÇÃO POR MARCA

Marca	ITEM	Categoria	Segmento
3 CORAÇÕES	Café	Excelência	Alimentos
ARAUJO	Drogaria	Excelência	Saúde
ARAUJO	Site Medic.	Liderança	Saúde
AYMORÉ	Biscoitos	Excelência	Alimentos
BRAHMA	Cerveja	Liderança	Bebidas
BEM BRASIL	Batata Ind.	Liderança	Alimentos
BENEGRIP	Med.Gripe	Liderança	Saúde
BH SHOPPING	Shopping	Liderança	Compras
BRAUNAS	Tijolos	Excelência	Construção
CASAS BAHIA	Loja Eletr.	Liderança	Compras
CAIXA	Banco	Liderança*	Finanças
CEMIG	Emp. MG	Liderança	Outros
CLARO	Telefonia	Expressão*	Comunicação
CODIL	Feijão	Expressão*	Alimentos
CRISTAL DE MINAS	Açúcar	Liderança*	Alimentos
CVC	Ag. Viagem	Excelência	Turismo
DIPIRONA	Rem. Febre	Liderança	Saúde
FIAT	Carro	Excelência	Transportes
GOL	Cia. Aérea	Excelência	Turismo
HEINEKEN	Cerveja	Expressão*	Bebidas
HERMES PARDINI	Laboratório	Excelência	Saúde
ITAÚ	Banco	Liderança*	Finanças
LEITURA	Livraria	Excelência	Compras
LIZA	Óleo Cozinha	Liderança	Alimentos
MAGAZINE LUIZA	Loja Eletrod.	Expressão	Compras
MANOEL BERNARDES	Joalheria	Expressão*	Compras
MASTERCARD	Cartão	Expressão	Finanças
MATER DEI	Hospital	Liderança*	Saúde
MCDONALD'S	Loja F. Food	Excelência	Alimentos
MERCADO LIVRE	Site	Liderança	Compras
MERCEDES-BENZ	Caminhão	Liderança	Transportes
MINAS SHOPPING	Shopping	Expressão	Compras
ORTOBOM	Colchão	Excelência	Compras
PÉRGOLA	Vinho	Excelência	Bebidas
PIF PAF	Batata	Expressão	Alimentos
PORTO SEGURO	Seguros	Liderança	Finanças
PROSEGUR	Emp. Transp	Liderança	Transportes
REDE GLOBO	TV	Excelência	Comunicação
ROMMANEL	Joalheria	Expressão*	Compras
SANTA AMÁLIA	Massas	Liderança*	Alimentos
SHOPEE	Site	Expressão*	Compras
SKOL	Cerveja	Expressão*	Bebidas
SOYA	Óleo Coz.	Expressão	Alimentos
SUPERM. BH (BH)	Supermercado	Excelência	Compras
SUPERM. BH (Interior)	Supermercado	Liderança	Compra
SUVINIL	Tinta	Excelência	Construção
TIM	Telefonia	Expressão*	Comunicação
UNIÃO	Açúcar	Liderança*	Alimentos
UNIMED-BH (BH)	Plano Saúde	Excelência	Saúde
UNIMED-BH*	Hospital	Expressão*	Saúde
UNIMED-FEDER. (MG)	Plano Saúde	Excelência	Saúde
VASCONCELOS	Feijão	Expressão*	Alimentos
VILMA (BH)	Massas	Excelência	Alimentos
VILMA (MG)	Massas	Liderança*	Alimentos
VISA	Cartão	Liderança	Finanças
VIVARA	Joalheria	Liderança	Compras
VIVO	Telefonia	Liderança	Comunicação

*Empate Técnico

MARCAS VENCEDORAS POR CATEGORIA

CATEGORIA EXPRESSÃO – (15)

Marca	Item	Segmento
CLARO	Telefonia*	Comunicação
CODIL	Feijão*	Alimentos
PIF PAF	Batata	Alimentos
HEINEKEN	Cerveja*	Bebidas
MAGAZINE LUIZA	Loja Eletrod.	Compras
MANOEL BERNARDES	Joalheria*	Compras
MATER DEI	Hospital*	Saúde
MINAS SHOPPING	Shopping Center	Compras
ROMMANEL	Joalheria*	Compras
SHOPEE	Site	Compras
SKOL	Cerveja*	Bebidas
SOYA	Óleo Cozinha	Alimentos
TIM	Telefonia*	Comunicação
UNIMED-BH	Hospital*	Saúde
VASCONCELOS	Feijão*	Alimentos

CATEGORIA LIDERANÇA – (25)

Marca	Item	Segmento
ARAUJO	Site Medicamentos	Saúde
BEM BRASIL	Batata	Alimentos
BENEGRIPE	Remédio Gripe	Saúde
BH SHOPPING	Shopping Center	Compras
BRAHMA	Cerveja	Bebidas
CAIXA	Banco*	Finanças
CASAS BAHIA	Loja Eletrodom.	Compras
CEMIG	Emp. Mineira	Outros
CRISTAL DE MINAS	Açúcar*	Alimentos
DIPIRONA	Remédio Dor	Saúde
ITAÚ	Banco*	Finanças
LIZA	Óleo Cozinha	Alimentos
MASTERCARD	Cartão	Finanças
MERCADO LIVRE	Site	Compras
MERCEDES-BENZ	Caminhão	Transportes
PÉRGOLA	Vinho	Alimentos
PORTO SEGURO	Seguros	Finanças
PROSEGUR	Emp. Transp.	Transportes
SANTA AMÁLIA	Macarrão*	Alimentos
SUPERM. BH (Interior)	Supermercado	Compras
UNIÃO	Açúcar*	Alimentos
VILMA (Interior)	Massas*	Alimentos
VISA	Cartão	Finanças
VIVARA	Joalheria	Compras
VIVO	Telefonia	Comunicação

CATEGORIA EXCELÊNCIA – (17)

Marca	Item	Segmento
3 CORAÇÕES	Café	Alimentos
ARAUJO	Drogaria	Saúde
AYMORÉ	Biscoito	Alimentos
BRAUNAS	Tijolos	Construção
CVC	Ag. Viagem	Turismo
FIAT	Carro	Transportes
GOL	Cia. Aérea	Turismo
HERMES PARDINI	Laboratório Anál.	Saúde
LEITURA	Livraria	Compras
MCDONALD'S	Fast Food	Alimentos
ORTOBOM	Colchão	Compras
REDE GLOBO	TV	Comunicação
SUPERM. BH (BH)	Supermercado	Compras
SUVINIL	Tinta	Construção
UNIMED-BH	Plano Saúde (BH)	Saúde
UNIMED-FEDER. MG	Plano Saúde (Inter.)	Saúde
VILMA (BH)	Massas	Alimentos

*Empate Técnico.

CLASSIFICAÇÃO POR PRODUTO/SERVIÇO E SEGMENTO ECONÔMICO

Item	Segmento	Marca Vencedora
Açúcar	Alimentos	Cristal de Minas*
Açúcar	Alimentos	União*
Banco	Finanças	CAIXA*
Banco	Finanças	Itaú*
Batata Industrial.	Alimentos	Bem Brasil
Batata Industrial.	Alimentos	PIF PAF
Biscoitos	Alimentos	Aymoré
Café	Alimentos	3 Corações
Caminhão	Transportes	Mercedes-Benz
Cartão de Crédito	Finanças	Visa
Cartão de Crédito	Finanças	Mastercard
Carro	Transportes	Fiat
Cerveja	Bebidas	Brahma
Cerveja	Bebidas	Heineken*
Cerveja	Bebidas	Skol*
Colchão	Compras	Ortobom
Cia. Aérea	Turismo	GOL
Drogaria	Saúde	Araujo
Emissora de TV	Comunicação	Rede Globo
Empresa Mineira	Outros	CEMIG
Emp. Transp. Vals.	Transportes	Prosegur
Feijão	Alimentos	Codil*
Feijão	Alimentos	Vasconcelos
Hospital	Saúde	Mater Dei*
Hospital	Saúde	Unimed-BH
Joalheria	Compras	Manoel Bernardes*
Joalheria	Compras	Rommanel*
Joalheria	Compras	Vivara
Labor. Anál. Clín.	Saúde	Hermes Pardini
Loja Fast Food	Alimentos	McDonald's
Macar/Massas-BH	Alimentos	Vilma
Macar/Massas-Int	Alimentos	Santa Amália*
Macar/Massas-Int	Alimentos	Vilma*
Livraria	Compras	Leitura
Loja Eletrodom.	Compras	Casas Bahia
Loja Eletrodom.	Compras	Magazine Luiza
Óleo de Cozinha	Alimentos	Liza
Óleo de Cozinha	Alimentos	Soya
Plano de Saúde	Saúde	Unimed-BH
Plano de Saúde	Saúde	Unimed-Federação Minas
Remédio Gripe	Saúde	Benegrip
Remédio p/Dor	Saúde	Dipirona
Seguros	Finanças	Porto Seguro
Site de Compras	Compras	Mercado Livre
Site de Compras	Compras	Shopee
Site Medicamentos	Saúde	Araujo
Shopping Center	Compras	BH Shopping
Shopping Center	Compras	Minas Shopping
Supermercado (BH)	Compras	BH
Supermercado (Int)	Compras	BH
Telefonia	Comunicação	Claro*
Telefonia	Comunicação	TIM*
Telefonia	Comunicação	Vivo
Tijolos	Construção	Braunas
Tintas	Construção	Suvinil
Viagens	Turismo	CVC
Vinho	Bebidas	Pérgola

*Empate Técnico.

Este 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais - 2023 já conta, inicialmente, com os apoios especiais da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas; ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda. e Portogallo Family Office.

MercadoComum circulará, no mês de julho, com uma edição impressa e outra eletrônica especial, contendo o descritivo da pesquisa e sua metodologia, além de matérias jornalísticas específicas sobre as empresas vencedoras, destacando-se a importância e o relevante papel exercido por esta iniciativa, que é também o de procurar ampliar a divulgação da imagem econômica e social de Minas, aumentando as chances de atração de novas empresas para o Estado e de amplificar os negócios daquelas aqui já presentes. As edições eletrônicas em PDF de MercadoComum são encaminhadas diretamente, via e-mail, a um público superior a 120 mil formadores de opinião em Minas e em todo o país e, as suas páginas na internet, estão sendo acessadas e visualizadas por cerca de 4 milhões de pessoas mensalmente.

As empresas vencedoras da premiação que veicularem publicidades, nas edições especiais de MercadoComum que circularão em julho e que participarão da solenidade de premiação, receberão uma certificação com a sua classificação na pesquisa, um troféu nominativa especialmente preparado em aço inox estilizado e a pesquisa realizada, além da publicação de um descritivo institucional sobre a mesma na referida edição, bem como, convites individualizados para a solenidade e Coquetel de Confraternização. Adicionalmente, também poderão ter acesso às fotos exclusivas, aos vídeos do evento, além de lhes ser permitido dar ampla divulgação às suas logomarcas e demais aspectos ligados a esta iniciativa.

SERGIO AUGUSTO CARVALHO

sergioamc@uol.com.br

Mercado Gastronômico

Tradicional? Por que não?

Quem tem mais de 60 anos, como eu, e cresceu à frente de comidas comprovadamente saborosas, simples e fáceis de encontrar, como eu, enfrenta hoje uma grande dificuldade para achar um restaurante que tem em seu cardápio pratos dos Anos Dourados.

Filé a Rossini, Coelho a Caçadora, Frango a Kiev, Galeto ao Primo Canto, Filé à Oswaldo Aranha, Salada Russa, Salada Caesar, Bife Wellington, Filé Surprise, Camarão à Grega, Rolê de Porco, Filé de Peixe à Doré, Picadinho, Pato com Laranja, Filé à Francesa, Ovos Benedict, Escalopinho ao Madeira... e os indestrutíveis Stroganovs (os boêmios Estrogonofes de Filé, Frango ou Camarão). E muitos outros mais!

Estes pratos marcaram uma época que não é, sequer, lembrada pelos Restaurantes atuais. Há muitos motivos para esse "esquecimento", mas o principal é a mudança nos hábitos da sociedade e a concorrência cada vez mais acirrada da indústria gastronômica.

Tudo que é diferente tem prioridade na competição do mundo moderno. No caso da alimentação, a diversidade ganhou uma dimensão tão vasta que as pessoas mais velhas, que já foram classificadas numa "classe paleolítica" não conseguem acompanhar.

Está claro que a qualidade da comida (o sabor e seu conteúdo) está perdendo espaço para o visual. Espumas, fumaças, flores, molhos coloridos e pratos (utensílios em geral) psicodélicos têm uma importância que antes não tinham – nem era necessário tanto mis-em-cène pois o que valia era o saveur. No máximo, as casas mais chiques (que quase não existem hoje) encontrava-se uma toalha de linho, uma porcelana europeia e o talher de prata.

O resultado é que os restaurantes antigos estão sumindo, massacrados pela nova ordem mundial da culinária moderna. Em BH, poucos passaram do Século passado. Os que passaram guardam algumas lembranças dos velhos tempos, mas são obrigados a se atualizar para não desaparecer. Até a Pandemia ajudou a fechar alguns:

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

bons cozinheiros (chefs, né?) perderam o emprego e abandonaram a profissão. Os calouros aderiram às novas receitas, criaram métodos surreais pensando em conquistar mercado - e, quem sabe, numa aparição mágica num canal de televisão pra virar celebridade...

A história se repete ao redor do mundo. A resistência em outras civilizações, porém, é maior. Casas centenárias, ao contrário de muitas modernas, estão resistindo e ainda mantêm seus pratos e clientes tradicionais. A Dinamarca é um exemplo do momento gastronômico mundial. O Restaurante Noma, do chef Renè Redzepi, eleito cinco vezes Melhor do Mundo pela Revista Restaurant (a última em 2021), depois de brilhar com pratos mirabolantes, fechou suas portas sem previsão de reabertura. Motivo: o alto custo dos ingredientes que sustentavam a culinária revolucionária do lugar.

Antes do Noma, outro "Melhor do Mundo" também fechou, há quase 10 anos, e não existe possibilidade de voltar a funcionar: o El Bulli, do espanhol Ferran Adriá, que criou um novo conceito em culinária misturada com química, biologia, física e até matemática, de onde surgiu a "culinária molecular". Curioso é que estes dois restaurantes estavam sempre lotados até o último dia de funcionamento, com reservas completas para até seis meses à frente!

Neste cenário, uma empresa de serviços financeiros da Inglaterra, Net Credit, fez uma

pesquisa em 115 países para saber quais os restaurantes mais antigos do Mundo. E o resultado realçou a força do tradicional, o que é normal. Nenhum deles pratica culinária moderna ou segue algum rito nutricional, apesar de oferecerem alguns pratos contemporâneos. E, segundo a pesquisa, estão muito bem de vida e com reservas sempre esgotadas.

Nessa lista não entrou aquele que o Guiness Book diplomou como "O mais Antigo do Mundo": o madrilenho "Sobriño de Botin" - que serve o leitão de leite (abatido com 18 a 20 dias) mais delicioso que já comi! Segundo o Guiness e a própria história da família proprietária do estabelecimento, o "Botin" foi aberto em 1725 – e na lista da Net Credit estão Restaurantes com mais de 10 Séculos de existência!

Segue a lista: se alguém me apresentar uma nota comprovando que já esteve em um destes 10 Mais Antigos Restaurantes do Mundo vai ganhar um leitãozinho assado em forno de cupim, quase nada parecido com o porquinho do Botin!!!

- *St. Peter Stifts Kulinarium Tafelspitz – Ano de abertura: 803 – Salzburg, Austria (Serve carne cozida com maçã picada e rábano).*
- *Wurtskuchl – 1146, Regensburg, Alemanha (Salsichas grelhadas no carvão e chucrute)*

- *The Old House Old House Pie – 1147, Llangynwyd, País de Gales (Torta feita individualmente servida com batatas fritas e ervilhas)*
- *Ma Yu Ching's Bucket Chicken House – 1153, Kaifeng, China (Balde de frango)*
- *The Brazen Head – 1198, Dublin, Irlanda (Carne cozida e pirê de batatas)*
- *Piwnica Świdnicka Pierogi – 1273, Bratslavia, Polônia (bolinhos poloneses recheados).*
- *La Couronne – 1345, Rouen, France (Pato prensado, costela assada e escargot clássico)*
- *The Sheep Heid Inn – 1360, Edimburgo, Escócia (Prime Steak com batatas fritas rústicas, cogumelos assados, tomate confitado e manteiga de salsa)*
- *Hotel Gasthof Löwen – 1380, Feldkirch, Liechtenstein (Vitela fatiada "estilo Zurique" com batata Rösti e legumes)*
- *Honke Owariya – 1465, Kioto, Japão (Soba com cogumelos shitake).*

A chegada de novos empresários da gastronomia para explorar a área como uma solução para as crises econômicas que assolam o planeta mudou completamente o padrão dos bares e restaurantes.

A concorrência mudou de estilo e, se antes os comerciantes da área eram pessoas com laços familiares e profissionais ligados à cozinha, hoje são ligados ao poder econômico com a Culinária totalmente desvinculada da Gastronomia.

Ninguém se importa mais em oferecer comida conhecida e reconhecida em qualquer lugar. O que importa hoje é apresentar pratos cheio de enfeites e rococós que agradam mais pela aparência que pelo sabor. É a chamada Cozinha Contemporânea-Moderna. (Se não bastasse o "Contemporânea" é também "Moderna")

Os novos "grandes" chefs decretaram um tipo de concorrência que está mudando o gosto dos clientes com a cumplicidade das redes de televisão. Os programas de culinária na tv, antes restritos às aparições da grande Ofélia Anunciato - que sustentou ótima audiência na Rede Bandeirantes desde 1968, com receitas simples -, hoje apresentam programas com

Por exemplo: o francês Erik Jacquim está no Brasil há anos e só era conhecido em São Paulo sem fazer parte dos grandes nomes da gastronomia paulista. Apareceu na tv, agora é conhecido como "mestre" no assunto até em Roraima...

PHILIPE MONTEIRO CARDOSO

Advogado, autor, palestrante e sócio fundador da Cardoso Advogados Associados. É pós-graduado em Direito Civil, LGPD, e criador do sistema de ensino Direito em Curso e Adequar LGPD.

Contratei cinco seguros, joguei o carro no rio e recebi cinco indenizações: é isso mesmo?

Contratar um seguro para o seu carro é uma forma de garantir que você será reembolsado em caso de sinistro. No entanto, recentemente vi alguns vídeos em plataformas digitais onde pessoas brincando, ou não, diziam ter encontrado a fórmula da riqueza onde elas teriam comprado um carro financiado, feito cinco seguros para este veículo e posteriormente jogado o veículo em um rio ou barranco, com isso receberia o valor do sinistro cinco vezes multiplicando o patrimônio. Fácil e simples né? Mas não!!

Esta história viralizou nas redes sociais, mas será que isso é possível? Neste artigo, vamos analisar essa história com base nas leis brasileiras e na prática das seguradoras.

O que diz a lei sobre indenizações em casos de fraude?
Antes de tudo, é importante destacar que a prática de fraudar um seguro é ilegal e pode resultar em punições graves. O Código Penal brasileiro prevê a pena de reclusão de um a cinco anos para quem comete estelionato, que é o ato de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro. No caso de fraudes contra seguradoras, a pena pode ser agravada.

Além disso, as seguradoras têm o direito de investigar os sinistros antes de efetuar o pagamento da indenização. Se for comprovado que o segurado agiu de má-fé, a empresa pode recusar o pagamento e até mesmo cancelar o contrato.

É POSSÍVEL CONTRATAR MAIS DE UM SEGURO PARA O MESMO BEM?

Contratar um seguro é uma forma de proteger um bem contra possíveis danos ou perdas. No entanto, algumas pessoas podem se perguntar se é possível contratar mais de um seguro para o mesmo bem. A resposta é sim, é possível. Mas é importante comunicar as seguradoras que aquele bem é coberto por mais de uma.

Outro aspecto a ser considerado é que, ao contratar mais de um seguro para o mesmo bem, o segurado deve pagar o prêmio de cada seguradora, o que pode ser mais caro do que contratar apenas um seguro com uma cobertura mais abrangente.

É POSSÍVEL RECEBER MAIS DE UMA INDENIZAÇÃO PELO MESMO SINISTRO?

É importante mencionar que é possível sim receber mais de uma indenização pelo mesmo sinistro, entretanto este valor nunca será o valor total do bem em mais de uma seguradora. Isso quer dizer que caso você tenha um sinistro onde deverá ser reembolsado o valor total do veículo, que nunca receberá este valor total de cada uma das seguradoras, o que deverá acontecer na prática é que apenas uma delas irá te indenizar ou que elas irão ratear o valor total do sinistro.

É importante mencionar ainda que caso você tenha contratado coberturas diferentes, poderá ter direito a receber mais de uma indenização. Por exemplo, se o carro segurado sofreu um acidente e ficou danificado, o segurado pode receber a indenização da cobertura de colisão de uma seguradora e também da cobertura de danos a terceiros de outra caso tenha atingido outro veículo, mas nunca o valor total de cada sinistro em cada uma delas.

Com isso, ao contratar mais de um seguro para o mesmo bem, o segurado pode acabar recebendo indenizações de ambas as seguradoras. Porém, é preciso ter cuidado, pois as seguradoras não aceitam que o valor total das indenizações ultrapasse o valor real do bem segurado ou seja, você não vai receber o valor integral do veículo em mais d
e uma seguradora como diziam as pessoas que tiveram seus vídeos viralizados por aí.

COMO AS SEGURADORAS EVITAM FRAUDES?

decorrentes de diversos tipos de imprevistos. Porém, elas também precisam se proteger contra possíveis fraudes e preju-

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

ízos financeiros. Para isso, essas empresas contam com equipes especializadas em investigação, que têm o objetivo de analisar cuidadosamente os sinistros comunicados pelos segurados.

Essas equipes de investigação atuam de forma criteriosa, buscando identificar possíveis fraudes e irregularidades na ocorrência do sinistro. Em alguns casos, elas podem realizar vistorias e perícias para avaliar os danos causados e verificar se a versão apresentada pelo segurado é verdadeira.

Além disso, as seguradoras podem exigir a apresentação de documentos e provas que comprovem a ocorrência do sinistro, como boletim de ocorrência, laudo pericial e imagens de câmeras de segurança. Essa exigência tem como objetivo garantir a veracidade dos fatos e evitar fraudes que possam prejudicar a empresa e seus clientes.

Portanto, é importante que o segurado tenha consciência de que a contratação de um seguro implica em um contrato bilateral, onde ambas as partes possuem obrigações e direitos. O segurado tem a responsabilidade de fornecer informações precisas e verdadeiras à seguradora, além de cumprir com todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato. Já a seguradora tem o dever de proteger o segurado em caso de ocorrência do sinistro, desde que as informações fornecidas pelo segurado sejam verdadeiras.

Vale destacar ainda que caso seja comprovado que o segurado agiu de má fé com objetivo de obter vantagem contra a seguradora que esta poderá não indenizar o segurado, inclusive nas hipóteses em que exista contribuição para que o sinistro tivesse ocorrido.

COMO EVITAR PROBLEMAS COM O SEGURO DO CARRO?

Para evitar problemas com o seguro do carro, é importante agir com honestidade e seguir todas as orientações das seguradoras e principalmente o que foi acordado no contrato firmado. Nunca forje um sinistro ou aumente o valor dos prejuízos. Além de ser ilegal, essa prática pode acarretar em sérias consequências, como a perda da cobertura do seguro e até mesmo ação penal.

Outra dica importante é ler com atenção todas as cláusulas do contrato antes de assiná-lo. Certifique-se de que as coberturas contratadas atendam às suas necessidades e que as condições de pagamento e indenização estejam claras.

Por fim, em caso de sinistro, procure a seguradora o mais rápido possível e forneça todas as informações solicitadas. Quanto mais rápido concluir o processo de análise, mais rápida será a liberação da indenização.

Contratar um seguro para o seu carro é uma forma de garantir tranquilidade em caso de sinistro. No entanto, é importante agir com honestidade e seguir todas as orientações das seguradoras para evitar problemas e prejuízos. Fraudes são ilegais e podem acarretar punições graves. Por isso, sempre seja honesto e transparente sempre.

PERGUNTAS FREQUENTES

É possível contratar mais de um seguro para o mesmo carro? Sim, entretanto você deve comunicar as outras seguradoras que você contratou com mais de uma.

Como as seguradoras investigam possíveis fraudes? As seguradoras possuem equipes de investigação que analisam cuidadosamente os sinistros para identificar possíveis fraudes.

QUAL A PUNIÇÃO PARA QUEM COMETE FRAUDE EM UM SEGURO?

O Código Penal brasileiro prevê a pena de reclusão de um a cinco anos para quem comete estelionato, que é o ato de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro.

Em que situações o segurado pode receber mais de uma indenização? O segurado pode receber mais de uma indenização se contratou coberturas diferentes para seu carro.

Como evitar problemas com o seguro do carro? Leia com atenção todas as cláusulas do contrato antes de assiná-lo, siga todas as orientações das seguradoras e nunca forje um sinistro ou aumente o valor dos prejuízos.

RICARDO HAAG

Sócio da Wide, consultoria boutique de recrutamento e seleção

Cargos de liderança: por que estão deixando de ser o sonho de muitos?

Não existe um time vitorioso sem um bom capitão por trás. Gerir equipes com êxito é uma tarefa extremamente complexa e traz consigo uma responsabilidade imensa, mas nem todos possuem habilidades ou vontade para tal. Esse é um cargo que, assim como todos, traz seus prós e contras em sua rotina, que precisam ser analisados cuidadosamente por aqueles que cogitam ocupá-los para que se tornem líderes excepcionais e consigam conduzir seus times rumo ao sucesso.

Apesar de desempenhar um papel extremamente importante para alavancar o desempenho dos profissionais, nem sempre as companhias contavam com líderes realmente eficazes em suas funções. Esse era um cenário frequentemente visto há alguns anos, quando a liderança era um plano de carreira mais impositivo do que opcional em muitos negócios – o que fazia com que muitos fossem "promovidos" a essa posição sem que, de fato, quisessem ocupá-la ou tivessem o perfil ideal para realizar suas atribuições.

Com o passar dos anos, felizmente, uma dose importante de consciência foi tomada pelo mercado, compreendendo que nem todos conseguirão conduzir uma gestão de pessoas assertiva. Seja trabalhando presencialmente ou à distância, um bom líder não é aquele que impõe tarefas aos seus times, mas sim que os inspira a darem o melhor de si, se tornando um ponto de convergência entre as expectativas do negócio e a construção de um olhar de cuidado, desenvolvimento, construção e engajamento entre todos.

Esse é um papel de extrema importância para o sucesso das empresas e, ao mesmo tempo, bem solitário. Afinal, o peso da responsabilidade desta prosperidade recai consideravelmente sobre suas costas, assim como a "culpa" de metas não atingidas pela baixa performance individual ou coletiva das equipes. Todos esses pontos vêm sendo fortemente balanceados pelos profissionais, fazendo com que muitos não tenham fortes ambições em ocupar esses cargos.

Segundo um levantamento recente feito pela Harvard Business Review, apenas 34% dos profissionais dos mais de 3.600 buscam conquistar posições de liderança, junto com somente 7% que possuem como objetivo de carreira ocupar a cadeira de c-level. Dentre os motivos justificados para esses dados, muitos se questionam sobre o quão preparados deverão estar para assumir essa posição.

Por mais preocupantes que esses dados aparentem, eles na verdade reforçam o grau de autoconhecimento que os profissionais estão desempenhando atualmente, em uma reflexão importante para compreenderem se querem ou possuem as habilidades necessárias para se tornarem líderes. Essa não é mais uma promoção obrigatória, mas uma possibilidade que deverá ser analisada com base nas expectativas profissionais de cada um.

Existem diversas questões que devem ser levadas em consideração ao analisar se é válido ou não ocupar um cargo de liderança. Deles, um dos mais essenciais é sempre se lembrar do grau de importância de suas tarefas para engajar e motivar os times, assim como a responsabilidade que cairá neste profissional tanto no sucesso de suas tarefas quanto nos problemas que possam aparecer ao longo do caminho.

Por isso, é extremamente positivo buscar conversar com outros líderes para compreender melhor suas rotinas, ônus e bônus vivenciados diariamente, trazendo esses insights para a sua própria realidade. Cada um terá sua própria experiência e opiniões, o que ressalta a importância de buscar conhecer ao máximo essa rotina e refletir até onde ela se encaixa e está aderente ao seu perfil e desejos de carreira.

É apenas com uma alta dose de autoconhecimento, dados e fatos que será possível optar ou não por seguir esse caminho, para que se tornem líderes excepcionais que realmente façam a diferença para a felicidade, produtividade e crescimento das equipes e, consequentemente, de toda a empresa.

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

THOMAS LANZ

Presidente da Thomas Lanz Consultores

Sem planejamento não sairemos do voo de galinha

Nas décadas de 1950/60, a Coréia do Sul era um dos países mais pobres do mundo, sobrevivendo de uma parca economia alicerçada na agricultura. Entretanto conseguiu imprimir novos rumos, graças à vontade política de seus governantes, disposição ao sacrifício de seus habitantes e sobretudo a um planejamento metódico de médio / longo prazos para o país. Nada mais do que 12 Planos Quinquenais se sucederam desde 1960, criando o arcabouço necessário para a Coréia do Sul se tornar uma potência econômica e tecnológica. Hoje o país é a 12ª economia do mundo e nos meados do século XXI será um país protagonista no cenário econômico mundial.

A visão do planejamento de médio / longo prazo permitiu este feito, pois o objetivo de se tornar um país industrializado e economicamente desenvolvido fez com que os planos, um após o outro, fossem coerentes entre si, independentemente das forças políticas governantes e suficientemente resilientes para se adaptarem às mais diversas macros variáveis, como por exemplo: comércio exterior, guerras, desenvolvimentos tecnológicos, meio ambiente, etc.

O próprio título dos Planos, reflete as necessidades do país e objetivos a serem alcançados.

Em 1945, o Plano de nacionalização industrial já havia sido elaborado. Seguem-se os Planos de Exportação; Plano de controle de preços; Plano de Desenvolvimento Econômico e os quinquenais voltados à infraestrutura, melhoria do padrão de vida, modernização da economia, estímulo à economia verde, etc. O que marca o país é o forte poder do governo no estabelecimento e cumprimento dos planos assim como o fomento e a ligação com alguns

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

grandes grupos industriais em mãos de algumas famílias empresárias. (Samsung, Hyundai, LG, etc).

Os planos sempre tiveram foram acompanhados pelo forte investimento na educação e pesquisa e foco na inovação tecnológica. E isso foi e tem sido muito importante para os resultados positivos.

Vamos passar a analisar o arcabouço do Planejamento francês, famoso pelos seus planos quinquenais. Estes continuam a vigorar mesmo na passagem de um governo a outro, independentemente da matiz ideológica dos governantes que assumiram o governo.

Os planos são respeitados e seguidos. O fio condutor dos planos que se seguem a cada 5 anos é o crescimento econômico (pleno emprego) e a criação de uma ordem econômica estável que impeça o retorno a nacionalismos destrutivos que levaram, por exemplo, os países ao conflito da 2a Guerra Mundial. O bem estar da população e a melhora da economia são ingredientes constantes dos planos. A grande preocupação do governo em relação ao Planejamento são os contratos elaborados com as diversas regiões do País (espécie de estados). O planejamento pensa e é direcionado a todo o país e investimentos compartilhados entre governo central e regiões são muito bem vindos. A França desponta como forte economia mundial e protagonista no que tange o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Brasil apresenta um grande contraste em relação a esses dois países no que se refere ao planejamento. Infelizmente a adoção de planos quinquenais ou similares lograram parcos êxitos no Brasil. Se fosse diferente, estaríamos provavelmente em um estágio muito mais avançado de desenvolvimento industrial e tecnológico, educacional e de bem-estar da população. Podemos elencar alguns marcos, vamos chamá-los de culturais, que atravancam o planejamento e sua linearidade temporal no Brasil.

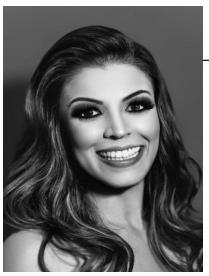
Talvez o maior problema sejam as divergências políticas. Estas impedem o planejamento de implementação de políticas efetivas. Sabemos que qualquer novo governo, busca apagar o que foi realizado e planejado pela gestão anterior, para carimbar o seu selo de prepotência e poder. Isso gera impasses e bloqueios nos processos de tomadas de decisão nas esferas federais, estaduais e municipais respingando igualmente na esfera privada. A estabilidade institucional também é afetada neste tipo de situação, tendo impactos negativos na implantação de políticas de longo prazo.

Outro câncer que nos assola é a corrupção.

Perdemos, atualmente, 5,0% de nosso Produto Interno Bruto (PIB,) para desvios de toda ordem, ou seja, praticamente o mesmo tanto que investimos em educação (6.1%). Recursos públicos são retirados de áreas vitais como educação, saúde e infraestrutura. Interesses particulares, públicos e políticos são favorecidos.

Tivemos alguns planos de maior envergadura como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956) talvez o mais exitoso plano brasileiro. Os PND, Planos Nacionais de Desenvolvimento, elaborados nos regimes militares começaram com alguma força minguando em efetividade durante os anos. No final da década de 80, observamos o esvaziamento do planejamento e das políticas governamentais relacionadas ao nosso país. No decorrer dos anos outras temáticas foram abordadas, mas no meu modo de ver pontuais, voltadas a corrigir graves problemas de ordem fiscal, monetária e política, nem sempre com o devido êxito.

Uma nova mentalidade terá se espalhar nas diferentes esferas do Brasil. Uma das ferramentas mais poderosas para colocar o crescimento nos trilhos deverá ser a transparência, integridade para que possamos ter um planejamento sério e ordenado.



RAQUEL CAPUCIO

Advogada, especialista em Cultura.

Exposição "O corpo que pariu, o corpo que partiu"

A partir da experiência da maternidade de seu primeiro filho e da partida com apenas cinco dias após o nascimento, a artista e escultora Daniela Schneider encontra, por meio da arte, uma forma de expressar esse processo tão íntimo e ao mesmo tempo coletivo e que atinge tantas mulheres.

A exposição presencial e virtual está em cartaz na Piccola Galleria, até o dia 11 de junho, e apresenta um conjunto de fotografias e quatro esculturas em tecido realizadas pela técnica em crochê em tons de rosa e vermelho.

Essas estruturas fazem referência aos corpos, cheios ou murchos, grávidos ou vazios, com ou sem vida e que podem ser vistos também como órgãos e vísceras, especialmente femininos.

Através das esculturas, que podem ser sentidas e tocadas, há uma tentativa de provocar questões individuais do público e tentar demonstrar os momentos vividos pela artista, principalmente sua transformação como pessoa e artista.

"Sobre gerar e não ter controle sobre nada, mas poder decidir como seguir diante de uma perda inesperada", explica a artista.

A imagens das fotografias, presentes na exposição, demonstram os sentimentos externalizados em movimentos de uma performance que vai do amor até a dor e de volta ao amor.

Informações:

Casa Fiat de Cultura
Praça da Liberdade, 10 - Funcionários, Belo Horizonte – MG.

Fone: (31) 3289-8900
Site: www.casafiatdecultura.com.br
E-mail: casafiatdecultura@stellantis.com

Esta matéria pode não expressar, necessariamente, a opinião de MercadoComum

Navegar no mar, quase infinito de escravidão. E o grande desafio da Marinha brasileira ontem e hoje

Itamar José de Oliveira

A Marinha do Brasil, durante o império e o início da República, foi uma instituição fortemente identificada com o colonialismo europeu de histórica inspiração e cultura escravocratas.

Após a revolta de 1910- a famosa Revolta da Chibata- que a Marinha brasileira iniciou um processo de aprendizagem que certamente será muito importante para o futuro das instituições democráticas do País.

O olhar da jornalista, historiadora, pesquisadora e memorialista Silvia Capanema no livro "João Cândido e os Navegantes Negros" não e apenas mais uma visão da Revolta da Chibata.

Trata-se de uma longa e provocante viagem para as (im) possíveis abolições de escravidões na terra brasilis.

Silvia não saiu da selva brasileira para navegar no cisne branco da marinha inglesa capaz de transformar corsários e piratas em heróis nacionais e internacionais.

Ela, na origem, saiu do centro oeste de Minas Gerais para ouvir os comandantes e almirantes da Marinha de Guerra do Brasil sem se esquecer de escutar e auscultar os descendentes dos marinheiros rebeldes de 1910, particularmente a família de João Cândido e de Adalberto Ferreira Ribas e os marinheiros rebeldes de 1964, nas vésperas do golpe militar, para nos lembrar que as rebeldias costumam ser atos permanentes de luta contra escravidões de ontem e de agora.

Silvia nos ensina que o corpo e portador e identidades e um lugar de resistência e liberdade. Os marujos de 1910 lutaram contra os castigos corporais-com rituais de castigo que chegavam a 250 golpes de chibata diante da tripulação-e, novamente, estamos diante da realidade que nos desafia como projeto de nação: o Brasil foi o último país ocidentalizado a abolir a escravidão e a Marinha a última instituição do mesmo gênero a abolir a chibata como instrumento de coerção, castigo e tortura.

Silvia Capanema, infelizmente ela própria constata, não pode transformar a realidade e a "segunda abolição" ainda não aconteceu no Brasil. Fico me perguntando, diante da desigualdade e da violência reinante contra os pobres, se tivemos algum tipo de abolição da escravidão.

A Silvia não entrega os pontos e acredita nas pontes. Ela não teme arrecifes, norteada por um vasto trabalho de cabotagem histórica.

Paris está novamente em chamas e a mãe de três filhas, casada com um gaúcho gauche desde pequenino, transita entre barreiras e barricadas, do Quartier Latim ao campus Condorcet, caminhando entre as lapides dos reis de Franca, em Saint Denis, capital dos imigrantes negros de uma Franca pátria dos direitos humanos e das luzes.

A mineira Silvia Capanema nos ensina que João Cândido e os navegantes negros nos deixaram um legado digno de Tiradentes, Jeaures, Martin Luther King e Nelson Mandela.

Navegar com Silvia Capanema e os navegantes negros 'é uma viagem imperdível para quem sonha em transformar o Brasil em pátria, fratria e mater para todos os brasileiros.

mercadocomum.com

MERCADOCOMUM SUPERA MARCA DE 4,56 MILHÕES DE LEITORES

De acordo com o Google Search Analytics, o site de MercadoComum Online (www.mercadocomum) obteve **4,56 milhões** de visualizações e acessos às suas páginas durante o período de 15 de março a 10 de abril de 2023.

Outros **120.000** formadores de opinião em todo o país recebem, regular e mensalmente, as edições em PDF de MercadoComum.

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

O Poder em Minas
MercadoComum 30 anos
Personalidades de destaque de Minas Gerais - 2022/2023

MC lançará, em maio, mais uma edição de "O Poder em Minas" com 2.000 personalidades mineiras mais destacadas e influentes do Estado

Voltada especialmente para o público formador de opinião MercadoComum divulgará, em edição especial de maio próximo, a quinta edição do estudo "O Poder em Minas", que busca reconhecer o trabalho da gente mineira que mais contribuiu para o engrandecimento, para a melhoria e o desenvolvimento do Estado. A primeira edição do estudo "O Poder em Minas", realizada por MercadoComum, ocorreu em 1996. A edição de 2023 representará uma obra de referência, trazendo os nomes das personalidades mais influentes de Minas – incluindo perfis individualizados das "50 Personalidades de Destaque do Ano" – os "500 Mais Influentes de Minas", os Deputados Federais por Minas, os Deputados Estaduais, os Prefeitos dos municípios de Minas, os Vereadores de BH, o Mundo Oficial de Minas e o Mundo Empresarial/Artístico, do Direito, as Entidades de Classe Empresarial etc. Serão, ao todo, cerca de 2.000 das mais importantes personalidades que tiveram atuação marcante em Minas Gerais durante o ano de 2022.

As edições eletrônicas serão encaminhadas por e-mail e WhatsApp, e destinadas a 110 mil leitores, constituídos por um público notoriamente formador de opinião, que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais, Brasil e exterior. Também, esta edição especial "O Poder em Minas" constará da MercadoComum Online, que obteve uma média de 2,3 milhões de visualizações/mês no ano passado.

Serão, ademais, distribuídos 20.000 exemplares impressos de "O Poder em Minas" – através do mailing especial de MC. MercadoComum realizará, ainda, um Encontro Especial sobre o Poder em Minas, para o qual serão convidados as 50 Personalidades Destaque do Ano, os apoiadores e patrocinadores da edição, além de outros convidados especiais.

MC
MercadoComum
30 anos